

Emili Willrich

**ENTRE FORMAÇÕES CONFLITUOSAS E COMUNIDADES DE  
SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL:  
Uma análise da conduta brasileira nos governos Lula e Rousseff  
(2003-2016)**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de mestre em Relações Internacionais.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela De Conti Pagliari.

Florianópolis  
2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária  
da UFSC.

Willrich, Emili

Entre formações conflituosas e comunidades de  
segurança na América do Sul : Uma análise da conduta  
brasileira nos governos Lula e Rousseff (2003-2016)  
/ Emili Willrich ; orientadora, Graciela De Conti  
Pagliari, 2019.

202 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de  
Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de  
Pós-Graduação em Relações Internacionais,  
Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. Relações Internacionais. 2. Brasil. 3. Defesa.  
4. América do Sul. 5. Comunidade de Segurança. I.  
Pagliari, Graciela De Conti . II. Universidade  
Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação  
em Relações Internacionais. III. Título.

Emili Willrich

**ENTRE FORMAÇÕES CONFLITUOSAS E COMUNIDADES DE  
SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL:  
Uma análise da conduta brasileira nos governos Lula e Rouseff  
(2003-2016)**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de Mestre e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

Florianópolis, 18 de março de 2019.

---

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques  
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Graciela De Conti Pagliari  
Orientadora  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Jacon Ayres Pinto  
Universidade Federal de Santa Catarina

---

Prof. Dr. Oscar Medeiros Filho  
Núcleo de Estudos Prospectivos do Centro de Estudos  
Estratégicos do Exército (CEEEx)



## AGRADECIMENTOS

Agradecer é um dos pequenos atos que nos fazem ser humanos. Ao compartilhar a gratidão as pessoas se aproximam, se conectam, trocam experiências e caminham juntas. Ao longo de minha trajetória muitas pessoas cruzaram e continuam fazendo parte do meu caminhar. Venho, então, agradecer cada uma delas por cada conexão, cada auxílio, cada palavra, conversa e troca de experiências que enriqueceram essa jornada.

Começo agradecendo a duas pessoas maravilhosas, que me apoiaram em todos os momentos, meus pais, Dieter e Silvana. Vocês me ensinaram o valor da vida, da família, do respeito, da dedicação do aprender. Vocês formaram comigo a base do meu caráter, por meio de cada lição diária que construímos juntos. Agradeço àqueles que são meus melhores amigos: os meus irmãos Henrique, Guilherme e Lucas. Muito obrigada por toda parceria, por toda a diversão, por estarem comigo sempre, por todo apoio e dedicação integral nos momentos bons e ruins e pelos aprendizados que tivemos juntos ao longo do nosso caminhar, inclusive nos ensinamentos sobre *chakras* e *jutsus*. Com eles, agradeço à minhas cunhadas Dani e Mari, porque não é fácil cuidar desses três sozinha. Obrigada por fazerem parte dessa jornada, pela tenacidade e carinho que sempre tiveram com toda a família.

Todos dizem que o mestrado é uma etapa da vida acadêmica muito solitária, porém no meu caso foi diferente. O mestrado me trouxe amigos incríveis, obrigada a toda a turma de 2017, sem vocês essa experiência não teria sido tão enriquecedora, todos estarão sempre nos meus pensamentos. Já perdi as contas de quantos encontros, quantas conversas e momentos lindos vivi com Isadora, Gabriel, Rafa e Gabi, amigos de mestrado que ficarão para a vida toda, muito obrigada por tudo. Agradeço também às minhas irmãs de coração Laís, Helena e Serena, amigas que acompanharam cada derrota e cada conquista, sempre fortalecendo minha base com muita alegria e amor.

Além dessas pessoas maravilhosas, agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, o Programa de Pós-Graduação e de Graduação em Relações Internacionais, pois são meus centros de referência de formação como pessoa, como profissional e como cidadã do mundo. Sempre considerarei esta universidade como minha casa, lembrando com muito carinho de todos aprendizados da vida universitária durante sete anos, sejam eles nas aulas ou nos grupos de estudo como GESED, no qual conheci alunos incríveis e dedicados, foi um prazer enorme fazer parte desse grupo, muito obrigada a todos.

Dentro da universidade, conheci pessoas e profissionais incríveis, que com certeza fazem parte de um papel muito importante dessa jornada. Dentre elas estão a minha orientadora Prof<sup>ra</sup>. Dr<sup>a</sup>. Graciela de Conti Pagliari e a Chefe Administrativo do Programa de Pós-Graduação Sr<sup>a</sup> Lucia Maria Loch Goes, duas mulheres fortes, determinadas, profissionais e que me deram um suporte essencial em todos os processos, seja âmbito acadêmico ou em conversas no dia-a-dia. Meu muito obrigada também a todos os demais professores e professoras que fizeram parte da minha formação, os seus exemplos e ensinamento sempre estarão comigo. Além disso, agradeço a Wanda Helena Muniz Falcão e Yasmin Calmet, duas queridas amigas que conheci por meio da UFSC, que fizeram parte do meu crescimento acadêmico, e que com certeza caminharão ao meu lado para sempre.

Por fim, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo auxílio à minha pesquisa durante esses dois anos. Sem essa instituição, as limitações da ciência no Brasil tornam-se enormes, maiores do que já são. Obrigada por viabilizar oportunidades para a ciência e educação, pois apenas através de investimento é que conseguiremos mudar a nossa realidade local, nacional e global.

Muito obrigada.

## RESUMO

As dinâmicas de defesa entre os Estados da América do Sul são tradicionalmente consideradas como pacíficas. Contudo, não é apenas a ausência de conflitos interestatais que caracterizam essas dinâmicas, visto que assuntos domésticos e extrarregionais também influenciam no processo. Logo, o objetivo da presente dissertação é analisar as relações interestatais em defesa no Complexo Regional de Segurança (CRS) Sul-Americano perante a conduta dos governos Lula e Rousseff (2003-2016). Com o intuito de verificar as dinâmicas da região, a pesquisa aponta três dimensões de análise. A primeira consiste em uma revisão teórica sobre o *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança dentro do CRS da América do Sul. A segunda dimensão compreende a exposição de forma comparada do papel dos líderes na promoção das relações interestatais em defesa, considerando os discursos dos Presidentes da República, Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Defesa do Brasil. E a última dimensão estudada é a realização de medidas de construção de confiança pelo Brasil nos países sul-americanos durante os dois governos propostos e a formação de uma identidade coletiva em matéria de defesa. Espera-se assim, contribuir para a disciplina de relações internacionais e para com futuras políticas de defesa destinadas à América do Sul.

**Palavras-chave:** Brasil; Defesa; América do Sul; Comunidade de Segurança; Identidade Coletiva.



## ABSTRACT

The dynamics of defense among the South American states are traditionally considered peaceful. However, it is not only the absence of interstate conflicts that characterize these dynamics, since domestic and extra-regional issues also influence in the process. Therefore, the purpose of this dissertation is to analyze inter-state relations in defense in the South American Regional Security Complex (RSC) in the face of the conduct of the governments Lula and Rousseff (2003-2016). In order to verify the dynamics of the region, the research points out three dimensions of analysis. The first consists in a theoretical review on the continuum about conflict formation, security regime and security community within the South American RSC. The second dimension comprises comparative exposition of the role of leaders in promoting inter-state relations in defense, considering the speeches of the Presidents of the Republic, Ministers of Foreign Affairs and Ministers of Defense of Brazil. And, the last dimension studied is the construction of confidence-building measures by Brazil in the South American countries during the two proposed governments and the formation of a collective identity in defense. It is hoped, therefore, to contribute to the discipline of international relations and to future defense policies for South America.

**Keywords:** Brazil; Defense; South America; Security Community; Collective Identity.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Complexos Regionais de Segurança no Pós-Guerra Fria.....	40
Quadro 2 - <i>Continuum</i> formação conflituosa, regime de segurança e comunidade se segurança.....	42
Quadro 3 - Construção social da identidade dos agentes e da estrutura...62	
Gráfico 1 - Discursos bilaterais por país e ano proferidos por Lula (2003-2010).....	75
Gráfico 2 - Discursos multilaterais por ano proferidos por Lula (2003-2010).....	76
Gráfico 3 – Objeto dos Discursos do Presidente Lula (2003-2010).....	77
Gráfico 4 - Objetos dos discursos presidenciais por ano de Governo Lula (2003-2010).....	79
Gráfico 5 - Discursos multilaterais por ano proferidos por Celso Amorim (2003-2010).....	89
Gráfico 6 – Objetos dos discursos de Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores (2003-2010).....	91
Gráfico 7 - Objetos dos discursos de Dilma Rousseff (2011-2016).....	99
Gráfico 8 - Objetos dos discursos de Rousseff por ano de governo (2011-2016).....	100
Gráfico 9 - Discursos multilaterais proferidos pelos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016).....	104
Gráfico 10 - Objetos dos Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016).....	105
Gráfico 11 - Acordos de Cooperação em Defesa (1947-2002).....	145
Gráfico 12 - Temática dos Acordos de Cooperação (2003-2016).....	148
Gráfico 13 - Acordos em Matéria de Defesa com países da América do Sul (2003-2010).....	150



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Discursos de Lula proferidos por Ano.....	74
Tabela 2 - Objeto dos discursos do Presidente Lula (2003-2010)..	81
Tabela 3 - Temas sobre Defesa presentes nos Discursos de Lula por país (2003-2010).....	85
Tabela 4 - Objetivos em Defesa em Discursos Multilaterais do Governo Lula (2003-2010).....	86
Tabela 5 - Total de discursos proferidos pelo Ministro das Relações Exteriores por ano (2003-2010) .....	88
Tabela 6 - Objetivos dos Discursos do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010).....	92
Tabela 7 - Defesa nos Discursos Multilaterais do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010).....	93
Tabela 8 - Objetivos dos Discursos de Nelson Jobim (2007-2010).....	96
Tabela 9 - Discursos de Rousseff proferidos por Ano (2011-2016).....	98
Tabela 10 - Objetivos dos Discursos de Dilma Rousseff (2011-2016).....	101
Tabela 11 - Total de discursos proferidos pelos Ministros das Relações Exteriores por Ano (2011-2016).....	103
Tabela 12 - Objetivos dos discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016).....	106
Tabela 13 - Objetivos da Temática de Defesa nos Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016).....	107
Tabela 14 - Objetivos dos Discursos dos Ministros da Defesa (2011-2016).....	110
Tabela 15 - Análise comparativa dos Presidentes Lula e Rousseff.....	114
Tabela 16 - Análise comparativa dos Ministros das Relações Exteriores.....	119
Tabela 17 - Acordos de Cooperação com países sul-americanos (2003-2010).....	146
Tabela 18 - Acordos de Cooperação com países sul-americanos (2011-2016).....	147

Tabela 19 - Treinamentos militares com países sul-americanos (2003-2010).....	153
Tabela 20 - Treinamentos militares com países sul-americanos (2011-2016).....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC - Agência Brasileira de Cooperação  
AGNU - Assembleia Geral das Nações Unidas  
ALADI - Associação Latino-Americana de Integração  
ALBA - Alternativa Bolivariana para os Povos da Nossa América  
ALCA- Área de Livre Comércio das Américas  
CAD-Sul - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano  
CAN - Comunidade Andina de Nações  
CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações  
CDS - Conselho de Defesa Sul-Americano  
CEED - Centro de Estudos Estratégicos de Defesa  
CELAC - Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos  
CRS - Complexo Regional de Segurança  
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas  
CSS - Cooperação Sul-Sul  
END - Estratégia Nacional de Defesa  
ESG - Escola Superior de Guerra  
ESUDE - Escola Sul-Americana de Defesa  
EUA - Estados Unidos da América  
FARC-EP - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia — Exército do Povo  
JID - Junta Interamericana de Defesa  
LBDN - Livro Branco de Defesa Nacional  
MCM - Medidas de Construção de Confiança Mútua  
Mercosul - Mercado Comum do Sul  
Minustah - Missão das Nações Unidas para Estabilização no Haiti  
MRE - Ministério das Relações Exteriores  
OEA - Organização dos Estados Americanos  
ONU - Organização das Nações Unidas  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PND - Política Nacional de Defesa  
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PT - Partido dos Trabalhadores  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia  
TIAR - Tratado Interamericano de Assistência Recíproca  
Unasul - União de Nações Sul-Americanas  
ZOPACAS - Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul



## SUMÁRIO

<b>1INTRODUÇÃO.....</b>	<b>27</b>
<b>2REGIÃO SUL-AMERICANA E SEUS PADRÕES DE RELACIONAMENTO INTERESTATAL NA ÁREA DE DEFESA.....</b>	<b>33</b>
2.1COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO.....	34
<b>2.1.1Formação conflituosa e regime de segurança .....</b>	<b>44</b>
2.2COMUNIDADE DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL.....	48
<b>2.2.1Definindo Comunidades de Segurança.....</b>	<b>49</b>
<b>2.2.2Tipos de Comunidade de Segurança.....</b>	<b>54</b>
2.3CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA .....	60
2.4CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	64
<b>3CONDUTA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL, GOVERNOS LULA E ROUSSEFF (2003-2016) .....</b>	<b>67</b>
3.1PAPEL DOS LÍDERES POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE SEGURANÇA E NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS.....	68
3.2LÍDERES POLÍTICOS E A CONDUTA BRASILEIRA NAS DINÂMICAS DE DEFESA REGIONAL.....	71
<b>3.2.1Conduta durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).....</b>	<b>73</b>
3.2.1.1Discursos do Presidente da República.....	74
3.2.1.2Discursos do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010).....	87
3.2.1.3Discursos do Ministro da Defesa Nelson Jobim (2007-2010).....	95
<b>3.2.2Conduta durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016)..</b>	<b>97</b>
3.2.2.1Discursos da Presidenta da República.....	98
3.2.2.2Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)	103
3.2.2.3Discursos dos Ministros da Defesa do Governo Rousseff (2011-2016).....	109
3.3ANÁLISE COMPARADA: LÍDERES BRASILEIROS E AS DINÂMICAS DE DEFESA REGIONAIS .....	113

3.4	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	123
<b>4</b>	<b>MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA ENTRE OS PAÍSES DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO.....</b>	<b>125</b>
4.1	MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA .....	126
4.2	DOCUMENTOS DE DEFESA DO BRASIL.....	129
4.3	MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA NA UNASUL E CDS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA EM DEFESA REGIONAL. ....	135
4.4	MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA: ACORDOS E EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO MILITAR .....	143
<b>4.4.1</b>	<b>Acordos de Cooperação em Defesa.....</b>	<b>144</b>
<b>4.4.2</b>	<b>Treinamento Militar Conjunto Sul-Americano.....</b>	<b>151</b>
4.5	CONSIDERAÇÕES PARCIAIS .....	154
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>159</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>165</b>
	<b>APÊNDICES .....</b>	<b>179</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil entrou resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais, a que tem direito pela aspiração de sua cultura, pelo prestígio de sua grandeza territorial e pela força de sua população [...] como uma inflexível diretriz de concórdia eficaz e leal amizade entre todas as nações sul-americanas (BARÃO DO RIO BRANCO, 1909, s.p. *apud* AMORIM, Celso, 2012, s.p.).

As palavras de Rio Branco traduziram a realidade da política externa brasileira do início do século XX, com suas aspirações de projeção global e traços das relações entre os Estados da América do Sul. Para o patrono da diplomacia brasileira, os laços de amizade com vizinhos caminhavam em conjunto com a promoção dos interesses nacionais, inspirados através de uma racionalidade sistêmica que “imprimia uma diretriz de cooperação sul-americana e lastreava-se em uma estratégia dissuasória de defesa nacional” (AMORIM, 2012, p.6).

Ao refletir sobre as ideias do diplomata, descobre-se que elas são atuais e podem ser aplicadas nas aspirações brasileiras para as relações interestatais sul-americanas do século XXI. Os governos de Lula (2003-2010) e Rousseff (2011-2016), vigentes no início do milênio, evidenciaram diretrizes de política externa de integração e cooperação sul-americana como um instrumento de promoção dos interesses nacionais. Estes, por sua vez, baseados no desenvolvimento sustentável da região, a estabilidade entre as nações, e multilateralismo. Como consequência desta atuação, houve a espera pela ascensão do Brasil no cenário das grandes potências como uma liderança regional.

No que tange à política de defesa os governos Lula e Dilma, apresentaram três dimensões que casaram com os objetivos supracitados. Uma posição tradicional firme em segurança internacional a respeito da negociação de conflitos sem o uso da violência, a promoção e estabilidade política e construção de uma zona de paz na América do Sul como seu entorno estratégico, e a proteção do Atlântico Sul, foram temas constantes na agenda de defesa nacional.

Entretanto, há uma lacuna entre as aspirações internacionais brasileiras e os recursos disponíveis que influenciam na sua inserção internacional. O Brasil não possui expressão militar suficiente para influenciar diretamente na determinação de políticas globais em segurança e defesa. Logo, utiliza do *soft power*, da maximização de

credenciais diplomáticas e do fortalecimento do multilateralismo a fim de promover espaço na agenda internacional.

A fim de complementar essas diretrizes, a agenda de defesa possuía dois objetivos. O primeiro seria fortalecer a cooperação em defesa de forma a minimizar os riscos de uso da força no ambiente regional – seja para ameaças tradicionais ou não-convencionais. E o segundo, consolidar uma autonomia nacional e regional, sem a influência de potências externas no Complexo Regional de Segurança (CRS) sul-americano.

Esse ambiente regional sul-americano é tradicionalmente considerado pacífico, com baixa incidência de conflitos interestatais e baixa securitização de ameaças externas. O fim da Guerra Fria e o início da redemocratização, a criação de instituições regionais voltadas para a conjuntura econômica e política, a demanda por maior autonomia nas próprias decisões de política externa, e a constante busca por transparência e cooperação em matéria de defesa resultaram na aproximação amistosa entre os Estados da América do Sul.

Entretanto, as relações interestatais nem sempre são harmônicas, na medida em que não chegam a travar a guerra, porém militarizam os conflitos como uma parte da estratégia para mudar ou manter o status quo da unidade. Essas, por sua vez, qualificam a América do Sul como uma região onde ocorre a “paz híbrida” com presença simultânea de (1) disputas resolvidas por meio de militarização, mas sem escalar para um conflito armado ou guerra, (2) democracias que mantêm relações econômicas com seus vizinhos, e (3) normas e instituições regionais que ajudam na resolução pacífica de disputas. Além disso, os Estados do continente evidenciam problemas domésticos que acabam transbordando pelas fronteiras. Sendo assim, apresentam conflitos com vizinhos **na** fronteira, e não problemas **de** fronteira, visto que resoluções territoriais estão basicamente resolvidas.

Existem, portanto, diferentes interpretações sobre as relações interestatais sul-americanas em matéria de defesa, que ponderam a respeito de diferentes fatores históricos, de baixa securitização de ameaças e de pouca incidência de conflitos. Entretanto, nem todas somam esses elementos à conduta de um determinado país durante um certo período. A presente pesquisa, portanto, busca responder a seguinte pergunta: *Como as relações interestatais em defesa na América do Sul podem ser caracterizadas a partir da conduta brasileira para a região entre os governos Lula e Rousseff (2003-2016), considerando o continuum formações conflituosas, regime de segurança e comunidade de segurança?*

A utilização do *continuum* como parâmetro para a análise ocorre porque, os países sul-americanos – dependendo de padrões de amizade, cooperação e integração – podem interagir em diferentes ações. A sua atuação pode ser com o mais alto nível de insegurança e incertezas de conflitos até elaborar relações que não envolvam a possibilidade de conflitos entre os atores, mas sim que as disputas sejam resolvidas por meios pacíficos.

Em vista disso, três fatores estimularam a produção desta pesquisa. O primeiro condiz com a carência de estudos nas Relações Internacionais a respeito das relações interestatais sul-americanas alicerçados na perspectiva de defesa regional durante o governo Rouseff. Um segundo estímulo seria a intensificação das relações internacionais no subcontinente após o fim da Guerra Fria. A América do Sul vem se constituindo como região com intensos fluxos interestatais de diferentes naturezas, bi ou multilaterais, assim como a presença de acentuados processos de institucionalização – recentemente marcado pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e pelo Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Logo, torna-se primordial compreender essas intensas e complexas dinâmicas transnacionais do subcontinente.

Ao mesmo tempo, e a ponto de ser um terceiro estímulo para a pesquisa, essas intensas e complexas dinâmicas colocam em xeque as incertezas sobre relações pacíficas entre os países da América do Sul. Ao longo dos últimos anos alguns acontecimentos permearam as políticas externas dos países e, desencadearam na desestabilização e transformação das relações interestatais sul-americanas, dentre elas: processos políticos de crises na democracia de países como a Venezuela; escândalos de corrupção do Brasil que acabam refletindo em todos os países da região e o processo de impeachment sofrido pela Presidente do Brasil; negociações em curso entre o Governo da Colômbia e as FARC-EP, assim como a interferência dos Estados Unidos (EUA) no combate ao narcotráfico do país; e a crise econômica que afeta setores econômicos, sociais e políticos, e a integração da região.

Portanto, para cumprir com o objetivo central de analisar as relações interestatais sul-americanas em matéria de defesa considerando o *continuum* proposto e a conduta brasileira durante os governos Lula e Rouseff (2003-2016), a presente dissertação será dividida em três capítulos, cada um representando um objetivo/subsídio para a resposta conjunta. O primeiro capítulo realiza um estudo teórico a respeito das relações interestatais sul-americanas sobre o *continuum* formações conflituosas, regime de segurança e comunidade de segurança, e sobre construção de uma identidade coletiva regional. O desenvolvimento

teórico, portanto, expõe vertentes construtivistas positivistas que exploram a formação de cada padrão de comportamento dentro da teoria de Complexos Regionais de Segurança (CRS) de Buzan e Waever (2003).

O segundo capítulo versa a respeito do papel que os discursos dos líderes políticos possuem na caracterização das relações interestatais em matéria de defesa. Para tanto, realiza-se uma análise do conteúdo dos discursos políticos dos líderes brasileiros de forma quantitativa e qualitativa como uma ferramenta para auxiliar na caracterização proposta. Optou-se pela análise do conteúdo<sup>1</sup> de discursos principalmente da Presidência da República, do Ministro das Relações Exteriores, e do Ministro da Defesa – em exercício durante o período estabelecido - pois estes são atores essenciais para a securitização de ameaças, promoverem relações com os demais atores, e a construção de confiança em uma região (DANTAS, LEITE, 2015).

Por fim, o terceiro e último capítulo possui o propósito de verificar o andamento das medidas de construção de confiança mútua (MCM) no CRS e a construção de uma identidade coletiva regional, tendo em vista que estas são fatores determinantes para as relações em defesa regional, por serem ações de promoção de confiança, contato e ampliarem a segurança em uma região. Dentro das MCM, portanto, são analisados os documentos de defesa como medidas de transparência, as MCM multilaterais regionais e as MCM de cooperação em defesa realizadas pelo Brasil visadas por acordos interestatais, bi e multilaterais, e exercícios de treinamento militar conjunto entre as Forças Armadas vizinhas durante o período temporal proposto.

Ao considerar e somar todas essas etapas da pesquisa, a expectativa de resposta da pergunta proposta compõe duas hipóteses. A primeira refere-se ao fortalecimento das relações interestatais sul-americanas em matéria de defesa, visualizando que este ocorreu apenas quando houve a vontade política – expressa nos discursos – dos líderes brasileiros. É importante frisar que essa vontade política aqui colocada é reflexo tanto das intenções dos líderes políticos quanto dos constrangimentos que os governos enfrentaram ao longo do mandato, ou seja, a vontade política não é apenas uma ação voluntariosa do governo, mas sim uma soma de dos dois fatores em que ambos influenciaram na definição da agenda.

---

<sup>1</sup> Diferentemente da análise do discurso, a abordagem a ser desenvolvida não necessita de análise momentânea, analisando o histórico, a ideologia e postura corporal e linguística do locutor (CAREGNATO, MUTTI, 2006).

E a segunda hipótese afirma que as relações interestatais em defesa na América do Sul foram limitadas às medidas de construção de confiança (MCM) pontuais entre díades ou tríades, o que não gerou aumento significativo de confiança entre os Estados a ponto de permitir as condições para a completa formação de uma comunidade de segurança sul-americana.

Com os resultados colhidos das análises e a confirmação ou não das hipóteses supracitadas serão concluídas as intenções desta dissertação de mestrado. O mais importante, contudo, é o que essa dissertação pode proporcionar para futuras pesquisas e ações de políticas públicas. Barão do Rio Branco e Celso Amorim já afirmavam que ao possuir relações amistosas com os vizinhos sul-americanos, inclusive no campo da defesa, o Brasil alcançaria o cenário das grandes potências internacionais. Assim sendo, compreender como se caracterizaram as dinâmicas de defesa regional a partir da conduta de governos anteriores torna-se fundamental para prover subsídios a fim de entender padrões que levaram a políticas atuais da área defesa brasileira para o CRS sul-americano.



## 2 REGIÃO SUL-AMERICANA E SEUS PADRÕES DE RELACIONAMENTO INTERESTATAL NA ÁREA DE DEFESA

As dinâmicas de segurança<sup>2</sup> e defesa<sup>3</sup> nas relações interestatais sul-americanas tradicionalmente são descritas pelas suas características pacíficas. Esse discernimento decorre por ser uma região historicamente livre de armas de destruição em massa, com pouca incidência de conflitos interestatais e baixa securitização de ameaças tradicionais. Contudo, os países do continente apresentam vulnerabilidades domésticas, como questões transfronteiriças, narcotráfico, crime organizado, e a violência interna. Por conseguinte, a estabilidade regional – do ponto de vista da segurança internacional – não ocorre, justamente porque sua manutenção é afetada pelas instabilidades domésticas e a tradicional paz pode ser questionada (MARES, 2001, 2012).

---

<sup>2</sup> O conceito de segurança corresponde ao sentimento de ameaça que um ator sente com relação a outro ator ou fenômeno, os quais podem variar de acordo com o tempo e lugar, e desenvolvem a partir de temas como soberania, autoridades, Estados, política, entre outros; entretanto, possuem principalmente ênfase em questões militares (BUZAN, HANSEN, 2009). Para Mayer (apud SAINT-PIERRE, 2011, p.412), em uma definição mais ampla de segurança, o conceito de segurança corresponde a uma “situação que em qualquer âmbito, possibilita o exercício das próprias capacidades, não obstante a existência de ações e situações antagônicas e que, além disso, supõe a capacidade para enfrentar ou dissuadir a agressão ou para reduzir a vulnerabilidade ante o mesmo”. Na Política Nacional de Defesa (2012c) o termo segurança significa “É a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais” (BRASIL, 2012c, p.12).

<sup>3</sup> O conceito de defesa “consiste na gestão de meios materiais e humanos que asseguram à nação a capacidade de preservar sua soberania contra agressões armadas” (LIMA, 2010, p. 402). Segundo Mayer (apud SAINT-PIERRE, 2011, p.412), a defesa é “um conjunto de medidas e ações destinadas a enfrentar distintos tipos de situações de risco potenciais ou efetivos ou reduzir a vulnerabilidade ante as mesmas”. A Política Nacional de Defesa do Brasil (2012) considera o termo defesa como “É o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, para a defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas” (BRASIL, 2012c, p.12).

O capítulo, portanto, visa estabelecer um aporte teórico sobre as relações interestatais sul-americanas em defesa, a fim de indicar subsídios para a caracterização do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança na América do Sul. Esta contribuição será formulada a partir da perspectiva construtivista dos Complexos Regionais de Segurança (CRS) de Buzan e Waever (2003) e da formação de identidades coletivas proposta por Wendt (1992, 1994) e Onuf (1989).

## 2.1 COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO

A primeira seção deste capítulo assume como propósito a explanação sobre os Complexos Regionais de Segurança (CRS) a partir de sua abordagem construtivista positivista. Compor-se-á, portanto, da elucidação sobre os CRS e como este está apresentado no continente sul-americano. Posteriormente uma análise sobre o *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança dentro do CRS sul-americano.

A teoria construtivista das Relações Internacionais, embasada aqui pelos estudos de Wendt (1992, 1994, 1999), Hopf (1998) e Guzzini (2000), Onuf (1989), adquiriu ênfase dentre as teorias clássicas da disciplina no período pós-Guerra Fria. O construtivismo ampliou o *maintream* das teorias porque afirma que as relações interestatais políticas são socialmente construídas, contrariando o determinismo pré-definido e imutável das abordagens anteriores.

A construção social deriva do preceito que o agente<sup>4</sup> e a estrutura<sup>5</sup> são mutuamente constituídos, sendo parte de um processo. O resultado desse processo depende de ações adotadas pelos atores (agentes) envolvidos, e da percepção e interpretações<sup>6</sup> que cada um destes possui a

---

<sup>4</sup> Os agentes principais da análise política internacional para os construtivistas – assim como para realistas e liberais – são os Estados. Porém para os construtivistas o papel do indivíduo, das agências domésticas, da cultura e das ideias é fundamental para a construção do processo de interações entre os agentes principais.

<sup>5</sup> A estrutura para os construtivistas compreende um conjunto de restrições relativamente imutáveis no comportamento dos Estados (HOPF, 1998).

<sup>6</sup> Segundo Guzzini (2000) as interpretações e percepções são baseadas em um sistema compartilhado de códigos, símbolos e linguagens derivados

respeito do outro, as quais são formuladas a partir de interações entre os mesmos (ZEHFUSS, 2004; WENDT, 1992; GUZZINI, 2000).

Os Complexos Regionais de Segurança (CRS) são uma abordagem construtivista, porque, a operação e formação de um CRS depende de padrões de amizade e inimizade entre os Estados, da securitização de ameaças e da confiança entre as unidades. Isso faz com que sistema regional seja dependente interações e interpretações dos atores com relação ao outro, não apenas um reflexo mecânico da distribuição de poder<sup>7</sup> (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 40).

Os padrões de amizade e inimizade possuem origem interna aos Estados, dependendo de fatores históricos, políticos e das condições materiais de cada unidade. Logo, são movimentos e são movimentados da construção social da distribuição de poder, determinando a estrutura<sup>8</sup> das relações entre os Estados (BUZAN, WAEVER, 2003).

---

de práticas sociais, as quais geram um conhecimento socialmente construído, ou seja, dependente do contexto social em que os agentes estão inseridos.

<sup>7</sup>O conceito de poder nas relações internacionais apresenta algumas definições, Wight (2002), por exemplo, caracteriza o poder por elementos tangíveis e não tangíveis, os primeiros correspondem ao tamanho da população, posição estratégica, extensão geográfica, recursos econômicos, e os últimos à eficiência administrativa e financeira, educação e tecnologia, além da coesão moral. Nye (2008), por sua vez, afirma que o poder é a habilidade de afetar os outros para alcançar os resultados desejáveis, a qual está associada a determinados recursos – como população, território, economia, Forças Armadas - e líderes políticos. Para o autor, os recursos que rendem mais poder variam de acordo com o contexto e local do globo, logo, um ator internacional pode valer-se do *hard e/ou soft power*, e um não existe sem o outro. O *hard power* corresponde ao poder composto por características fortes do Estado, como a capacidade militar, econômica, a população e características geoestratégicas. O *soft power*, por sua vez, engloba o poder das ideias, da cultura, da ideologia, das instituições e também abrange a capacidade de mudança de agendas temáticas de cada ator (NEY, 2008).

<sup>8</sup>Essa estrutura – segundo as escolas realistas, liberais, construtivistas e suas variações – é anárquica, ou seja, um sistema sem hierarquia, sem uma autoridade supranacional que consiga impor sua vontade sobre demais atores sem ser questionada. Segundo Wight (2002, p. 92) anarquia corresponde a “uma multiplicidade de potências sem governo (...) ausência de um governo internacional”. Contudo, o poder e a distribuição desse poder de acordo com as capacidades dos Estados, organiza a estrutura em polos de poder, condizente com a quantidade e qualidade da distribuição de poder. Sendo

A securitização de ameaças também é considerada um determinante nas relações interestatais em defesa dentro de um CRS. O processo de securitização corresponde

[a] elevação, acima dos constrangimentos procedimentais inerentes ao tratamento político de um problema coletivo em poliarquias institucionalizadas, das ações adotadas para debelar a ameaça à existência de um determinado objeto referente da segurança (ALSINA JR, 2003, p. 54).

Segundo Saint-Pierre (2011, p. 420) a ameaça<sup>9</sup> é “uma representação, um sinal, uma disposição, gesto ou manifestação percebida como o anúncio de uma situação não desejada ou de risco para a existência de quem percebe”. A percepção de ameaças, por sua vez, “ocorre por meio da relação intersubjetiva entre os atores ‘securitizados’ e o público-alvo do ato de fala que enuncia a tentativa de securitização” (ALSINA JR, 2003, p. 54).

Destarte, uma questão securitizada por algum ator, “é postulada (...) como uma ameaça à sobrevivência de algum objeto referente (nação,

---

assim, segundo Mearsheimer (1990), uma ordem unipolar concentra apenas um polo de poder, com uma grande potência; uma ordem bipolar apresenta duas grandes potências com capacidades equivalentes; e uma ordem multipolar consiste em vários polos de poder e na ausência de um poder que se sobressai aos demais. A relação dos demais Estados com os polos de poder, ou a relação entre os polos também determina o posicionamento dos Estados e os padrões de amizade e inimizade entre estes.

<sup>9</sup> As ameaças securitizadas, com o fim da Guerra Fria e a ampliação da agenda internacional em diferentes temáticas, podem ser caracterizadas por ameaças tradicionais e novas ameaças. As ameaças tradicionais seriam aqueles referentes às disputas diretas entre Estados, geralmente relacionados a questões de demanda por fronteiras e/ou questões de ideologia político-econômica. As novas ameaças foram evidenciadas após o conflito bipolar, pela Comissão Palme criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (SAINT-PIERRE, 2011). Conforme afirma Saint-Pierre (2011), as novas ameaças encaixam-se no conceito de segurança multidimensional desenvolvido no período, associado então ao desenvolvimento e ao progresso das nações, pois soma vários elementos de naturezas diferentes, com origens diferentes, e que requerem diferentes tipos de respostas à segurança internacional.

estado, ordem econômica internacional liberal, as florestas tropicais), que se afirma ter direito de sobreviver” (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 71, tradução nossa)<sup>10</sup>. Logo, é processo político, no qual o ator securitizador aplica o direito de utilizar medidas extraordinárias para quebrar regras comuns, por razões de segurança e de sobrevivência (ALSINA JR, 2003; BUZAN, WAEVER, 2003).

A confiança interestatal, por fim, está intrinsecamente relacionada à resolução pacífica de controvérsias, e também para a cooperação entre estes, visto que esta admite a ideia de conflitos no sistema (AGUILAR, 2011). Portanto, a confiança “refere-se a uma atitude que envolve a vontade de colocar o destino dos interesses de algum sob o controle dos outros” (HOFFMAN, 2002, p.376-377).

O comportamento de confiança entre os Estados se manifesta em relacionamentos, os quais surgem quando seus líderes políticos promulgam políticas que delegam o controle dos interesses com base na convicção de que o outro é confiável (HOFFMAN, 2002). A intensidade de um relacionamento de confiança pode variar dependendo da percepção de um ator sobre a confiabilidade do outro, portanto envolve a previsibilidade sobre futuras ações (HOFFMAN, 2002).

Sendo assim,

A confiança refere-se à vontade de um ator de colocar seus interesses sob o controle de outros com base na crença de que esses atores irão honrar sua obrigação de evitar usar sua discricção de maneira prejudicial. O relacionamento de confiança são manifestações comportamentais de confiança. Estes emergem quando os atores deixam o destino de seu interesse pela discricção de outros com a expectativa de que esses atores honrarão sua obrigação de evitar usar sua discricção de maneira prejudicial ao primeiro (HOFFMAN, 2002, p. 394, tradução nossa)<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> No original: “is posited (...) as a threat to the survival of some referent object (nation, state, the liberal international economic order, the rain forests), which is claimed to have a right to survive”.

<sup>11</sup>No original: “Trust refers to an actor’s willingness to place its interests under the control of others based on the belief that those actors will honor their obligation to avoid using their discretion in a harmful manner. Trusting relationship are behavioral manifestations of trust. They emerge

A construção de confiança é um processo lento, o qual desenvolve-se em etapas e progride quando os Estados percebem uma estabilidade do relacionamento. Sendo assim, o implica em uma previsibilidade mantida ao longo do tempo pelos atores envolvidos (PAGLIARI, 2015).

Alguns autores, como Bustamante (1996), afirmam que a confiança se vincula estreitamente à segurança, por ser uma forma de dissuasão. Esta não considera que a segurança seria um jogo de soma zero, e presume que esta pode ser maximizada de forma cooperativa e isso implica que as partes possuem interesse comum em evitar o conflito aberto, uma vez que a visão de motivações e intenções do homólogo é uma variável importante para a segurança.

Logo, a demonstração de confiança implica em uma forma perceptiva de evitar o conflito aberto, sendo assim uma dissuasão.

Foram elucidadas, destarte, os diferentes componentes que formam as dinâmicas políticas interestatais na temática de segurança e defesa que caracterizam um CRS a partir de determinações construtivistas. Logo, o conceito da construção de Buzan e Waever (2003) pode ser melhor explanado.

Um Complexo Regional de Segurança pode ser definido como

[u]m conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, desecuritização ou ambos estão tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos separados uns dos outros (BUZAN, WAEVER, 2003, p. 44, tradução nossa)<sup>12</sup>.

Logo, um CRS é considerado uma região<sup>13</sup> vista pelas lentes da segurança, visto que partes do processo de securitização e desecuritização

---

when actors leave the fate of their interest of the discretion of others with the expectation that those actors will honor their obligation to avoid using their discretion in a manner harmful to the first”.

<sup>12</sup> No original: “a set of units whose major processes of securitization, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another”.

<sup>13</sup> Segundo Buzan e Waever (2003) uma região é socialmente construída, pois depende das interações entre o nível doméstico e o nível internacional. Logo, suas dinâmicas são moldadas e moldam o comportamento dos atores nos três níveis (sistêmico, regional e doméstico). Magalhães (2010), afirma que regiões são “áreas geográficas social e politicamente percebidas por meio de elementos provedores de coesão”

no sistema internacional se manifestam de forma interligada em aglomerações regionais. Por conta disso, as dinâmicas não podem ser analisadas separadamente (BUZAN, WAEVER, 2003).

Essa estrutura, entretanto, não é fixa, ou seja, nem sempre ela mantém o seu *status quo*<sup>14</sup>, sem mudanças significativas. Podem ocorrer transformações internas e externas ao CRS. A primeira condiz com mudanças que ocorrem dentro da região, transformações na estrutura anárquica – devido à integração – na polaridade (ascensão ou queda de uma potência), ou nos padrões de amizade. E as mudanças externas implicam na expansão ou diminuição da fronteira do CRS (BUZAN, WAEVER, 2003).

No pós-Guerra Fria<sup>15</sup> os autores apresentaram oito CRS possíveis do seu tempo. Cada um deles pode ser observado no Quadro 1<sup>16</sup>.

---

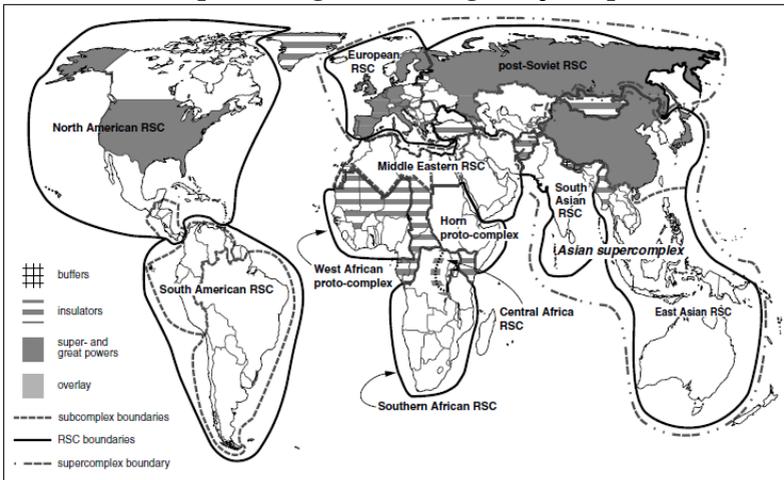
(MAGALHÃES, 2010, p.50), sendo que esses elementos são questões sociais, econômicas, políticas e organizacionais. Sendo assim, a região “[r]efere-se ao nível em que Estados ou outras unidades ligam-se suficientemente estreitamente para que seus valores securitários não possam ser considerados separados um do outro. O nível regional é onde os extremos de segurança nacional e global interagem e onde a maioria das ações ocorre (BUZAN, WAEVER, 2003, p.43, tradução nossa).

<sup>14</sup> *Status quo* é uma expressão do latim que significa “estado atual”, relacionado ao cenário atual, a uma condição ou situação.

<sup>15</sup> A abordagem dos CRS surgiu no pós-Guerra Fria porque, com os questionamentos sobre a polaridade internacional e a estrutura do sistema que originaram da queda da União Soviética, as regiões ganharam mais relevância e autonomia nas agendas de segurança internacional (PAGLIARI, 2009). Isso ocorre porque as regiões tornaram-se a conexão entre o nacional e o global (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

<sup>16</sup> A teoria dos CRS foi formulada nos primeiros anos do século XXI, logo, devido as mudanças nas relações políticas, de poder e capacidades estatais, alguns complexos podem ter se alterado no sistema com o passar dos anos.

## Quadro 1 - Complexos Regionais de Segurança no pós-Guerra Fria



Fonte: Buzan e Waever (2003), p. 26.

Para Buzan e Waever (2003) existem dois tipos de CRS, pautados por diferentes distribuições de poder: o padrão ou centrado. O tipo padrão concentra dois ou mais poderes e uma predominante agenda política militar, é anárquico e a polaridade é definida pela presença de potências regionais – podendo variar de uni a multipolar – e não apresentam uma *superpower*<sup>17</sup>, sendo a penetração desta no CRS padrão um elemento fundamental das políticas do segurança.

O tipo centrado, por sua vez, pode ser caracterizado de quatro formas: a) unipolares centrados em uma superpotência; b) unipolares centrados em uma grande potência; c) centrados em torno de um conjunto

<sup>17</sup> As unidades, para Buzan e Waever (2003) são atores com alto grau de independência e soberania. Para os autores as unidades com poder internacional se dividem em: *superpowers*, *great powers*, e *regional powers* (serão mantidos os termos em inglês para melhor classificação). A *superpower* possui capacidade política-militar e econômica para atuar em todo o sistema internacional, são atores fundamentais no processo de securitização e dessecuritização no globo, assim como são fundadores de valores universais e dão legitimidade a estes. A *great power* não demanda tanto em termos de capacidade e comportamento, mas atuam também em nível global. Por fim, a *regional power* possuem capacidades político-militares e econômicas regionais, porém não contém a força necessária para atuar em globalmente.

de instituições; e d) que corresponde aos unipolares centrados em uma potência regional. (BUZAN, WAEVER, 2003). O CRS centrado é mais estável quando o centro estabelece um tipo de política de hegemonia aberta ou penetrável, em que Estados dominados tenham acesso a políticas e processos do centro (BUZAN, WEAVER, 2003).

Os autores classificam o CRS da América do Sul como padrão, tendo os EUA como potência que penetra sua influência na sub-região, sendo essa marcada pela assimetria com relação ao subcontinente. Além da penetração estadunidense, o CRS padrão da América do Sul é marcado por tensões sociais domésticas, instabilidade política, rivalidades regionais e transbordamentos transnacionais.

Fuccille e Rezende (2013) - na sua data de análise - optaram por outra abordagem de Buzan e Waever (2003), pois classificam o CRS da América do Sul como centrado na potência regional brasileira. Pois o Brasil, por meio de suas capacidades (militares, econômicas, políticas e ideológicas) e do seu papel de protagonista e líder regional, unificaria a região com processos de securitização comuns. Além disso, outros três fatores possibilitaram a tese dos autores: 1) o desengajamento dos EUA na região, proporcionando maior autonomia à América do Sul; 2) a ascensão de governos de esquerda pelo continente, possibilitando convergência de ideias; e 3) a criação da União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) em 2008, a qual consolidou na região uma dinâmica de integração e cooperação (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

A perspectiva de Fuccille e Rezende (2013) apresenta, entretanto, algumas fragilidades, as quais refletem questões latentes na América do Sul. Os obstáculos surgem com a crise dos projetos de esquerda e de desenvolvimento imperantes no continente até então, rupturas nas políticas externas entre os países do CRS, e a emergência de novos governos que tomam medidas neoliberais, voltando o alinhamento das políticas externas aos EUA e Europa (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Outrossim, o papel do Brasil como líder regional, inclusive no fomento da Unasul e CDS, é essencial para a centralidade do CRS. Para tanto, algumas condições são necessárias, como

[q]ue o Brasil se coloque como fiador da estabilidade na região; que a aposta na dimensão do desenvolvimento (em detrimento da dimensão estratégico-militar) não somente supere os limites dessa aposta, mas que a própria estratégia centrada no desenvolvimento alcance legitimidade

(estabilidade econômica nos países da região); que aja interesse, por parte do Brasil, de exercer a hegemonia na região (...) mesmo que o Brasil mantenha seu desejo de ser um 'global player' (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017, p.290).

Isto posto, percebe-se que a vontade e a capacidade brasileira de atuação em seu entorno geográfico, são fundamentais para a centralidade do CRS. Contudo, com as mudanças na política externa brasileira, crise econômica e política que permearam a inserção regional e global do Brasil desde 2013, colocam em xeque essa liderança (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

O próprio desenvolvimento da Unasul e CDS, por ser um processo incipiente e dependente de consensos entre os Estados membros, desafia a estrutura criada, inclusive no campo da segurança e defesa. Essa organização, ao enfrentar as questões latentes da América do Sul, mencionadas anteriormente, mostrou-se mais um fórum de diálogo do que um espaço para tomada de decisões, com heterogeneidades entre visões ideológicas entre os membros. A polaridade do CRS, centrada na potência regional do Brasil, portanto, pode ser questionada, assim como os incentivos para a cooperação em defesa em âmbito regional (VAZ, FUCCILLE, REZENDE, 2018). Nessa dissertação, a validade deste argumento será exposta nos dois próximos capítulos, visto seus objetivos e metodologias.

Os CRS também podem ser analisados conforme as relações de amizade e inimizade e com a securitização de ameaças, sendo um *continuum* de formações conflituosas, regimes de segurança e comunidade de segurança, como poder ser observado na Quadro 2.

## Quadro 2 - *Continuum* formação conflituosas, regime de segurança e comunidade de segurança



Fonte: Elaboração própria, com base em Medeiros Filho (2010).

O quadro explicita que quanto maior o grau de inimizade e desconfiança entre Estados, mais propensa à formação conflituosas se

encontra uma região. Por outro lado, quanto maior a confiança e a amizade, mais a região inclina-se à formação de uma comunidade de segurança. Esses parâmetros de relações interestatais não são fixos no CRS, mas sim são movimentos que dependem do contexto e da percepção dos Estados com relação à conjuntura regional (BUZAN, WAEVER, 2003). Em vista disso, o CRS que se encontra no estágio de comunidade de segurança, por exemplo, pode retroceder a um regime de segurança ou até mesmo à uma formação conflituosa, sendo que o contrário também é possível.

Como pode ser observado na Quadro 1 o CRS sul-americano pode ser dividido em dois sub-complexos<sup>18</sup>, o Cone Sul e o Norte Andino, posto que o Brasil seria o elo entre os dois sub-complexos, pois é um país central do Cone Sul, porém possui interesses diretos e indiretos no Norte Andino. Além disso, há a presença constante da superpotência e há a existência de *buffer states*, a fim de conter conflitos e interesses no sub-complexo. Apesar das mudanças ocorridas nas dinâmicas de segurança e defesa regional, desde a criação da Unasul e do CDS, essa pesquisa ainda considera a divisão entre os sub-complexos, visto que apesar da aproximação institucional regional, as ameaças, aproximações e procedências em matéria de segurança e defesa ainda persistem, tanto no Cone Sul quanto no Norte Andino.

Somando os padrões de amizade e inimizade às dinâmicas propostas dos dois sub-complexos de segurança sul-americanos, Buzan e Weaver (2003), classificam a América do Sul como um regime de segurança, no qual os Estados realizam esforços que tem o objetivo de evitar a guerra, pois ainda há relações conflituosas, mas também ocorre a cooperação em matéria de defesa como medida de não-guerra (MATOS, MATOS, KENKEL, 2017). Porém alguns autores, como Hurrell (1998), Flandes (2009), Villa (2017), e Vitelli (2017), afirmam que sim, há uma comunidade de segurança na América do Sul, principalmente no Cone Sul. Outros autores, como Flandes, Nolte e Wehner (2011), consideram que a comunidade de segurança sul-americana está na transição<sup>19</sup> entre

---

<sup>18</sup> O sub-complexo de segurança possui, essencialmente, a mesma definição de um CRS, a diferença é que o sub-complexo é incorporado dentro de uma estrutura maior, pois apresenta o CRS apresenta padrões de interdependência entre os Estados que não são facilmente identificados em todo o CRS (BUZAN, WAEVER, 2003).

<sup>19</sup> Esses estágios de uma comunidade de segurança serão analisados posteriormente, ainda nesse capítulo.

nascente e ascendente, sua formulação ainda não está completa, assim como argumentam Vaz, Fuccille e Rezende (2018).

Faz-se necessário, portanto, analisar como caracterizam-se as formações conflituosas, e os regimes de segurança no contexto sul-americano. É importante ressaltar que o estudo sobre comunidades de segurança fará parte de outra seção, porque este seria o grau com menor probabilidade de conflitos possível no continente, em que as disputas se resolveriam por outros meios e não pelo uso da força. Em vista disso, a comunidade de segurança será o parâmetro de comparação para a pesquisa aqui desenvolvida.

### **2.1.1 Formação conflituosa e regime de segurança**

A caracterização das relações interestatais dentro de um CRS a partir do prisma de formações conflituosas em uma região depende de uma série de padrões de rivalidade, equilíbrio de poder, alianças e questões de confiança entre os agentes (BUZAN, WAEVER, 2003). O objetivo desta subseção é, portanto, verificar como esse prisma<sup>20</sup> pode ser apresentado no CRS sul-americano.

A América do Sul não apresenta conflitos armados entre Estados soberanos e é considerada uma região com baixa securitização de ameaças externas. Essa argumentação ocorre porque os últimos conflitos ocorreram entre Bolívia e Paraguai durante os anos de 1932 e 1935, a denominada Guerra do Chaco, e a Guerra do Cênepa (1995) entre Peru e Equador (VILLA, WEIFFEN, 2014). Ademais, a afirmação advém do uso da diplomacia para a resolução de disputas ser mais frequente do que a demonstração de força militar entre os países sul-americanos. Logo, o subcontinente situado em um período de “longa paz” (FRANCHI, MIGON, VILLARREAL, 2017).

---

<sup>20</sup>O padrão de relacionamento conflituoso consiste em um comportamento hobbesiano entre os atores, no qual a rivalidade e a inimizade prevalecem na conduta interestatal. O estado hobbesiano compreende um padrão de caos entre os agentes, um estado de guerra, porque devido às desconfianças e à busca pela sobrevivência e maximização de poder, o conflito torna-se inerente às interações entre estes. Logo, a estrutura – socialmente construída – refletirá esse processo conflituoso entre os Estados (BUZAN, WAEVER, 2003; MEDEIROS FILHO, 2010).

Em vista disso, Holsti (2004) afirma que a América do Sul – primeiramente – poderia ser vista como uma “zona de paz”. Segundo Medeiros Filho (2010), esse século sem guerras ocorreu devido a cinco fatores: por ser uma localização periférica em relação aos grandes conflitos mundiais; existência de limitações militares de caráter ofensivo nos países da região; presença hegemônica dos EUA e penetração deste nas dinâmicas de defesa regional; os países dão prioridade aos problemas domésticos; e o papel fundamental de normas e regras na política externa destes países.

Contudo, o subcontinente apresenta muitos problemas internos, como a violência interna, a baixa ou total ausência de capacidade estatal, e diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social, podendo ser classificada assim como uma “zona sem guerra” (HOLSTI, 2004). Segundo Medeiros Filho (2010) essa ausência de guerras formais e o alto grau de violência doméstica social denota uma inversão da dialética do dilema de segurança<sup>21</sup>, pois os problemas interestatais não seriam de fronteira, mas sim problemas na fronteira. Sendo assim, esse paradoxo, acaba por desestabilizar as dinâmicas de segurança e defesa regional.

Logo, conflitos no CRS da América do Sul ainda estão presentes. Segundo Buzan e Waver (2003), o Norte Andino é o sub-complexo sul-americano que mais apresenta a caracterização de formação conflituosa. Isso ocorre principalmente devido às vulnerabilidades domésticas dos Estados ali localizados, como as democracias frágeis, conflitos de definição de fronteiras, desestabilização e fragmentação do Estado, intervenção direta dos EUA no sub-complexo, além de proliferação de crimes transnacionais. Mesmo com a criação da Unasul e do CDS, para coordenar ações de defesa e solução de controvérsias por meios pacíficos, ainda são observadas essas vulnerabilidades no sub-complexo.

Logo, percebe-se que na formação do CRS houve incidências de formações conflituosas e disputas resolvidas pelo uso da violência entre os Estados. Entretanto, essa formação mudou, com coordenações entre os

---

<sup>21</sup> O Dilema de Segurança foi proposto por John Herz (1950). Segundo o autor o dilema ocorre porque os Estados – baseados nos princípios de anarquia e autoajuda da escola realista das Relações Internacionais – tendem a observar as atitudes internas de outro Estado como ameaçadoras para a sua própria segurança, gerando um sentimento crescente de insegurança e medo. Logo, o Estado acumula mais poder e mais meios de defesa contra o outro, a fim de prevenir ou dissuadir o ataque alheio, formando um ciclo contínuo de acumulação desses fatores, e assim podendo provocar o conflito direto.

vizinhos em matéria de defesa, mesmo que ainda os problemas que desestabilizam a região ainda persistam.

A configuração acima, portanto, abre margem para o desenvolvimento de um regime internacionais de segurança. Um regime internacional pode ser definido como “conjunto de princípios implícitos ou explícitos, normas, regras e procedimentos em torno de tomada de decisão que as expectativas dos atores convergem em uma dada área de relações internacionais (KRASNER, 1982, p. 94) ”.

O regime internacional é, portanto, um processo do qual os Estados utilizam para coordenar determinadas temáticas. Essa coordenação ocorre porque o regime proporciona previsibilidade, informações, credibilidade e confiança sobre determinado comportamento estatal (KEOHANE, 1984), fomentando assim a cooperação entre os atores<sup>22</sup> (KRASNER, 1982).

As relações interestatais no CRS da América do Sul pós-Guerra Fria, segundo Buzan e Waever (2003) apresentam, simultaneamente, padrões de coexistência e competição entre rivais, bem como cooperação em defesa e solução pacífica de controvérsias<sup>23</sup>. Para os autores, então, a região exibe particularidades de um regime de segurança (MEDEIROS FILHO, 2017; FRANCHI, MIGON, VILLARREAL, 2017).

Sendo normas, princípios e regras que convergem expectativas dos atores em questões de segurança, tornam-se capaz de diminuir incertezas sobre comportamentos futuros dos atores, gerar cooperação e coordenação em segurança, previsibilidade e credibilidade no comportamento dos atores, além de intercâmbio de informações. Muitas dessas qualidades são promovidas por meio de instituições regionais.

Neste ponto é importante conceituar um termo a ser utilizado ao longo de toda a pesquisa: cooperação. Dessa forma, aqui será empregado o termo de acordo com a descrição de Keohane (1984). Ou seja, quando destacado, o conceito não significa a harmonia completa, mas sim que existem divergências entre as unidades e que estas precisam negociar a fim de encontrar uma melhor forma de cooperar e conseguir uma coordenação para benefício de ambas as partes.

---

<sup>22</sup> Um regime internacional pode ou não originar uma instituição internacional (formal ou informal), sendo que esta é responsável pela organização de padrões em torno de práticas e expectativas convergentes (YOUNG, 1980, *apud* KEOHANE, 1984).

<sup>23</sup> É importante notar que essa perspectiva dos atores ocorreu no início do século, mais de uma década depois as dinâmicas de segurança se modificaram, assim como há possibilidade de mudança dessa perspectiva.

Tais iniciativas na América do Sul, segundo Medeiros Filho (2017), surgiram com a onda de regionalismo da década de 1980, quando houve a relevância de instituições regionais, como Mercosul, Comunidade Andina de Nações (CAN) e posteriormente a Unasul. Essas instituições orquestram – em diversas temáticas – as relações interestatais, inclusive o que concerne sobre arranjos de segurança e defesa, refletindo sobre a cooperação neste campo de atuação.

As instituições regionais possuem importante papel para as relações interestatais em defesa no continente sul-americano. O subcontinente sempre apresentou a peculiaridade da percepção do poder dos EUA na região, o qual espelhava o domínio das dinâmicas de segurança no hemisfério, porém com o fim da Guerra Fria os países sul-americanos começaram a se projetar internacionalmente, fora da esfera de atuação dos Estados Unidos, buscando assim maior autonomia com relação a este, principalmente com relação às dinâmicas de segurança regional (TEIXEIRA JR., 2016; NOLTE, 2017; MEDEIROS, TEIXEIRA JR., REIS 2017; TEIXEIRA JR., SILVA, 201-; WEIFFEN, VILLA, 2017).

Essa afirmação dos acadêmicos é evidenciada através da criação da Unasul e do CDS, das vitórias eleitorais da esquerda nos poderes governamentais de diversos países da América do Sul, da criação de outras instituições regionais – ALBA, Comunidade Andina, CELAC, Aliança do Pacífico, dentre outras – e por fim, a forte Cooperação Sul-Sul<sup>24</sup> entre os países sul-americanos, sendo estas autônomas dos EUA (WEIFFEN, VILLA, 2017).

---

<sup>24</sup> A Cooperação Sul-Sul (CSS) no âmbito da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento ganhou ênfase no cenário internacional com a ascensão econômica dos países emergentes, os quais buscavam maior influência e projeção de poder internacional, contudo não detinham hard power militar e econômico suficientes para arcar com todos os custos políticos e econômicos que a cooperação para o desenvolvimento exige, assim passaram a utilizar da CSS como uma forma de poder brando (BERGAMASCHI, MOORE, TICKNER, 2017). A CSS é enraizada, para tanto, na cooperação técnica entre países semelhantes, os quais apresentam como denominador comum a relação de subordinação para com países do Norte, mas ao mesmo tempo são Estados muito heterogêneos, com necessidades, peculiaridades nacionais e objetivos diferenciados (BERGAMASCHI, MOORE, TICKNER, 2017). A categoria, devido a diversidade, dispõe de uma agenda ampla de projetos técnicos em áreas como saúde pública, educação, meio ambiente, agricultura, ciência e tecnologia,

Porém a efetividade dessas organizações é ofuscada, porque os Estados membros optaram por diferentes paradigmas a respeito da cooperação regional, diferentes formas de inserção internacional e de relações com os Estados Unidos (WEIFFEN, VILLA, 2017). Ou seja, há uma heterogeneidade continental, a qual torna os processos incipientes e vulneráveis às mudanças das políticas globais e domésticas.

Observou-se nesta subseção, portanto, como o relacionamento interestatal sul-americano apresenta-se a partir do comportamento de regimes de segurança, ampliando a análise também para instituições regionais. A próxima seção do capítulo buscará analisar o CRS sul-americano a partir do prisma de comunidades de segurança, em que há impossibilidade de conflitos armados entre os agentes, sendo a relação mais pacífica possível.

## 2.2 COMUNIDADE DE SEGURANÇA NA AMÉRICA DO SUL

O padrão de comportamento interestatal em uma comunidade de segurança é marcado pelo estado de paz, de cooperação entre amigos, e até mesmo de integração entre os agentes, além disso a solução de controvérsias por outros meios que não a guerra. Em virtude disso, o propósito desta seção é compreender o que se entende por meio da

---

gestão pública, segurança pública, desenvolvimento produtivo e industrial, infraestrutura e defesa (MILANI, 2012). Destarte, a cooperação entre países em desenvolvimento preza por uma ação horizontal, em que ambos os lados aprendem com a cooperação técnica, e que esta aviste as particularidades de cada Estado (BERGAMASCHI, MOORE, TICKNER, 2017). Pode-se afirmar, portanto, que a CSS forma uma arquitetura de cooperação, na qual há ação mútua e um aprendizado conjunto entre os países de renda média que realizam e ensinam as técnicas e países de renda baixa que recebem a cooperação (MILANI, 2012). A CSS pode ocorrer por negociações bilaterais ou por via multilateral, o primeiro trâmite permite que os atores envolvidos logrem por maior autonomia no controle da agenda de cooperação, e o segundo, é realizado conjuntamente com bancos ou fundos de desenvolvimento criados para essa finalidade e no âmbito do sistema das Nações Unidas (MILANI, 2012). Os princípios que regem a CSS defendidos dentro do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), são: a iniciativas comuns entre as partes, solidariedade, independência econômica; agenda criada a partir do Sul para o Sul; não deve substituir a Cooperação Norte-Sul, mas ao mesmo tempo não atende os critérios da Agenda de Eficácia; e horizontalidade, consenso e equidade (SANTOS, CERQUEIRA, 2015).

literatura de relações internacionais sobre comunidades de segurança, e como esta pode ser analisada no CRS sul-americano.

### 2.2.1 Definindo Comunidades de Segurança

Segundo Deutsch (1957), existem no cenário internacional comunidades políticas, sendo definidas como “grupos sociais com um processo de comunicação política, algumas máquinas para coação e alguns hábitos populares de *compliance*<sup>25</sup>” (DEUTSCH, 1957, p.5, tradução nossa)<sup>26</sup>, ou seja, comunidades de unidades políticas e seus indivíduos que passam por processos integrativos. Porém nem todas as comunidades evitam a guerra e nem a expectativa de guerra. O objetivo desta seção é, portanto, definir as comunidades políticas específicas que resolvem suas disputas por meios pacíficos ou avançaram no sentido da desconsideração do uso da força para a resolução de suas divergências.

As comunidades que passam pelo processo de solução de controvérsias por meios pacíficos são consideradas comunidades de segurança. Segundo o autor,

[U]ma COMUNIDADE DE SEGURANÇA é um grupo de pessoas que se tornou "integrada". Por INTEGRAÇÃO, entendemos a realização, dentro de um território, de um "senso de comunidade" e de instituições e práticas suficientemente fortes e suficientemente amplas para garantir, por um longo tempo, expectativas confiáveis de "mudança pacífica" entre suas populações. Por SENSO DE COMUNIDADE, queremos dizer uma crença por parte de indivíduos em um grupo, que eles chegaram a um acordo sobre pelo menos um ponto: que os problemas sociais comuns devem e podem ser resolvidos por processos de "mudança pacífica". Por MUDANÇA PACÍFICA, entendemos a resolução de problemas sociais, de maneira normal, por procedimentos institucionalizados, sem recorrer a força física em

---

<sup>25</sup> *Compliance* sugere o estado ou fato de agir de acordo com determinadas regras e diretrizes.

<sup>26</sup> No original: “social groups with a process of political communication, some machinery for enforcement and some popular habits of compliance”.

larga escala (DEUTSCH, 1957, p.5, destaque do autor, tradução nossa)<sup>27</sup>.

Para Deutsch (1957, p.5, tradução nossa), “uma comunidade de segurança, portanto, é aquela em que há uma garantia real de que os membros dessa comunidade não lutarão fisicamente, mas resolverão suas disputas de alguma outra forma”<sup>28</sup>. De modo que o volume de transações – sociais, econômicas e políticas – entre unidades políticas é o que define o peso das instituições para mudanças pacíficas (DEUTSCH, 1961; VITELLI, 2017; MEDEIROS FILHO, 2017).

As unidades<sup>29</sup> podem ter dois tipos de interesse ao fazer parte de uma comunidade de segurança: poder material ou ideacional-normativo. O primeiro está relacionado com os custos e benefícios materiais de pertencer a uma entidade que proporcione governança regional à uma série de problemas comuns e a possibilidade de levar uma temática nacional à agenda regional. O segundo, por sua vez, busca gerar práticas sociais dentro da região, importar normas e ideias, logo possibilita a vantagem de ditar formas de integração ou cooperação (FLEMES, NOLTE, WEHNER, 2011).

O processo de integração comportamental que estrutura uma comunidade de segurança especificada pelo autor, possui algumas premissas. A primeira é que a integração política ocorre quando populações de diferentes territórios podem ligar-se verbalmente com facilidade através de valores que reproduzem o sentimento de comunidade, visto que quanto mais forte a associação, mais estruturada a

---

<sup>27</sup> No original: “A SECURITY-COMMUNITY is a group of people which has become 'integrated'. By INTEGRATION we mean the attainment, within a territory, of a 'sense of community' and of institutions and practices strong enough and widespread enough to assure, for a 'long' time, dependable expectations of 'peaceful change' among its populations. By SENSE OF COMMUNITY we mean a belief on the part of individuals in a group that they have come to agreement on at least this one point: that common social problems must and can be resolved by processes of 'peaceful change'. By PEACEFUL CHANGE we mean the resolution of social problems, normally by institutionalized procedures, without resort to large-scale physical force”.

<sup>28</sup> No original: “A security community, therefore, is one in which there is real assurance that the members of that community will not fight each other physically, but will settle their disputes in some other way”.

<sup>29</sup> Essas unidades que obtêm vantagens são principalmente os Estados líderes de uma região (FLEMES, NOLTE, WEHNER, 2011).

comunidade. Os valores, segundo Deutsch (1957) são a simpatia mútua, o “*we-felling*” (DEUTSCH, 1957, p.36), a confiança e a consideração mútua.

Além desses valores o autor afirma que a “mudança pacífica” não pode ocorrer sem um relacionamento entre Estados e seus indivíduos que envolva,

[I]dentificação parcial em termos de autoimagens e interesses; de previsões de comportamento mutuamente bem sucedidas e de ação cooperativa de acordo com ela - em suma, uma questão de processo dinâmico e pacífico de atenção mútua, comunicação, percepção de necessidades e capacidade de resposta no processo de tomada de decisão (DEUTSCH, 1957, p.36, tradução nossa)<sup>30</sup>.

Sendo assim, o sentimento de pertencimento a uma comunidade que se originou de um processo de integração de comportamentos de indivíduos e Estados depende de ampla comunicação, confiança mútua e tato perceptivo com relação ao outro.

A segunda premissa afirma que esse senso de comunidade apenas é adquirido com hábitos de comportamentos políticos de indivíduos, e particulares tradições e instituições providas de grupos sociais ou unidades políticas. Por sua vez, esses hábitos e tradições são adquiridos através do aprendizado social (DEUTSCH, 1957), o qual é condicionado pela velocidade e extensão do aprendizado das dinâmicas particulares de cada processo de integração<sup>31</sup>.

---

<sup>30</sup> No original: “of partial identification in terms of self-images and interests; of mutually successful predictions of behavior, and of cooperative action in accordance with it - in short, a matter of a peaceful dynamic process of mutual attention, communication, perception of needs, and responsiveness in the process of decision-making”.

<sup>31</sup> Os processos integrativos que levam às comunidades políticas, para Deutsch (1961), podem ser de seis tipos. O primeiro é a amalgamação política, ou seja, a fusão de unidades ou agências políticas em uma, de modo que esta fusão pode ser voluntária ou pela coerção através de uma força militar com poder superior a outras unidades. Essa amalgamação pode levar à uma comunidade de segurança ou apenas à uma integração política, sem intenções de mudanças pacíficas. Isso ocorre, porque, ao serem submetidas a um único governo, as unidades e indivíduos podem se sentir inseguros, fomentando eclosões de guerras civis ou de secessões (DEUTSCH, 1961, p.

Os resultados colhidos do aprendizado social dependem de capacidades políticas, econômicas e sociais das unidades políticas participantes do processo de integração de comportamentos (DEUTSCH, 1957). Essas capacidades somadas à habilidade de resposta para o processo integrativo, são sinônimos de poder, ou seja, quanto maiores as capacidades econômicas, sociais e políticas, maior o poder da unidade. A unidade política deve perceber os anseios da população do outro território e das suas elites políticas, de modo a responder rapidamente e informar com peso adequado a sua própria tomada de decisões, sendo esta a terceira e última premissa (DEUTSCH, 1957).

Segundo Adler e Barnett (1998) existem três níveis que levam ao surgimento de comunidades de segurança. O primeiro corresponde a condições básicas de construção de confiança e identidade<sup>32</sup>. Isso ocorre quando Estados coordenam suas políticas a fim de alcançarem interesses comuns, como o desenvolvimento tecnológico, combate às ameaças

---

654). O segundo tipo de processos integrativos é a “psychological role-taking”, o qual é gerado pelo “we-feeling” ou sentimento comum de pertencimento. Nesse tipo de integração o papel dos símbolos, das atitudes e expectativas da comunidade tem um papel similar ao desempenhado em uma nação, logo, com muito significado (DEUTSCH, 1961). A terceira via integrativa condiz com a assimilação, segundo o autor. A assimilação opera em dois meios: 1) o aprendizado cultural ou a difusão de padrões comuns de comportamento; e 2) a desconstrução cultural ou a eliminação de padrões que tornam as unidades diferentes. É um processo no qual “os indivíduos ou as unidades políticas participantes se tornam tão similares quanto possível uns aos outros em linguagem, cultura, hábitos e instituições políticas e econômicas e, em geral, no maior número possível de aspectos” (DEUTSCH, 1961, p. 655-656, tradução nossa). O quarto e quinto modo de processos integrativos correspondem, respectivamente, à interdependência mútua e à responsividade mútua. Aquela corresponde a unidades muito especializadas em determinados pontos e precisam das outras para complementar suas necessidades e interesses – similar à divisão internacional do trabalho. E a última reflete o aumento da mútua capacidade de resposta de diferentes unidades políticas, sendo que estas se complementam e acabam tornando-se dependentes (DEUTSCH, 1961). Por fim, a última forma de processo integrativo determinada por Deutsch (1961) é a simples pacificação. Seria, portanto, a renúncia ao uso da violência de forma voluntária ou coercitiva de certas unidades políticas, acompanhada de um processo de desarmamento e implementação de ideologias pacificadoras.

<sup>32</sup>A noção de construção de identidades é apresentada mais adiante no primeiro capítulo.

externas, anseio pela redução do medo e incertezas, dentre outros (MAGALHÃES, 2010).

O segundo nível condiz com os efeitos do poder<sup>33</sup> e conhecimento<sup>34</sup> (ADLER, BARNETT, 1998). Estes são elementos estruturais que indicam que as interações sociais entre Estados e seus povos alteram o contexto em que se encontram. É nesse nível que se estabelecem instituições internacionais, as quais produzem confiança mútua, encorajam novas ações dos Estados, incentivam a reavaliação de preferências e criam novos laços sociais. A criação de confiança através de instituições decorre do sentimento de uma cultura regional comum e um destino comum (MAGALHÃES, 2010, 2012). Por fim, o último nível, é o desenvolvimento de expectativas confiáveis de mudança pacífica, nas quais a confiança mútua e a identidade coletiva são recíprocas e reforçam-se mutuamente (MAGALHÃES, 2010, 2012).

Além disso, as comunidades de segurança não são imutáveis, elas transformam-se de acordo com o contexto social e podem se desintegrar. Adler e Barnett (1998) afirmam que o processo reverso ocorre pela introdução de forças externas que abalam a estrutura de governança de uma comunidade de segurança, quebrando o ciclo de expectativas confiáveis de mudanças pacíficas.

O comportamento interestatal sul-americano pode ser analisado pelo prisma de comunidades de segurança porque, mesmo antes do fim dos regimes militares houve a reaproximação dos países em âmbito regional, trazendo à pauta da agenda estatal a cooperação amigável entre países sul-americanos, como por exemplo, a reaproximação entre Brasil e Argentina (HURREL, 1998). Essa postura ampliou o volume de transações regionais – econômicas, serviços e pessoal – principalmente com a criação das organizações de integração regional como o Mercosul, entre os países do Cone Sul, e a CAN, entre os países do Norte Andino.

---

<sup>33</sup> Poder nesse caso significa a “habilidade de um Estado núcleo de conduzir e, ocasionalmente, coagir outros Estados para manterem sua postura coletiva”, e também “autoridade para, primeiramente, determinar o significado compartilhado do sentimento de comunidade; em segundo lugar, estabelecer práticas de Estados; e, finalmente, configurar condições para acesso à comunidade e a distribuição dos benefícios aos seus membros” (MAGALHÃES, 2010, p. 22).

<sup>34</sup> O conhecimento constitui e constrange ações dos Estados, representa categorias de ação prática e atividade legítima (MAGALHÃES, 2010).

Com essa postura os países se distanciaram das balanças de poder que anteriormente mantinham as suas relações e se aproximaram regionalmente através de diversos acordos e mecanismos de cooperação e integração. Como pode ser observado pelos dados propostos Mares (2001,2012) a guerra interestatal não existe, mas as ameaças e demonstrações de força estão sempre muito presentes.

Contudo, algumas condições de existência como o sentimento de comunidade a confiança e consideração mútua, a identificação de auto-imagens e interesses, a ampla comunicação e a detenção de capacidades (poder) ainda são elementos que precisam ser analisados com maior ponderação no CRS sul-americano. Tal investigação será parte do segundo capítulo desta dissertação.

Com relação aos três níveis de uma comunidade se segurança propostos por Adler e Barnett (1998), autores como Hurrell (1998), Flems (2009) e Vitelli (2017) corroboram com a perspectiva que a região criou condições básicas para conceber instituições que auxiliam e na criação de confiança, na criação de novos laços sociais e na reavaliação de preferências. A criação do CDS em 2008, por exemplo, presume a consulta e o consenso sobre questões de defesa regional. Sendo assim, os Estados moldam seus comportamentos a partir de constrangimentos e padrões sociais e preferenciais originados no órgão institucionalizado. Contudo, a construção de uma identidade coletiva, o sentimento de uma cultura e destino comum, fundamentais para a consolidação de expectativas confiáveis de mudanças pacíficas, precisam ser contemplados com maior propriedade, objetivo dos próximos capítulos.

Vislumbrou-se, assim, a definição de comunidades de segurança e como o prisma de relações interestatais pode ser observado na América do Sul. A partir de então serão analisados os tipos de comunidades de segurança e como estes podem ser situados no continente sul-americano.

## **2.2.2 Tipos de Comunidade de Segurança**

Segundo Deutsch (1957), levando em conta os processos integrativos de comunidades políticas apresentadas anteriormente, existem dois tipos de comunidades de segurança: comunidades de segurança amalgamadas e pluralistas. Sendo que,

Por AMALGAMAÇÃO, nos referimos à menção formal de duas ou mais unidades anteriormente independentes em uma única unidade maior, com algum tipo de governo local após a amalgamação.

(...). Tem um centro supremo de tomada de decisão. A comunidade de segurança PLURALISTA, por outro lado, mantém a independência legal de governos separados. O território combinado dos Estados Unidos e do Canadá é uma amostra do tipo pluralista. Duas unidades governamentais separadas formam uma comunidade de segurança sem serem fundidas. Possui dois centros supremos de tomada de decisão. Onde a amalgamação ocorre sem integração, é claro que uma comunidade de segurança não existe (DEUTSCH, 1957, p. 6, destaque do autor, tradução nossa)<sup>35</sup>.

Uma comunidade de segurança amalgamada, é aquela em que os Estados abdicam de sua soberania e autonomia na tomada de decisões, visto que a comunidade seria a autoridade maior. A integração seria tão intrínseca ao processo que uma ameaça externa não seria capaz de desestabilizar a comunidade (DEUTSCH, 1957).

O autor estabelece cinco condições essenciais para a existência de uma comunidade de segurança amalgamada, além do processo de integração: 1) valores e expectativas<sup>36</sup>; 2) capacidades e processos de

---

<sup>35</sup> No original: “By amalgamation we mean the formal manger of two or more previously independent units into a single larger unit, with some type of common government after amalgamation. The United States today is an example of the amalgamation type. It became a single governmental unit by the formal merger of several formerly independent units. Is has one supreme decision-making center. The Pluralistic security-community, on the other hand, retains the legal independence of separate governments. The combined territory of the United States and the Canada is an example of the pluralistic type. Is two separate governmental units form a security-community without being merged. It has two supreme decision-making centers. Where amalgamation occurs without integration, of course a security-community does not exist”.

<sup>36</sup> A primeira condição são motivações para comportamentos políticos que auxiliam a classe/elite política a tomar certas decisões. Os valores centrais de uma comunidade de segurança devem ser determinados por processos internos, e são mais efetivos politicamente quando associados e incorporados às instituições políticas e hábitos do comportamento político. Isso permite que os valores fortaleçam a adesão de pessoas aos mesmos valores, e assim a amalgamação (DEUTSCH, 1957). Logo a conexão entre valores, instituições e hábitos formam um “estilo de vida” (DEUTCH, 1957,

comunicação<sup>37</sup>; 3) mobilidade de pessoas<sup>38</sup>; 4) multiplicidade e equilíbrio de transações<sup>39</sup>; e 5) previsibilidade mútua do comportamento<sup>40</sup>.

---

p. 47) da comunidade de segurança amalgamada. As expectativas, por sua vez, fortalecem a adesão de unidades políticas à comunidade. Segundo Deutsch (1957), as unidades políticas ao aderirem a uma comunidade de segurança amalgamada possuem grandes expectativas de ganhos econômicos, através do fluxo comercial ou da divisão internacional do trabalho, e ganhos para o futuro, como maior igualdade política e social, maiores direitos ou liberdades.

<sup>37</sup>A segunda condição essencial para uma comunidade de segurança amalgamada são capacidades e processos de comunicação. As unidades políticas devem desenvolver uma série de capacidades para a amalgamação, as quais estão ligadas principalmente ao processo de comunicação entre elas. Para Deutsch (1957), deve-se aumentar as capacidades políticas e administrativas das unidades políticas a fim de alargar o processo de amalgamação; deve existir pelo menos uma economia demasiadamente superior às demais unidades, com o propósito de incumbir-se de medidas contra unidades que pertencentes a união, ou contra territórios vizinhos; as unidades devem desenvolver conexões de comunicação social entre as unidades políticas em questão e entre as suas relevantes elites políticas, sendo que essas conexões devem ser horizontais ou geográficas, e comunicações verticais entre diferentes classes sociais; por fim, segundo o autor, deve-se desenvolver o alargamento das elites políticas, econômicas e sociais com a intenção de manter a comunicação entre estas.

<sup>38</sup> A terceira condição é a mobilidade de pessoas. Para o autor, no mínimo a elite política deve ter mobilidade entre as unidades. Essa condição é essencial para a manutenção da comunicação entre as unidades no processo de amalgamação e para manter a continuidade da comunidade de segurança, manter valores e expectativas, e o “estilo de vida” da comunidade.

<sup>39</sup> A quarta condição diz respeito a multiplicidade e equilíbrio de transações entre as unidades, para o teórico, deve haver uma variedade de questões na agenda da comunidade e estas devem ocorrer com intensas transações, essa variedade corresponde a funções e serviços, e, instituições e organizações.

<sup>40</sup> A quinta condição é a previsibilidade mútua do comportamento. Na opinião de Deutsch (1957), “[Os] membros de uma comunidade de segurança amalgamada (...) devem poder esperar uns dos outros uma interação confiável, interação ou pelo menos compatibilidade; e, portanto, devem poder, pelo menos até então, prever as ações uns dos outros” (DEUTSCH, 1957, p. 56, tradução nossa). A previsibilidade do comportamento é gerada através da familiaridade, por firmes bases de uma cultura comum. Essa

A questão básica para o processo de consolidação de uma comunidade de segurança amalgamada, é uma sucessão de rupturas de hábitos. Simultaneamente ocorre a emergência de um novo estilo de vida da comunidade, o qual envolve a mudança de hábitos e comportamentos, e também a presença de algum desafio externo à emergência desse novo estilo de vida, o que propicia àqueles que não aderiram até então ao estilo que o incorporem. Portanto, o desafio externo delimita o tempo do processo, e “a distribuição das instituições, dos hábitos, dos valores e dos grupos sociais, as características da nova maneira de vida entre as diferentes unidades políticas tenderiam a determinar a direção do processo” (DEUTSCH, 1957, p.86, tradução nossa)<sup>41</sup>, mesmo que essa direção se encaminhe para a maior amalgamação ou para secessão.

O relacionamento dos países sul-americanos não coincide com uma comunidade de segurança amalgamada, porque os países não abdicam de sua autoridade regional e nacional em prol da comunidade. Além disso, a América do Sul como região integrada não apresenta condições de existência básicas para uma comunidade amalgamada. Por isso, o foco da análise proposta será em comunidades de segurança pluralistas.

Comunidades de segurança pluralistas são aquelas em que os Estados mantêm a sua soberania e independência nacional. Ou seja, não há uma autoridade supranacional sobre as demais unidades e os Estados preservam a autonomia na tomada de decisões políticas.

Assim como a comunidade amalgamada, a pluralista também possui condições de existência. Contudo, essas condições essenciais não possuem tanta rigidez quanto para uma comunidade amalgamada. Para uma comunidade pluralista é essencial que exista compatibilidade de valores e expectativas para a tomada de decisões políticas, que as unidades detenham a capacidade de resposta e ações para as unidades participantes para atender suas necessidades, transmitir rápidas e adequadas mensagens e ações sem o uso da violência; e por fim, que haja previsibilidade mútua de comportamento (DEUTSCH, 1957).

---

condição é essencial porque os membros de uma comunidade de segurança amalgamada necessitam de confiança mútua, a fim de que os processos de solução de problemas sociais comuns sejam realizados através de “mudanças pacíficas” (DEUTSCH, 1957).

<sup>41</sup> No original: “the distribution of the institutions, habits, values, and social groups characteristics of the new way of life among the different political units would thus tend to determine the direction of the process”.

Em uma comunidade pluralista é de suma importância a confiança de não utilização da violência para resolução de disputas. Logo, as unidades menores não têm de temer o ataque de uma potência, e esta não deve temer que os pequenos se juntem ao inimigo em futuras crises militares (DEUTSCH, 1957). Sem a confiança recíproca as expectativas de mudança pacífica não se proliferam em um ambiente em que cada unidade conserva sua soberania.

O processo de consolidação de uma comunidade de segurança pluralista, segundo Deutsch (1957), seria o mesmo de uma comunidade de segurança amalgamada, ou seja, um processo lento e que envolve aprendizado social. A guerra para essas unidades torna-se pouco atraente por ser devastadora e indecisa, por gerar complicações internacionais que podem prejudicar as partes envolvidas.

Uma comunidade de segurança pluralista pode ser caracterizada como fracamente unificada ou fortemente unificada, dependendo do grau de confiança, natureza e grau da institucionalização do sistema de governos (ADLER, BARNETT, 1998). Quando a comunidade é fracamente unificada há mínimas propriedades de definição; e quando é fortemente unificada há uma ajuda mútua sob a qual são construídos arranjos coletivos, possuindo, assim, um sistema de regras que se encontra entre a soberania do Estado e um governo central regional (ADLER, BARNETT, 1998).

O CRS sul-americano poderia estar incluído no prisma de relacionamento interestatal de uma comunidade de segurança pluralista. Considerando que a América do Sul possui uma arquitetura de segurança “predominantemente orientada para a proteção da soberania nacional e para o combate das ameaças à democracia” (MARES, 2012, p. 607), os países da região possuem como princípios basilares orientações de defesa territorial, proteção da autonomia e independência nacional. Portanto, enquadrar-se-ia na definição de pluralista, sem uma autoridade supranacional na tomada de decisões interestatais.

No tocante às condições de existência de uma comunidade de segurança pluralista – compatibilidade de valores e expectativas, capacidade de respostas e ações, e previsibilidade mútua de comportamento – pode-se afirmar que todas ainda precisam ser analisadas com maior propriedade, objetivo este também dos demais capítulos. Contudo, pode-se afirmar também que aquele com maior avanço seria a previsibilidade mútua de comportamento, devido à criação de Ministérios da Defesa nos países sul-americanos, à publicação de documentos de defesa dos referidos países, e a transparência dos gastos em defesa – iniciativa esta do Plano de Ação proposto pelo CDS.

As comunidades pluralistas, além das condições de existência, apresentam diferentes níveis de desenvolvimento. Podem ser diferenciadas entre nascentes, ascendentes e maduras (ADLER, BARNETT, 1998). O intuito desta divisão é verificar as características de cada nível e como estes podem aparecer no CRS sul-americano.

No primeiro grau de desenvolvimento - nascente - os governos não necessariamente querem criar uma comunidade, apenas se coordenam para aumentar a segurança mútua entre eles. Nesse nível não há confiança entre os Estados, logo, utilizam-se de terceiros, geralmente organizações internacionais, para monitorar o cumprimento dos arranjos estabelecidos (ADLER, BARNETT, 1998). O que importa, na fase nascente, é que os Estados reconhecem um interesse conjunto, o qual requer uma ação coletiva, e que mutualmente pode encorajar uma modesta coordenação de políticas de segurança. Um Estado central ou uma coalizão de Estados é fundamental nessa fase, pois estes promovem liderança, proteção aos demais, benefícios materiais com a integração entre os Estados, e um sentido de porquê (ADLER, BARNETT, 1998).

Uma vez que há presença considerável atuação dos Estados Unidos e da utilização da Organização dos Estados Americanos (OEA) para coordenar e monitorar arranjos de segurança estabelecidos no sub-complexo, o nível nascente pode ser observado no Norte Andino do CRS. As vulnerabilidades domésticas da sub-região fazem com que Estados se coordenem para aumentar a segurança mútua, porém não de forma considerável à construção de confiança.

No nível ascendente há o aumento das conexões, o surgimento de novas instituições as quais refletem a maior coordenação e cooperação militar, e ocorre a diminuição do medo de o outro ser uma ameaça. Formam-se, portanto, estruturas que permitem uma ação conjunta e o aumento de confiança entre os membros e também emergência de identidades coletivas que permitem a garantia de uma mudança pacífica (ADLER, BARNETT, 1998). Essa construção de confiança ocorre, segundo os autores, pelo processo de aprendizado social delimitado por Deutsch (1957).

Este nível pode ser observado no Cone Sul do sub-complexo (HURREL, 1998; FLEMES, 2009; VITELLI, 2017). A reaproximação de Brasil e Argentina, a construção da Unasul, e principalmente do CDS, em 2008, são as bases para esta interpretação do aprendizado social. Esses movimentos, segundo os autores, possibilitaram aos países do Cone Sul uma maior articulação em matéria de defesa, diminuição de incertezas e ameaças interestatais, logo, propiciaram pilares para a construção de confiança no sub-complexo. Contudo, a fase ascendente presume também

a construção de identidade coletiva interestatal, a qual pode ser colocada em xeque no CRS sul-americano.

Por fim, de acordo com Adler e Barnett (1998), uma comunidade de segurança madura apresenta uma identidade compartilhada por atores regionais, a qual permite uma previsibilidade de futuro consolidada, a baixa probabilidade de disputas serem militarizadas uma diferença de quem pertence ou não à comunidade. Em uma comunidade madura, porém fracamente unificada, estão presentes elementos como o multilateralismo, fronteiras não militarizadas, mudanças no planejamento militar, definição comum de ameaça, e o discurso e linguagem de comunidade. Já uma comunidade madura fortemente unificada apresenta elementos como segurança cooperativa e coletiva, alto nível de integração militar, coordenação política contra ameaças internas da comunidade, livre movimento da população, e internacionalização de autoridades.

Nenhum estudo coloca o CRS sul-americano como uma comunidade de segurança madura. Sendo assim, a pesquisa também vislumbrará, a partir da metodologia proposta, reconhecer elementos deste nível.

Elucidou-se, portanto, como se caracterizam comunidades de segurança amalgamadas, pluralistas e os diferentes níveis de desenvolvimento, além de como estes podem ser analisados na América do Sul. A partir de então se versará sobre a construção de identidades dentro de um CRS, visto que o reconhecimento de uma unidade por outra molda as dinâmicas de segurança, cooperação e conflito, além de serem um dos níveis da construção de uma comunidade de segurança.

### 2.3 CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA

A análise da construção de uma identidade coletiva no CRS sul-americano a partir da perspectiva construtivista é de suma importância para a verificação do continuum proposto na pesquisa, principalmente no que concerne a construção de uma comunidade de segurança. Logo, o objetivo desta seção é analisar como a construção da identidade coletiva se manifesta na América do Sul.

Segundo construtivistas positivistas, a estrutura internacional é socialmente construída, visto que agente e estrutura são mutuamente constituídos. Logo, tornam-se parte de um processo de constantes interações, de práticas intersubjetivas. A identidade<sup>42</sup> de uma unidade do

---

<sup>42</sup> A identidade é conceituada como “entendimentos e expectativas relativamente estáveis da função específica sobre si próprio” (WENDT,

sistema é definida a partir de interações, assim como esta define as ações, visto que cria processos de situações as quais são a base do molde de seus interesses (ZEHFUSS, 2004). Sendo assim, identidades e interesses são endógenos à interação, dependentes de um aprendizado social e de internalização dessas interações (WENDT, 1992). Sendo assim, só podem ser adquiridas em um determinado contexto.

Como o contexto pode variar – de acordo com interações - um Estado pode ter múltiplas identidades, como afirma Wendt (1992, p. 398, tradução nossa):

[O] compromisso a (e a saliência de) identidades específicas varia, mas cada identidade é uma definição inerentemente social do ator fundamentado nas teorias que atores coletivamente possuem de si próprios e de outros, e que constitui a estrutura do mundo social<sup>43</sup>.

Como as práticas, portanto, modificam também os interesses e preferências dos agentes, transformando identidades e a estrutura do sistema (HOPF, 1998). As múltiplas identidades são a base para a concepção de interesses do Estado, os quais são colocados em pauta dependendo da situação desenvolvida. Logo, as unidades “[N]ão têm um ‘portfólio’ de interesses que carregam independentemente do contexto social” (WENDT, 1992, p. 398, tradução nossa)<sup>44</sup>.

Conforme apresenta o Quadro 3, portanto, as identidades estatais são desenhadas a partir de interações sociais entre os agentes e a estrutura. Forma-se assim, um ciclo composto por identidade, interações, internalização, e modificação de práticas identitárias, produzidas pela própria estrutura.

---

1992, p.397). Esses entendimentos e expectativas são concebidos a partir da interação e diferenciação do outro, e da percepção que este possui sobre aquele.

<sup>43</sup> No original: “The commitment to and the salience of particular identities vary, but each identity is an inherently social definition of the actor grounded in the theories which actors collectively hold about themselves and one another and which constitute the structure of the social world”

<sup>44</sup> No original: “Actors do not have a ‘portfolio’ of interests that they carry around independent of social context”.

### Quadro 3 - Construção social da identidade dos agentes e da estrutura.



Fonte: Elaboração própria, com base em Wendt (1992).

O aprendizado social seria provido pelo processo de comunicação entre unidades através do comportamento social. Visto que as práticas sociais originadas a partir deste poderiam ser internalizadas, reproduzir e modificar identidades e estrutura (ZEHFUSS, 2004).

Assim sendo, identidades coletivas<sup>45</sup> possuem três estágios. O primeiro corresponde a valores históricos e culturais comuns, elementos que proveriam símbolos e sentimentos comuns de pertencimento a determinado coletivo. O segundo corresponde ao processo de identificação com o outro, passando pelo mesmo processo de aprendizado social. Os atores que passam a ter uma identidade coletiva levam em consideração que os seus interesses são agregados, baseados em sentimentos como solidariedade, comunidade e lealdade (ZEHFUSS, 2004; WENDT, 1992). Por fim, o último nível seria a delimitação de quem pertence ao coletivo e de quem não pertence, o forasteiro. Nesse estágio, o status de grupo prevalece sobre os demais interesses, sendo que o destino e o futuro comum passam a ser compartilhados entre os membros (WENDT, 1994).

A cooperação provinda da identidade coletiva e da reciprocidade favorece o estabelecimento de instituições. Portanto, estas são um

---

<sup>45</sup> Como a identidade coletiva provém da reciprocidade entre as unidades, ações coletivas tornam-se mais fáceis de serem tomadas. Consequentemente a cooperação pondera e faz parte dos interesses das unidades, podendo transformar seus padrões de relacionamento, e o contexto social em que se encontram (WENDT, 1994).

conjunto ou uma estrutura relativamente estável de identidades e interesses, codificada em regras e normas formais (WENDT, 1992). A instituição pode, com esses atributos, transformar identidades, através do entendimento intersubjetivo e expectativas construídas pela internalização de novas identidades e interesses, sendo assim um processo endógeno e cognitivo. Logo, a transformação da identidade por meio da cooperação tem sua fonte de incentivo na densidade de dinâmicas de interação, quanto mais interligadas e interdependentes, maior os incentivos coletivos e mais forte fica a identidade coletiva (WENDT, 1992, 1994).

As instituições propostas por Wendt (1992), podem ser cooperativas ou conflitivas<sup>46</sup>. Em uma instituição cooperativa o sistema seria favorável à ação coletiva, como demonstrados anteriormente. A transformação do sistema conflitivo para o cooperativo, sendo Wendt (1992) pode ocorrer de quatro formas: 1) transformação intencional, quando ocorre a quebra de consensos acerca de comprometimentos com a identidade; 2) um exame crítico das antigas ideias acerca de si próprio e do outro, e por consequência da estrutura de interações; 3) novas práticas; 4) e reciprocidade das novas práticas.

Essa transformação e diferentes estágios da cooperação a partir da construção de identidades pode ser analisada no CRS sul-americano e nos seus sub-complexos. Segundo Medeiros Filho (2010) a América do Sul apresenta quatro eventos que permitem pensar uma construção de identidade coletiva. O primeiro seria a redemocratização dos países a partir dos anos 1980, capaz de fomentar o interesse comum de manter a democracia e o desenvolvimento na pauta regional. O segundo seria os processos de integração e cooperação, como mencionado a respeito da Unasul. O terceiro evento seria a ampliação de ameaças transnacionais, pois isto traria à pauta da agenda política dos Estados um assunto comum e uma definição comum de ameaças transnacionais. Por fim, o último evento seria o aumento na participação regional em missões de paz das Nações Unidas (ONU), visto que este ampliaria a cooperação, a confiança e a comunicação entre os países.

A identidade sul-americana sob o prisma de um relacionamento de comunidade de segurança poderia ser viabilizada através da criação de instituições, principalmente a Unasul. A organização regional, através do Conselho de Defesa, seria capaz de prover confiança, cooperação, consenso e um destino comum, além de um forte elemento identitário na criação de uma zona de paz estável. A criação dessa identidade inclusive

---

<sup>46</sup> Consultar Wendt (1992) para instituições conflitivas.

é um objetivo normativo da instituição. Porém, devido às diferenças e heterogeneidades internas, a baixa institucionalização da organização e a dependência da vontade de governos e das mudanças domésticas e sistêmicas, essa identidade é colocada em xeque, ou pelo menos pondera-se sobre o grau de desenvolvimento da suposta comunidade de segurança (FLEMES, NOLTE, WEHNER, 2011; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

A partir destas explicações fomentou-se uma base teórica sobre a identidade coletiva no CRS sul-americano. Ampliou-se os conceitos de análise e as literaturas, abrindo espaço para a análise empírica.

## 2.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O primeiro capítulo buscou ampliar o leque teórico a respeito das relações interestatais sul-americanas em defesa. Explanou-se a respeito do Complexo Regional de Segurança sul-americano, seus conceitos e características particulares. A partir de então delimitou-se qualidades teóricas a respeito de cada prisma de relacionamento dentro do *continuum* formações conflituosas, regime de segurança e comunidade de segurança. O último adquiriu maior atenção por ser o prisma mais pacífico dos três tipos de relacionamento interestatal em defesa. Alicerçado nesses primeiros debates foi elucidada a questão sobre identidades coletivas e como esta pode ser analisada dentro do CRS sul-americano em diferentes padrões de relacionamento interestatal.

A partir do exposto nessas premissas teóricas é importante ressaltar algumas questões. A primeira condiz com as prioridades que cada sub-complexo possui na sua agenda de defesa regional. O Cone Sul possui prioridade de cooperação, de aproximação estratégica para o desenvolvimento e estabilidade regional. O Norte Andino, por sua vez, possui uma agenda pautada por ameaças transnacionais, pontos de emprego clássico das Forças Armadas, ameaças de atores não estatais e permanência de antigas desconfianças, assim como de potências externas à região. O Brasil, portanto, seria o elo entre os dois sub-complexos, pois seria o país capaz de unificar as duas agendas de defesa, o que pode ser observado na proposta de criação da Unasul e do CDS feita pelo país em um período de liderança regional, pois possibilitou a aproximação das agendas de defesa nos dois governos propostos. Evidentemente, no período de criação da instituição, houve o afastamento da potência global, a qual voltou sua política externa para outras regiões do globo,

possibilitando assim maior autonomia<sup>47</sup> da América do Sul nas dinâmicas de segurança e regional.

A segunda questão seria a importância que instituições regionais (Mercosul, Unasul, CAN) adquiriram na influência de políticas externas e domésticas no período para determinar padrões de relacionamento interestatal no CRS sul-americano. Essa relevância pode ter ocorrido por dois motivos. O primeiro refere-se à convergência de ideologias políticas entre os governos vigentes no período, e com base neste permitiu-se finalmente diminuir ou criar uma alternativa regional à OEA, instituição hemisférica e moderada por interesses estadunidenses, na região sul-americana.

Isso leva à terceira questão, condizente com a criação de identidades coletivas regionais, as quais propiciariam confiança, previsibilidade e comportamentos que levem a um destino comum. Como observado cada contexto, diferentes em cada sub-complexo sul-americano e também no grande CRS, cria determinada identidade coletiva, variando de acordo com interações, aprendizados sociais e interesses. Sendo assim, pode-se observar diferentes comportamentos e dinâmicas interestatais em segurança e defesa na mesma região, dependendo das transformações políticas, sociais e sistêmicas.

Estabeleceu-se, portanto, o fundamento teórico que permitirá a construção da estrutura empírica da pesquisa a ser realizada nos próximos capítulos. Para tanto, estes versarão a respeito da vontade política das lideranças brasileiras e da construção de medidas de confiança por meio da cooperação em defesa.

---

<sup>47</sup> Exceto a presença militar dos EUA na Colômbia, devido a securitização do tráfico de drogas, crime organizado e as considerações sobre narcoterrorismo no país.



### 3CONDUTA BRASILEIRA NA AMÉRICA DO SUL, GOVERNOS LULA E ROUSSEFF (2003-2016)

Ao considerar fatores históricos, um dos traços permanentes da política externa brasileira seria a aspiração de ascender à condição de potência reconhecida por influenciar em assuntos mundiais, embasado na conduta estratégica guiada por três fins. O primeiro seria a reafirmação constante da sua realidade geopolítica, o segundo refere-se à manutenção dessa posição pelo viés ideológico, e por fim, o último fim seria defender essas posições pautadas por um complexo de potência regional (FERREIRA, 2001).

Para tanto, a diplomacia brasileira reclama para si uma posição capaz de exercer uma autonomia decisória no continente sul-americano, principalmente embasada na “solidariedade sul-americana” (FERREIRA, 2001, p. 89). Ou seja, tendo em vista que o hemisfério norte seria o centro do poder mundial e de que a América do Sul estaria afastada deste, por fatores econômicos, históricos e geográficos, a política externa brasileira teria a capacidade de intervir a favor dos demais países.

Essas linhas históricas proferidas por Ferreira (2001), também foram desenhadas pela política de defesa em conexão com a política externa para o CRS. Em certos períodos de aproximação, e em outros de distanciamento com a diplomacia (ALSINA JR, 2003), a defesa brasileira seguiu com a busca por autonomia, por uma região estável e com dinâmicas próprias (FUCCILLE, BARRETO, GAZZOLA, 2016).

Essas afirmações são tradicionalmente analisadas pelo papel da diplomacia, do governo brasileiro como um todo. Excepcionalmente estuda-se o papel que os líderes e seus discursos políticos na região possuem sobre o processo como uma variável analítica. Logo, considerando a referida carência, o objetivo deste capítulo é elucidar as dinâmicas de defesa no CRS sul-americano a partir da postura e percepção dos líderes brasileiros. Além disso, por meio dos discursos dos líderes consegue-se estabelecer um parâmetro de confiança e amizade, os quais – como explanado no primeiro capítulo – são elementos fundamentais para caracterização das relações interestatais através do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança.

Optou-se pelos líderes brasileiros por duas razões. A primeira consiste no papel do Brasil no CRS e na união das dinâmicas dois sub-complexos. Apesar do seu *status* de potência regional ser questionado nos últimos anos, no período proposto essa abordagem ainda era válida

porque, o país possuía as condições de uma potência regional<sup>48</sup> (DESTRADI, NOLTE, PRYS-HANSEN, 2018). A segunda razão, inferindo a aceitabilidade da primeira, pressupõe que o *status* de ator relevante do CRS e de líder regional atribui às autoridades brasileiras o destaque perante a securitização de ameaças, na vontade política de promoção de relações interestatais regionais em defesa, além do direcionamento da política externa nacional e regional (DANTAS, LEITE, 2015). É importante frisar que a vontade política aqui expressa contém elementos da figura política e também de constrangimentos externos que os governos enfrentam. Logo, dos discursos consegue-se observar essas duas frentes, os constrangimentos e as ações voluntárias dos governos moldando a agenda de cada autoridade.

Em vista disso, este capítulo será dividido em duas seções. A primeira consiste em uma análise teórica sobre o papel dos líderes nas dinâmicas de defesa, principalmente na formação e manutenção de comunidades de segurança. A segunda realizará uma análise comparativa – quantitativa e qualitativa - do conteúdo dos discursos proferidos pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Rousseff (2011-2016), dos Ministros das Relações Exteriores e de seus respectivos Ministros da Defesa.

### 3.1 PAPEL DOS LÍDERES POLÍTICOS NA FORMAÇÃO DE COMUNIDADES DE SEGURANÇA E NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES REGIONAIS

Com o intuito de contribuir para a caracterização do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança na América do Sul, esta seção possui a finalidade de explicar a respeito de como as construções teóricas do primeiro capítulo enxergam o papel dos líderes políticos nas relações interestatais. Para tanto, serão apontados o seu papel na securitização de ameaças, na construção de comunidades de segurança e na criação de identidades coletivas.

---

<sup>48</sup> As potências regionais são importantes para a ordem no sistema global, pois fornecem estabilidade regional e cooperação entre vizinhos. Para tanto, as potências precisam apresentar algumas capacidades para serem classificadas como potências regionais: devem possuir poder em forma de recursos superiores aos demais Estados da região, moldam a região de acordo com seu propósito político; geram impactos na ordem global de acordo com decisões tomadas, capacidades econômicas e militares e devem aceitar o papel de líder regional.

A securitização<sup>49</sup> de alguma temática depende do ato de fala, da comunicação ao público, doméstico e internacional, de que esta seria uma ameaça à sobrevivência estatal (BUZAN, 1997; DANTAS, LEITE, 2015). Entretanto, o posicionamento do líder e o seu ato de fala podem ser influenciados pelo grau de institucionalização da tomada de decisões, apoio doméstico para o seu discurso, e a importância do objeto para demais atores domésticos. Além disso, a líder utilizada o seu ato de fala influenciado por tendências internacionais, sejam estas constrangedoras ou incentivadoras de determinada política (HERMANN, HERMANN, 1989; HERMANN, 1990; HERMANN, et al, 2001).

Assim sendo, percebe-se que ao mesmo tempo em que o líder possui o ato discursivo para securitizar uma questão relativa à sobrevivência do Estado, ele dispõe da ferramenta para aproximar os Estados, promover a paz e a resolução pacífica de controvérsias e incentivar a cooperação. Desta forma, pode-se afirmar que o papel do ato de fala do líder é relevante tanto para a formação de uma comunidade de segurança quanto para a formação de uma identidade coletiva regional.

Como Deutsch (1957) destacou após a Segunda Guerra Mundial, uma nova geração de líderes políticos favoráveis aos processos de integração poderia agilizar e/ou facilitar a evolução de uma comunidade de segurança. Agora, em um período de pós-redemocratização dos países sul-americanos e pós-Guerra Fria, também são necessários líderes que favoreçam a integração, ou que apresentem ideologias favoráveis à mesma. Visto isto, entre as unidades políticas,

[Em] seus estágios iniciais não exigiam apenas um alto grau de mentalidade semelhante entre seus primeiros líderes e promotores. Em vez disso, esses homens podiam e diferiam muito um do outro em seus valores e suas filosofias políticas, desde que só pudessem trabalhar de alguma forma, ou pelo menos, juntarem suas contribuições. A base para tal cooperação não era necessariamente uma semelhança de valores ou livros, mas sim complementares - isto é, uma relação de

---

<sup>49</sup> O processo de securitização de ameaças corresponde “[a] elevação, acima dos constrangimentos procedimentais inerentes ao tratamento político de um problema coletivo em poliarquias institucionalizadas, das ações adotadas para debelar a ameaça à existência de um determinado objeto referente da segurança” (ALSINA JR, 2003, p. 54).

intercâmbio de recursos e necessidades mútuas (DEUTSCH, 1957, p.90, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Destarte, os líderes políticos demandam no mínimo a habilidade de realizar compromissos e mantê-los, para que dessa forma, possam atuar em conjunto. Sendo assim, o autor considera essencial a atuação e os atos de fala dos líderes políticos de unidades participantes do processo para que haja o desenvolvimento de uma comunidade<sup>51</sup>.

Os movimentos de aproximação e distanciamento relativos às dinâmicas que possibilitariam a formação de uma comunidade de segurança na América do Sul dependem muito dos líderes regionais, de acordo com seus alinhamentos e ideologias políticas. Ou seja, os processos de integração que podem levar a uma comunidade de segurança são projetos de governo, não de Estado, não de longo prazo, mas sim objetivo de determinado indivíduo (FLEMES, NOLTE, WEHNER, 2011).

O papel do indivíduo, do seu local e ato de fala, além de ser significativo para uma comunidade de segurança, acaba sendo pertinente para a construção de uma identidade coletiva regional, a qual permeia a estruturação da primeira. Para Onuf (1998),

“[E]m termos básicos, os seres humanos constroem a realidade através de seus atos. Crucialmente, esses atos podem ser atos de fala. Os atos de fala, por sua vez, podem, por meio da repetição, ser institucionalizados em regras e, assim, fornecer o contexto e a base para o significado das ações

---

<sup>50</sup> No original: “in their early stages did not require only high degree of like-mindedness from their early leaders and promoters. Rather, these men could and did differ widely from each other in their values and their political philosophies, provided only that they could somehow work together, or at least add their contributions together. The basis for such cooperation was not necessarily similarity of values or outlooks, but rather complementary - that is, an interlocking relationship of mutual resources and needs”.

<sup>51</sup> Os métodos apresentados pelo autor a fim de que ocorra o transbordamento de intenções na formação de uma comunidade de segurança podem ser consultados na obra de Deutsch (1957).

humanas (ONUF, 1998 apud ZEHFUSS, 2004, p.151, tradução nossa)<sup>52</sup>.

As ações, correspondentes a atos de fala, estabelecem as realidades sociais, pois são carregadas de significados, os quais dependem da existência de regras. As regras, como consequência, guiam o comportamento humano e podem possibilitar o significado compartilhado, criando uma agência coletiva entre os indivíduos. Porém, para que este ato de fala se transforme em uma regra coletiva, o discurso deve ser legitimado e aceito pelo ouvinte, caso contrário, não será uma diretriz para o comportamento humano (ONUF, 1998). Sendo assim, os discursos utilizam-se de símbolos, do sentimento de pertencimento, de instituições regionais, da aproximação cultural, e valores, princípios e regras comuns para fomentar a identidade coletiva que molda o comportamento de uma região.

Foram apresentados nesta seção, portanto, como as teorias propostas no primeiro capítulo interagem como o ato de fala, o discurso e local de fala do líder político. A partir de então, pode-se observar empiricamente o posicionamento brasileiro na América do Sul a partir dos discursos das autoridades nacionais.

### 3.2 LÍDERES POLÍTICOS E A CONDUTA BRASILEIRA NAS DINÂMICAS DE DEFESA REGIONAL

Com o propósito de analisar a conduta brasileira frente às dinâmicas de defesa na América do Sul, considerando o seu papel de potência regional e consequentemente aglutinador dos movimentos dos sub-complexos regionais para o período proposto, a presente seção tem o objetivo de analisar de forma comparada o conteúdo dos discursos<sup>53</sup> produzidos pelos dois governos brasileiros.

---

<sup>52</sup> No original: “in basic terms, human beings construct reality through their deeds. Crucially, these deeds may be speech acts. Speech acts in turn may, through repetition, be institutionalised into rules and thereby provide the context and basis for meaning of human actions”.

<sup>53</sup> Análise de conteúdo consiste na semântica quantitativa ou qualitativa dos textos produzidos nos discursos, documentos e arquivos. Diferentemente da análise do discurso, a abordagem a ser desenvolvida não necessita de análise momentânea, analisando o histórico, a ideologia e postura corporal e linguística do locutor (CAREGNATO; MUTTI, 2006).

Os discursos, mensagens, notas e informações analisados foram retirados das Resenhas disponibilizadas no site do Ministério das Relações Exteriores<sup>54</sup> no período de 2003 a 2016 e também em discursos disponibilizados no site do Ministério da Defesa<sup>55</sup>. Os documentos selecionados são aqueles bilaterais destinados aos países sul-americanos, multilaterais em instituições regionais (OEA, CASA, Unasul, Grupo do Rio); multilaterais globais proferidos na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança da ONU, e também aqueles referentes a Missão de Paz no Haiti (Minustah); e os que podem ser classificados como mais para o público interno na Comissão Mista de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso. Porém não foram analisados aqueles relativos ao Mercosul, Comunidade Andina, CELAC, ALADI, e a ALCA, porque ao observar os discursos, percebeu-se que possuíam maior cunho comercial e financeiro, o que se justifica pela própria natureza da instituição.

Como metodologia de análise optou-se pela elaboração de tabelas anuais divididas em três partes – disponíveis nos Apêndices<sup>56</sup>. A primeira refere-se ao discurso em si, por quem, quando, para quem e onde foi proclamado. A segunda parte trata do objetivo do discurso, as temáticas tratadas, destacando (em negrito) questões de segurança e defesa. Por fim, a última coluna classifica o objeto dos discursos, sendo as categorias selecionadas: arranjo regional<sup>57</sup>, cooperação<sup>58</sup>, parcerias estratégicas<sup>59</sup>,

---

<sup>54</sup>Resenhas de Política Exterior do Brasil. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/resenha-de-politica-exterior-do-brasil>. Acessado em: 02 de out. 2018.

<sup>55</sup> O site do Ministério da Defesa não apresenta todos os discursos dos Ministros da Defesa entre 2003 e 2016. Logo, serão analisados os discursos do último Ministro do Governo Lula, e todos os demais do governo Dilma.

<sup>56</sup> Os Apêndices são assim divididos: A) Discursos do Presidente Lula; B) Discursos do Ministro das Relações Exteriores de Lula; C) Discursos da Presidenta Rousseff; D) Discursos dos Ministros das Relações Exteriores de Rousseff; E) Discursos dos Ministros da Defesa de Lula e Rousseff; F) Lista de Abreviaturas das Tabelas.

<sup>57</sup> Por arranjo regional se compreende aqueles discursos que visam fomentar um acordo, uma estrutura multilateral regional, sul-americana ou que envolva o hemisfério.

<sup>58</sup> Por cooperação são analisados aqueles que mencionam a intenção de fomentar, bi, tri ou multilateralmente, algum tipo de colaboração mútua entre as partes, ou de auxílio unilateral em assistência humanitária.

<sup>59</sup> As parcerias estratégicas implicam no fomento bilateral da relação, usualmente colocada como aliança estratégica, entre o Estado brasileiro com algum vizinho. Significando, assim, o ápice de boas relações com o outro.

integração<sup>60</sup> e construção da paz<sup>61</sup>. Essas categorias foram elegidas para facilitar a análise dos objetivos que o Brasil apresenta para com os países da América do Sul, qual a intenção e/ou qual a vontade política dos líderes brasileiros com aquele discurso.

Além disso, a mensuração dessa vontade política refletida nos discursos será analisada conforme a quantidade, ou seja, se as falas são bilaterais, multilaterais, quantos discursos para cada país. E qualitativamente o direcionamento dos discursos, isto é, serão verificadas e analisadas menções à cooperação para a segurança e defesa regional, à construção de confiança entre os países, o sentimento de pertencimento ao continente sul-americano, à construção da paz, e à integração a fim de consolidar uma comunidade sul-americana de nações, entre outros.

Destarte, essa seção será segmentada em três partes. A primeira contendo análise do conteúdo dos discursos de Lula (2003-2010) e seus ministros das relações exteriores e defesa. A segunda parte será semelhante a primeira, porém com os discursos de Rousseff (2011-2016). E a última parte contendo uma análise comparada dos dois períodos, apresentando continuidades, rupturas que auxiliam na caracterização do *continuum* proposto.

### **3.2.1 Conduta durante o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).**

O período do governo Lula (2003-2010) foi marcado por uma política externa ativa e assertiva (VILLA, VIANA, 2010), envolvendo diferentes agendas, parcerias bilaterais e multilaterais, além do desenvolvimento de uma estratégia para ser um player global. O objetivo desta seção é, portanto, verificar como essa versatilidade se aplicou ao entorno estratégico sul-americano, principalmente nas dinâmicas de defesa. Para tanto, serão analisados aqui – para posterior comparação com o governo sucessor – os discursos de Lula, do seu Ministro das Relações Exteriores, assim como os discursos do seu Ministro da Defesa.

---

<sup>60</sup> A classificação de integração resulta da menção a união ou integração física, cultural, comercial. Em sua maioria, nesta pesquisa, utilizada com a alusão à integração da América do Sul, como um todo.

<sup>61</sup> Por construção da paz foram classificados aqueles discursos que visam a solução de contenciosos, que mencionam a necessidade de paz e segurança – regional ou global – e o papel do Brasil na solução pacífica de controvérsias ou em operações de paz da ONU.

### 3.2.1.1 Discursos do Presidente da República

O período de governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) apresentou uma política externa que buscou o fortalecimento da América do Sul, a partir do desenvolvimento sustentável e da integração regional como pautas prioritárias de sua agenda (SHERMA, 2016; LEÃO, 2016). A presente subseção visa, portanto, analisar com maior detalhamento a atuação no cenário regional, tendo em vista os discursos do Presidente.

Como demonstrado na quase-totalidade dos discursos, a América do Sul foi prioridade dos destinos do período, conforme Apêndice A. O Presidente realizou um total de 102 discursos que envolveram a América do Sul, uma média de 12,75 discursos por ano, conforme demonstrado na Tabela 1. Percebe-se que o maior número de manifestações ocorreu no início do mandato, anos essenciais para a consolidação de seus objetivos na política externa voltada para o CRS.

**Tabela 1 - Discursos de Lula proferidos por Ano**

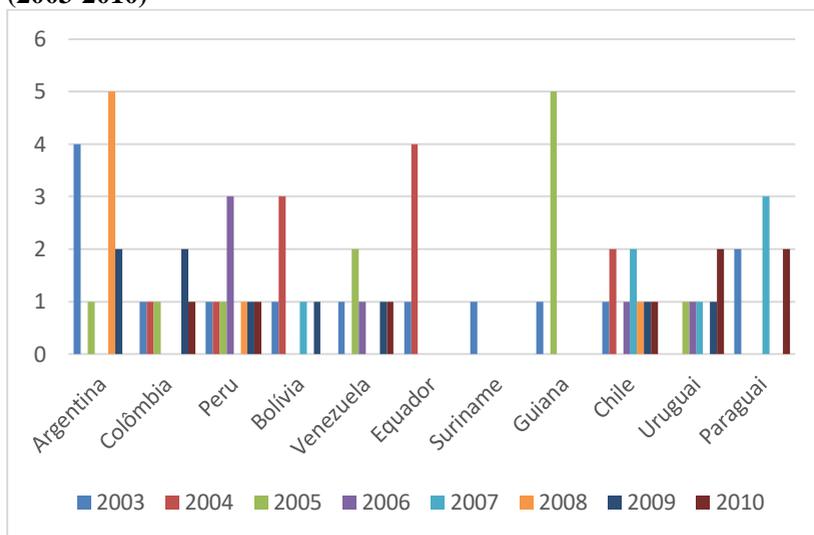
Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Discursos	17	17	17	10	9	9	12	11	102

Fonte: Elaboração própria.

Da totalidade de discursos proferidos por Lula, 71,5% correspondem a exposições bilaterais para países sul-americanos, e 28,5% foram realizados em âmbito multilateral. Portanto, pode-se afirmar que a atuação ativa presidencial na política externa visou um maior contato inicial bilateral do que de forma multilateral, justamente para consolidação primária de uma América do Sul unida e autônoma (TEIXEIRA JR, 2016; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Ao analisar os discursos bilaterais, conforme pode ser observado no Gráfico 1, percebe-se que a Argentina foi destino do maior número de discursos (12 no total) e o Suriname o menor destino, com apenas um discurso. Os demais países permaneceram em uma média de 6,6 discursos por país, com variações menores e maiores.

**Gráfico 1 - Discursos bilaterais por país e ano proferidos por Lula (2003-2010)**



Fonte: Elaboração própria.

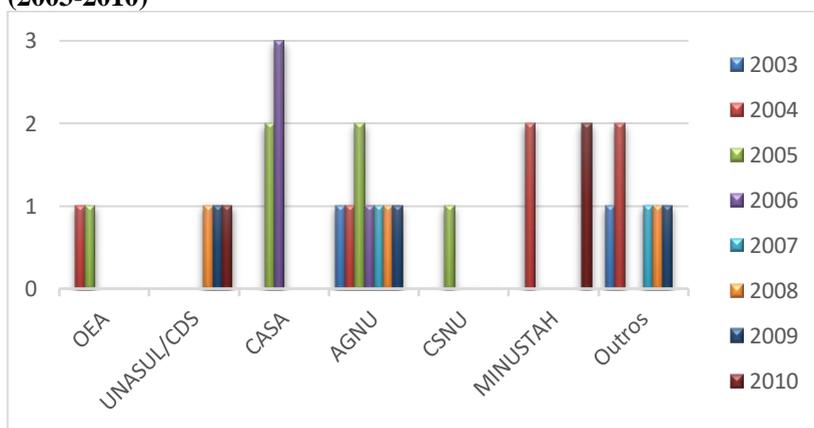
Ao explorar o gráfico acima, nota-se que os países sul-americanos foram alvos anuais de pelo menos um discurso do presidente, mantendo uma homogeneidade dentro do CRS. Essa constatação apenas não é válida para Argentina, Equador, Suriname e Guiana. O caso argentino dispara na quantidade de discursos devido às tradicionais relações bilaterais entre os dois Estados, sendo elas comerciais, culturais e de infraestrutura. Os outros três países são tradicionalmente distantes da política externa brasileira, logo obtiveram pouca presença nos discursos do Presidente. Apesar disso, em anos como 2004 e 2005 esses países – Equador e Guiana respectivamente – obtiveram maior espaço dentro da visão brasileira, portanto, de modo geral, pertenceram ao escopo de países atingidos pela atuação do Presidente na América do Sul.

Uma terceira conclusão que pode ser inferida a partir do Gráfico 1 seria que os discursos bilaterais vinculados aos países do sub-complexo Cone Sul correspondem a 46,5%. Os países do sub-complexo Norte Andino representam 53,5% do total de discursos. Sendo assim, considerando a quantidade de países pertencentes a cada sub-complexo, pode-se afirmar que houve uma homogeneidade de destinos de atos de fala per Lula no CRS sul-americano, portanto, uma tentativa de minimizar a distância entre os países e colocar a postura brasileira a favor da

configuração de uma agenda comum dentro do CRS sul-americano e configurá-lo como um “projeto político” (SOUZA, 2016), sem divisões entre sub-complexos (SHERMA, 2016). Outrossim, em alguma medida, pode-se considerar que esse é um ponto que reafirma a ideia de que o Brasil seria o elo de ligação entre os dois sub-complexos.

Com relação aos discursos multilaterais proferidos pela autoridade executiva brasileira, pode-se afirmar que apesar de corresponderem a apenas 28,5% do total, foram realizados com destinos heterogêneos, como observado no Gráfico 2.

**Gráfico 2 - Discursos multilaterais por ano proferidos por Lula (2003-2010)<sup>62</sup>**



Fonte: Elaboração própria

A partir desse gráfico podem se realizar algumas ponderações. A primeira refere-se à relação entre OEA, CASA e Unasul. Consta-se que até a criação de fóruns multilaterais próprios do CRS sul-americano, a organização hemisférica ainda permanecia na agenda presidencial. Porém perdeu relevância com a criação da CASA posteriormente a substituição

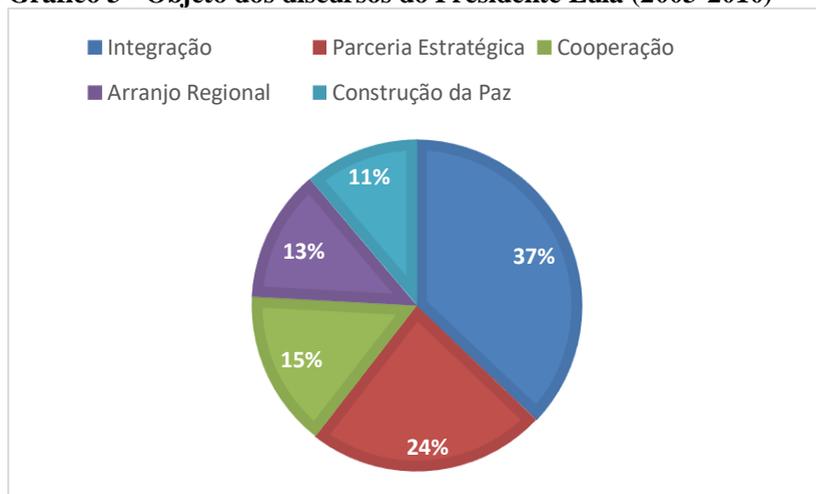
<sup>62</sup> As siglas expostas no gráfico correspondem a: Organização dos Estados Americanos (OEA), União de Nações Sul-Americanas/Conselho de Defesa Sul-Americano (Unasul/CDS), Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), Missão de Paz no Haiti (Minustah). A legenda de “outros” implica em discursos proferidos por via trilateral, no Comissão Mista de Relações Exteriores e Defesa no Congresso Nacional, e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

pela Unasul. Reafirma-se, assim, o interesse brasileiro em fomentar o processo de aproximação multilateral regional, de criar maior autonomia regional, além do interesse de utilizar as instituições regionais para projetar-se internacionalmente e inserir o CRS na geopolítica global (SOUSA, 2016; CARVALHO, GONÇALVES, 2016).

Uma segunda constatação é a relação entre fóruns globais, como Assembleia Geral e Conselho de Segurança da ONU, e os discursos proferidos a respeito da Minustah. No ano em que inicia a operação de paz no Haiti (juntamente com o ano de 2010 quando ocorre o terremoto no país), é a data em maior ênfase da agenda executiva para com a missão. Sincronicamente o ano de 2005 confere à instituição global uma maior atuação brasileira, corroborando para a tese de reforço da responsabilidade e capacidade brasileira em lidar com problemas de segurança globais e direitos humanos, liderança regional e emergência como global player (VIGEVANI, RAMAZINI JR, 2009; FUCCILLE, REZENDE, 2013; HIRST, NASSER, 2014).

No tocante aos objetos dos atos de fala durante os anos de governo do Presidente Lula para com o CRS sul-americano, percebe-se um maior destaque classificação de integração, seguido de respectivamente parcerias estratégicas, cooperação, arranjo regional e construção da paz, conforme apresentado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 - Objeto dos discursos do Presidente Lula (2003-2010)**



Fonte: Elaboração própria

É importante observar, ao analisar o Apêndice A, que a maior parte da menção à integração corresponde à integração sul-americana, partindo principalmente do viés em infraestrutura física e integração cultural. Apesar de ocorrerem em discursos bilaterais, a integração da América do Sul aparece como ponto de destaque em referência à prioridade das políticas externas. Essa abertura para a integração regional, como mencionam Vigevani e Ramazini Jr. (2009), foi muito impulsionada pela ideologia proposta pelo Presidente, condizente com o alavancar da região sul-americana como projeto político e do aumento do poder de barganha nacional e regional, a partir da integração e da atuação conjunta (LEÃO, 2016).

A menção às parcerias estratégicas foi composta por renovação com a tradicional parceira brasileira – Argentina – e constituição de novos parceiros, ou alianças estratégicas, realizadas com Venezuela, Paraguai e Uruguai. Com relação à cooperação, ocorre a classificação do objeto, em sua maioria, quando o discurso esteve relacionado a algum setor específico – como defesa, energia, comércio, assistência humanitária<sup>63</sup> – ou cooperação em instituições globais.

A classificação por arranjo regional aparece dividida em dois momentos, antes e pós Unasul. Anterior à Unasul os discursos de arranjos regionais eram voltados para OEA, OTCA e Mercosul, além da CASA, que por sua vez possuiu maior ênfase entre 2004 e 2005. Já após a criação da organização, observou-se quase unanimidade dos arranjos regionais serem parte de discursos relativos à esta instituição, em detrimento das outras organizações multilaterais. Por fim, os objetos classificados como construção da paz, representam aqueles em que o Presidente colocou o país à disposição para resolução de contenciosos, resolução de conflitos por meio de instituições – como o Grupo do Rio na Venezuela, OEA na Colômbia e Equador, e Unasul na questão Venezuela – Colômbia. Além disso, a construção da paz pode ser encontrada também em relação aos

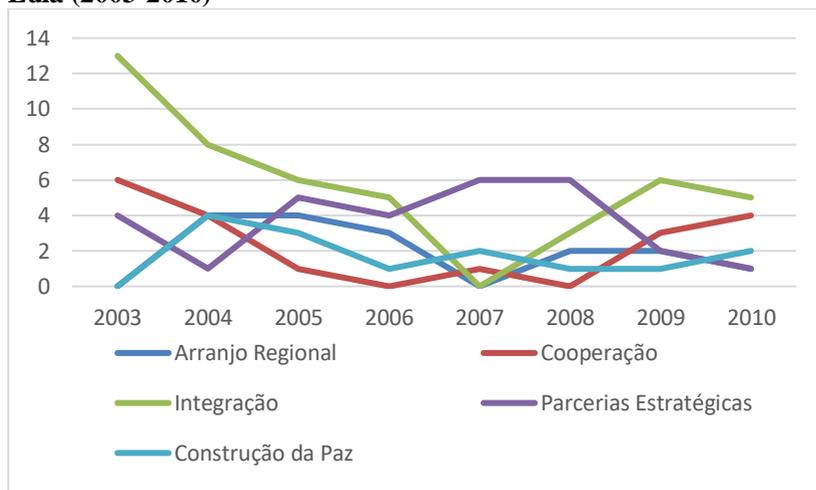
---

<sup>63</sup> Assistência humanitária, segundo Saint-Pierre e Mei (2013), resume-se a promoção de auxílio a populações vítimas de desastres naturais quando o Estado responsável não se encontra ou não consegue realiza-lo. O conceito conclama alguns princípios gerais, embasados por auspícios da ONU, sendo estes “o respeito à soberania do Estado na medida em que exigem a neutralidade, a imparcialidade, o consentimento e o apoio explícito à soberania do país afetado” (SAINT-PIERRE, MEI, 2013, p.201). No caso desta pesquisa, nos discursos das autoridades, a assistência humanitária prestada e destacada sempre será aquela relativa a desastres naturais e com auxílio das Forças Armadas para realização de tal atividade cooperativa.

discursos sobre operações de paz da ONU e o papel do Brasil na paz mundial, estabilidade regional e na responsabilidade de proteger.

Contudo, é preciso analisar com maior veemência e detalhes esses números gerais, é preciso analisar como estes se comportaram ao longo dos anos, porque uma alteração nos números anuais implica em mudanças e também direcionamentos da política presidencial para com a América do Sul – observáveis no Gráfico 4.

**Gráfico 4 - Objetos dos discursos presidenciais por ano de Governo Lula (2003-2010)**



Fonte: Elaboração própria

Ao observar os movimentos dos objetos, percebe-se uma queda nos objetos de integração e arranjo regional entre os anos de 2006 e 2007, porém, concomitantemente, a ascensão dos outros três objetos, principalmente a menção às parcerias estratégicas. Alguns motivos podem explicar essa notável variação. O primeiro decorre do período de eleitoral em 2006 e os escândalos de corrupção e caixa dois que permearam o governo brasileiro em 2005, conhecido como Mensalão. Com a crise doméstica, a agenda do governo voltou-se para a mesma no ano de 2007, diminuindo os esforços em integração regional, porém fortalecendo a cooperação, o que explicaria também a queda do número de discursos proferidos no ano de 2007, conforme Tabela 1.

Um segundo motivo seria o enfoque da política de Lula na projeção internacional para além do âmbito regional, de acordo com Cervo e Lessa (2014). Com a sua reeleição em 2006, o governante realizou esforços para

ampliar a atuação brasileira além da América do Sul, para tanto, houve maior ênfase nas parcerias estratégicas, participação em fóruns multilaterais globais e demonstração da imagem de país emergente com responsabilidades globais. Isso pode ser exemplificado pelo início das reuniões dos BRICS em 2006, atuação de liderança no G20, participação no Conselho de Segurança e Missões de Paz das Nações Unidas – como demonstrado no Apêndice A. Além disso, a construção da paz reflete as crises da Bolívia, Equador e Paraguai – relativas às questões energéticas que o país teve de resolver no período. Sendo assim, neste ano o objeto integração perde espaço para a cooperação, parcerias estratégicas – principalmente em âmbito econômico – e para a construção da paz.

Pode-se dizer que a ascendência dos objetos integração e arranjo regional ocorre novamente em entre 2008 e 2009 por dois motivos. O primeiro decorre das crises diplomáticas ocorridas entre Equador e Colômbia, devido à fumigação nas plantações de coca na Colômbia que afetaram o país vizinho, e também a instalação de bases militares estadunidenses na Colômbia, o que ameaçou a integridade e autonomia da região (FRANCHI, MIGON, VILLARREAL, 2017; FERRAZ, 2012).

O segundo motivo, conectado ao primeiro, advém da criação da Unasul, instituição de arranjo multilateral que visa a integração da América do Sul, constituição de uma cidadania sul-americana, com o objetivo de caracterizar a região como uma zona de paz e cooperação, onde a solução de controvérsias é realizada por meios pacíficos (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008). Sendo assim, a partir de 2008 o governante brasileiro volta seus atos de fala novamente para a América do Sul, enfatizando a integração, arranjos regionais, cooperação, fomentando a multilateralidade ao invés de parcerias estratégicas – como demonstrado no Gráfico 4.

Além das análises acima, é importante verificar os objetivos dos discursos – constados na segunda coluna das tabelas do Apêndice A. Os objetivos<sup>64</sup> dos discursos do governante, tanto bilaterais, quanto multilaterais, podem ser analisados de acordo com 22 classificações distintas, conforme apresenta a Tabela 2. A partir da análise desta tabela, juntamente com as construções realizadas anteriormente, algumas considerações podem ser colocadas, as quais são relevantes para a

---

<sup>64</sup> Os objetivos consistem nos principais tópicos abordados pelo líder político dentro de determinado contexto. Alguns discursos apresentaram mais de um tópico, por isso há uma maior quantidade de objetivos do que o número total de discursos proferidos.

caracterização das relações interestatais sul-americanas no *continuum* proposto.

**Tabela 2 - Análise dos Objetivos dos Discursos de Lula (2003-2010)**

<b>Objetivos</b>	<b>Total</b>
Promoção Relação Bilateral	30
Cooperação Regional	6
Integração Regional	56
Combate ao terrorismo e narcotráfico	6
Parceria Estratégica	21
Promoção Confiança Bilateral	8
Promoção Confiança Regional	16
Cooperação em Defesa Bilateral	26
Multilateralismo	13
Cooperação Bilateral	24
Zona de Paz e Cooperação	12
Sentimento de Pertencimento	21
Vontade Política	19
Comunidade sul-americana	22
Desenvolvimento social	13
Segurança Internacional	8
Participação Regional na Minustah	9
Futuro comum	13
CASA	9
Identidade Coletiva	7
Unasul	14
CDS	7
Mercosul	4

Fonte: Elaboração própria.

A primeira ponderação consiste na referência ao objetivo da integração regional, sendo parte prioritária da política externa brasileira, corroborando ainda mais com as análises precedentes a respeito da atuação do presidente na política externa brasileira. Percebe-se o enfoque

muito maior na integração do que na cooperação regional, por exemplo, visto que a cooperação foi apontada como pré-determinada e os países já partiriam para a integração – como demonstrado nas tabelas do Apêndice A.

Ao mesmo tempo, a promoção de relações bilaterais - com a amizade, valores e interesses comuns – também aparece em destaque. Porém, ao observar o Apêndice A, nota-se que, geralmente, a promoção de relações bilaterais e das parcerias estratégicas – igualmente em número considerável nos discursos - está vinculada à integração regional, ou seja, houve o fomento da relação bilateral para um objetivo regional maior, visto que os dois países considerariam a integração regional como prioridade da política externa.

Um segundo apontamento seria a comparação entre promoção de confiança bilateral e confiança regional. Apesar da confiança bilateral influenciar na construção regional, o fomento da confiança regional em fóruns regionais foi maior do que a construção de confiança bilateral. Essa constatação corrobora com o argumento da importância das instituições regionais para a atuação do Brasil na América do Sul, embasado nos processos de estabilidade regional, na construção de confiança mútua, e na cooperação – a qual também obteve destaque bilateral nas relações do Brasil com o CRS sul-americano (COSTA VAZ, 2006; VITELLI, 2017; MALAMUD, ALCANI, 2017).

Por sua vez, as instituições internacionais, como observado na Tabela 2, aparecem com notoriedade nos discursos de Lula, mesmo as relações bilaterais possuindo maior ênfase em suas políticas. A defesa do multilateralismo – presente em 13 objetivos - em organizações globais está atrelada aos discursos na Assembleia Geral e no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a fim de oportunizar o papel internacional da potência emergente sul-americana (VIGEVANI, RAMAZINI JR, 2010). Estes, por sua vez, estão fortemente atrelados aos discursos com objetivo da promoção do desenvolvimento social – também com 13 menções – e preservação da segurança internacional, com 8 menções. Além disso, o Presidente utiliza da zona de paz sul-americana como exemplo de sua atuação eficaz na região e preocupação com cenários globais, visto que a Zona aparece em 12 objetivos nos discursos de Lula. Sendo assim, observa-se que o modo brasileiro de promoção de desenvolvimento social estaria vinculado ao crescimento econômico e o papel que este ator assume globalmente e regionalmente em questões de estabilidade, segurança e desenvolvimento social.

Regionalmente, o papel do Brasil estaria atrelado às instituições regionais, com um maior destaque para CASA e posteriormente a Unasul

e CDS, as quais, mesmo criadas apenas em 2008, superaram os objetivos com relação ao Mercosul, por exemplo<sup>65</sup>. Essa constatação ressalta a intenção do governante brasileiro em trabalhar com a união sul-americana fortalecida, e com o CRS como um projeto político, agrupando as dinâmicas interestatais (ABDUL-HAK, 2013; BRAGATTI, 2015; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Conectado com o objetivo de instituições regionais observa-se os objetivos de aproximação regional, como identidade coletiva, futuro comum, formação de uma comunidade de segurança sul-americana, vontade política e sentimento de pertencimento. Concomitantemente, e como forma de reforço desta ideia, o governante utiliza do objetivo de formação de uma comunidade sul-americana (22) e de um sentimento de pertencimento ao continente (21), como forma de englobar todos os países ao processo de integração regional, em dinâmicas de cooperação e relações harmoniosas (VIGEVANI, MAURI FAVARON, RAMAZINI JR, ALVES CORREIA, 2008). Para alcançar esses objetivos, Lula aposta em seus discursos bilaterais na dependência de vontade política (19) e na ideia de um futuro comum (13) a fim de concretizar o pensamento regional, afirmando que apenas com o contato entre líderes e a elucidação dos seus interesses e vontades no processo de integração e cooperação regional, é que este se dará de forma homogênea e concreta.

Contudo, a construção de uma identidade coletiva (7)<sup>66</sup>, a qual permeia o objetivo de promover uma comunidade sul-americana de nações, e também do fortalecimento das instituições regionais – Unasul e CDS<sup>67</sup> - foi um alvo pouco aderido nos atos de fala do Presidente. Apesar dos fundamentos para a construção de identidades terem sido bem explorados pelo Presidente - como a vontade política, futuro comum e sentimento de pertencimento – a clara menção à identidade coletiva regional foi pouco identificada nos discursos. Observou-se mais esse

---

<sup>65</sup> É importante reiterar que os discursos realizados no âmbito do Mercosul não foram contabilizados, porém a menção referente a promoção de laços de amizade e sentimento de futuro comum aparecem relativos à instituição regional aparecem em outros discursos analisados.

<sup>66</sup> A identidade coletiva aqui estabelecida recorre a sua formação como explicado no primeiro capítulo da dissertação.

<sup>67</sup> Como apresentam em seus Tratados Constitutivos, um dos objetivos da Unasul e do CDS seria – respectivamente - a formação de uma identidade coletiva sul-americana, e a formação de uma identidade coletiva sul-americana em matéria de defesa (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

objetivo após a criação da Unasul e CDS, justamente para consolidar a instituição e reiterar os Tratados Constitutivos. Portanto, pode-se afirmar que não necessariamente o Brasil buscou a construção da identidade coletiva regional, mas sim utilizou dessa como mecanismo de fortalecimento e institucionalização dos organismos regionais (MAGALHÃES, 2010; MALAMUD, ALCANIZ, 2017).

Por fim, e importante para caracterizar as dinâmicas de defesa regionais, precisam ser analisados os objetivos que condizem com a cooperação em defesa. Ao analisar a Tabela 3 e a segunda coluna do Apêndice A, percebe-se que a cooperação em defesa bilateral prevalece sobre os demais objetivos que envolvem a temática, com 26 apontamentos. Além disso, em âmbito bilateral destacam-se os objetivos de combate ao terrorismo e narcotráfico (6), o qual ultrapassa a esfera da cooperação de defesa, envolve também o âmbito judicial e policial.

Como pode ser observado na Tabela 3, os temas que envolvem a defesa estão presentes em todos os países do CRS, caracterizando assim uma homogeneização regional. Entretanto, pode-se observar uma diferença de assuntos entre os países do Cone Sul<sup>68</sup> e Norte Andino<sup>69</sup>, corroborando com o argumento de que há a divisão dos sub-complexos, justamente devido às problemáticas de segurança que cada um enfrenta. Porém, mesmo assim pode-se afirmar que a com a atuação e liderança brasileira funcionou de forma a conectar as dinâmicas (FLEMES, 2009; BATTAGLINO, 2009; MAGALHÃES, 2010; FUCCILLE, REZENDE, 2013).

Analisando o CRS como um todo a cooperação em defesa regional aparece nos discursos bilaterais de Lula, porém com maior ênfase na forma de participação e cooperação regional na Minustah – sendo parte de 9 objetivos, conforme Tabela 2. Porém, ao mesmo tempo, nos discursos destinados aos países do sub-complexo andino houve um maior número de menções à cooperação regional em defesa através do CDS, da

---

<sup>68</sup> Os países do Cone Sul apresentam conteúdos relativos ao desenvolvimento pacífico, como: projetos e acordos de cooperação na área de defesa, visões comuns, grupos de trabalho, exercícios militares, desenvolvimento da indústria de defesa, modernização das Forças Armadas, conjuntos e participação na conjunta na Minustah.

<sup>69</sup> Nos países do Norte Andino, a cooperação em defesa envolve assuntos mais sensíveis e que envolvem a securitização de ameaças, como: o compartilhamento de informações pelo SIVAM/SIPAM, proteção e controle de fronteiras, superação de antigas desconfiâncias, combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

Base Industrial de Defesa Regional (BID), e da busca pela consolidação da região como uma Zona de Paz e Cooperação. Sendo assim, percebe-se a utilização de ferramentas multilaterais para promover a convergência das dinâmicas no CRS sul-americano (SHERMA, 2016).

**Tabela 3 - Temas sobre Defesa presentes nos Discursos de Lula por país (2003-2010)**

<b>País</b>	<b>Objetivo de Cooperação em Defesa</b>
<b>Argentina</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Programas nucleares e espaciais;</li> <li>•Construção de confiança;</li> <li>•Cooperação pacífica e transparente;</li> <li>•Exercícios militares conjuntos;</li> <li>•Participação em Missões de Paz da ONU;</li> <li>•Satélite Sabiá-Mar;</li> <li>•Indústria de defesa;</li> <li>•Grupo de Trabalho Conjunto em Defesa.</li> </ul>
<b>Uruguai</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Transferência de helicóptero e modernização das Forças Armadas;</li> <li>•Visão comum em segurança e defesa;</li> <li>•Acordos de Cooperação.</li> </ul>
<b>Paraguai</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Cooperação no combate à ilícitos transnacionais.</li> </ul>
<b>Chile</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Parceria na Minustah.</li> </ul>
<b>Peru</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Troca de informações através do SIVAM/SIPAM;</li> <li>•Parceria na Minustah;</li> <li>•Superação de desconfianças na área de fronteira;</li> <li>•CDS e Conselho de Combate ao Narcotráfico.</li> </ul>
<b>Equador</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Consolidação da Zona de Paz e Cooperação na América do Sul.</li> </ul>
<b>Bolívia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Controle de fronteiras;</li> <li>•Combate ao narcotráfico e contrabando.</li> </ul>
<b>Colômbia</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Combate ao terrorismo e narcotráfico;</li> <li>•Cooperação na indústria de defesa;</li> <li>•Base industrial de defesa regional;</li> <li>•CDS.</li> </ul>
<b>Venezuela</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Cooperação e troca de informações SIVAM/SIPAM.</li> <li>•Exercícios conjuntos;</li> <li>•Combate ao crime organizado, narcotráfico e terrorismo;</li> <li>•Proteção de Fronteiras.</li> </ul>
<b>Suriname</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Combate ao narcotráfico;</li> <li>•Informações SIVAM/SIPAM.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria<sup>70</sup>.

<sup>70</sup> Nos discursos referentes à Guiana não são mencionados objetivos condizentes com a Cooperação em Defesa, por isso o Estado não está presente na tabela elaborada.

As questões que abrangem a temática de defesa observadas em discursos multilaterais proferidos por Lula, por sua vez, podem ser esquematizadas conforme a Tabela 4. Ao analisar as informações obtidas, percebe-se que as organizações hemisféricas (OEA) e globais (Conselho de Segurança e Assembleia Geral das Nações Unidas) agregam pontos direcionados para a segurança internacional. Considerando as ponderações sobre construção da paz, segurança multidimensional, atuação na Minustah e segurança coletiva percebe-se um enfoque para atuações gerais do Brasil enquanto ator global e regional. A menção à Unasul e sua articulação em defesa regional apontada nos órgãos da ONU demonstra o quão notável a instituição serviu de exemplo sobre a atuação brasileira em âmbito sul-americano na construção da paz e estabilidade regional, e, por conseguinte, demonstrar as capacidades do país em atuar no cenário de segurança internacional (ADLER, GREVE, 2009; NOLTE, 2017).

**Tabela 4 - Objetivos em Defesa em Discursos Multilaterais do Governo Lula (2003 – 2010)**

<b>Instituições Multilaterais</b>	<b>Objetivos em Defesa</b>
<b>Organização dos Estados Americanos (OEA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Construção da paz e segurança internacional;</li> <li>• Segurança Multidimensional.</li> </ul>
<b>Conselho de Segurança e Assembleia Geral das Nações Unidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Minustah;</li> <li>• Unasul e articulação em defesa;</li> <li>• Segurança Coletiva.</li> </ul>
<b>Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novas ameaças à segurança coletiva;</li> <li>• Minustah;</li> <li>• Produção em setores estratégicos (indústria aeronáutica e construção naval).</li> </ul>
<b>União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolvimento de setores estratégicos;</li> <li>• Identidade sul-americana de defesa;</li> <li>• Construção da paz;</li> <li>• Minustah;</li> <li>• Valores e princípios comuns, respeito à soberania;</li> <li>• Reunião de Ministros da Defesa;</li> <li>• Resolução de conflitos pelo diálogo;</li> <li>• IV Frota dos EUA no Atlântico Sul;</li> <li>• Relações amistosas, aumento do grau de confiança e transparência.</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria

Por outro lado, as instituições regionais (CASA, Unasul e CDS), principalmente por referirem-se à defesa em seu escopo constitutivo, dialogaram com questões voltadas para a temática. A Comunidade, por

ter sido a primeira e logo substituída pela Unasul, pouco voltou-se para a defesa, mas ainda assim fez com que o Presidente Lula mencionasse a produção em setores estratégicos da defesa e as novas ameaças à segurança coletiva neste âmbito. Por sua vez, a Unasul juntamente com o CDS, apesar de incipientes durante o governo Lula, obtiveram maior notoriedade no pensamento sobre a estruturação da defesa regional por parte da postura brasileira.

A preocupação por parte do governante, por exemplo, com a IV Frota estadunidense no Atlântico Sul, a busca por uma identidade sul-americana de defesa e a promoção de relações amistosas baseadas na transparência, confiança e resolução de conflitos pelo diálogo demonstram à vontade política de tornar a Unasul em um fórum de diálogo e de boas relações em matéria de defesa, além da busca por autonomia nas dinâmicas de defesa. Concomitantemente, a menção pelo Presidente de cooperação em defesa no desenvolvimento de setores estratégicos, encontro de Ministros da Defesa, participação na Minustah, e a busca por princípios comuns demonstram como foi pensada essa cooperação.

Tendo em vista a análise sobre a temática de defesa, encerra-se a exploração sobre os discursos do Presidente da República. Com as indagações aqui colocadas, posteriormente poderá se fazer uso das mesmas para a comparação com o governo de Dilma Rousseff. A próxima seção, versará, portanto, a respeito da atuação do Ministro das Relações Exteriores perante o CRS sul-americano.

### 3.2.1.2 Discursos do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010)

Assim como na seção anterior, a presente análise buscará verificar como os discursos do Ministro das Relações Exteriores ocorreram para a América do Sul, a fim de fornecer subsídios para a caracterização das dinâmicas de defesa conforme o *continuum* formação conflituosa, regime de segurança ou comunidade de segurança.

O Ministro das Relações Exteriores<sup>71</sup> do período Lula emitiu um total de 34 discursos, sendo uma média de 4,25 discursos por ano – como pode ser observado na Tabela 5. Contudo, assim como para o Presidente, em 2008 houve a diminuição na quantidade de atos de fala, visto a crise política doméstica que o governo vinha enfrentando, refletindo na atuação externa das autoridades durante o período.

---

<sup>71</sup> No período de governo de Lula o Ministro das Relações Exteriores foi o Srº. Embaixador Celso Amorim.

**Tabela 5 - Total de discursos proferidos pelo Ministro das Relações Exteriores por ano (2003-2010)**

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Discursos	6	7	7	5	1	0	1	7	34

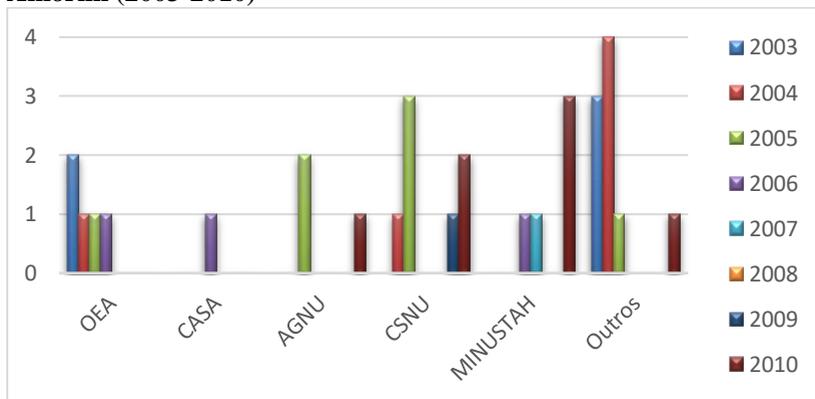
Fonte: Elaboração própria.

Dentre os 34 discursos analisados apenas 4 (11,7%) foram por meio bilateral e destinados aos respectivos países: Paraguai (2), Argentina (1) e Bolívia (1) – conforme composição do Apêndice B. Outrossim, esses atos de fala manifestaram processos de solução de controvérsias. Com o Paraguai, por exemplo, prevaleceu a questão de Itaipu e a estabilidade entre os dois países. Com a Bolívia o objetivo do Ministro foi promover a solução negociada da questão energética (gás) que permeava as relações exteriores e econômicas. Por fim, os discursos proferidos à Argentina destacou-se a superação de antigas rivalidades, resolução de disputas econômicas e que a paz e boa relação entre os dois Estados seria fundamental para a constituição da comunidade sul-americana de nações.

A atuação em esfera multilateral, por sua vez, representou 88,3% (30) dos discursos proferidos pelo Ministro. Visto isto, sustenta-se a afirmação de uma diplomacia presidencial bilateral mais atuante durante o período, enquanto o Ministro das Relações Exteriores articulava o posicionamento brasileiro em fóruns multilaterais (VILLA, VIANA, 2010). Com relação ao escopo da participação do Ministro nesses fóruns, o Gráfico 5 demonstra quão ampla foi a agenda do Ministro nessa esfera.

Ao avaliar os dados contidos no quadro, algumas considerações podem ser propostas. A primeira seria a ausência de discursos da autoridade na Unasul e no CDS. Apesar de Celso Amorim ser um dos percursores da organização regional, nenhum discurso proferido por ele foi divulgado à imprensa. Logo, a transparência dos discursos foi ofuscada à sociedade brasileira e sul-americana, limitando análises sobre os fóruns da organização.

**Gráfico 5 - Discursos multilaterais por ano proferidos por Celso Amorim (2003-2010)**



Fonte: Elaboração própria.

Um segundo apontamento seria justamente a paralisação das participações em discursos da OEA a partir do ano de 2006. Até então a autoridade vinha proferindo anualmente de algum discurso na organização. Porém, a partir do momento em que o país se volta para a atuação regional – com ênfase na CASA e posteriormente na Unasul – e também como a emergência da atuação global – com a maior participação na Assembleia Geral, Conselho de Segurança e Missões de Paz da ONU – a organização hemisférica acaba perdendo relevância nos discursos do Ministro, assim como na do Executivo, mesmo com a constante participação brasileira na organização.

A aumento dos discursos do Ministro relativos a Minustah a partir de 2006 caracteriza a terceira consideração. A relevância da operação de paz, como mencionado anteriormente – acompanhada da participação no Conselho e Assembleia da ONU - reafirma a capacidade de atuação global do país em questões de segurança internacional, principalmente no ano de 2010 quando ocorre o terremoto e a presença brasileira no Haiti é fortalecida. Além disso, em 2005 foi cunhado o conceito de “Responsabilidade de Proteger”<sup>72</sup>, e como pode ser observado no

<sup>72</sup> O termo Responsabilidade de Proteger foi cunhado em 2005 pelo Documento Final da Cimeira, o qual afirma que será aplicado a ação de Responsabilidade de Proteger “quando um Estado não garante manifestamente a proteção da sua população contra os crimes citados, a comunidade internacional está disposta a levar a cabo, em tempo útil, uma ação coletiva decidida por intermédio do Conselho de Segurança, em

Apêndice B, a autoridade utiliza do termo para valer as ações brasileira e da cooperação em defesa sul-americana no Haiti. Logo, a operação torna-se relevante para a política externa brasileira e para a região como forma de cooperação em defesa (HIRST, NASSER, 2014; AGUILAR, 2011; ALSINA JR, 2017).

Por fim, observa-se que os discursos em locais caracterizados aqui como outros torna-se relevante em praticamente todos os anos de governo. No ano de 2003 esses discursos consistem – como pode ser analisado no Apêndice B – na explicação ao Senado Federal da importância que a América do Sul teria na política externa brasileira e a busca de solução pacífica de controvérsias nessa região. Sendo assim o início do enfoque brasileiro para a concepção do CRS pacífico e estável.

Os anos de 2004 e 2005 são caracterizados respectivamente pela explicação ao Congresso Nacional dos prejuízos que a ALCA<sup>73</sup> causaria na economia do continente, e a conclusão de busca de maior autonomia regional e integração para reverter o quadro de desenvolvimento da América do Sul, inclusive com investimentos em segurança e defesa. Com esses discursos, portanto, o Ministro das Relações Exteriores procurou alcançar uma maior coesão interna sobre os assuntos de política externa e que diziam respeito a América do Sul e à atuação brasileira neste cenário.

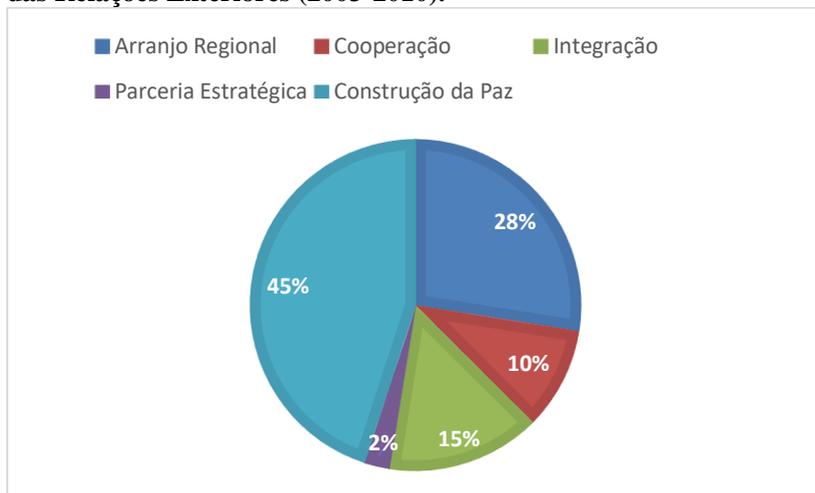
No tocante aos objetos aparentes nos discursos do Ministro das Relações Exteriores para o CRS sul-americano, percebe-se um destaque para discursos voltados para a Construção da Paz, seguido de Arranjo Regional, conforme demonstra a Gráfico 6.

---

conformidade com a Carta da ONU” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2009). (SANTOS, 2017).

<sup>73</sup> “A Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), uma ideia lançada pelos Estados Unidos, surge em 1994, durante a realização da Cúpula das Américas, quando foram assinados a Declaração de Princípios e o Plano de Ação, com o objetivo de eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países americanos, exceto Cuba, e assim formar uma área de livre de comércio para as Américas, até o final de 2005” (MERCOSUL, 2018).

### Gráfico 6 - Objetos nos Discursos de Celso Amorim como Ministro das Relações Exteriores (2003-2010).



Fonte: Elaboração própria.

A ênfase nesses dois objetos vincula-se a atuação do Ministro nos fóruns multilaterais globais, participação brasileira na Minustah e blocos de articulação regional, conforme as análises anteriores demonstraram. Isso corrobora com a maior busca por uma atuação global, busca de novos parceiros globais e responsabilidade conectada a liderança regional (FUCCILLE, REZENDE, 2013; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017). Ao contrário do Presidente, os discursos de Celso Amorim pouco exibiram objetos relativos à cooperação, integração e muito menos com as parcerias estratégicas com América do Sul, justamente porque poucos dos seus discursos foram na direção bilateral e com um viés mais abrangente. Verifica-se, portanto, uma preocupação maior com a totalidade do continente sul-americano ao invés de uma atividade pontual com cada Estado.

Com relação aos objetivos presentes nos discursos do Ministro das Relações Exteriores, em comparação com Lula, constata-se uma menor quantidade de objetivos. Ao analisar a Tabela 6, percebe-se que, apesar do ministro ter realizado um maior número de discursos em esfera global, os objetivos regionais aparecem constantemente nas suas falas mesmo dentro dos discursos não regionais.

**Tabela 6 - Objetivos dos Discursos do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010)**

Objetivos	Total
Integração Regional	11
Estabilidade Regional	6
Segurança Hemisférica	5
Questões sociais/desenvolvimento	7
Segurança regional	4
Liderança regional	5
Confiança hemisférica	1
Revisão do TIAR	1
Defesa regional	10
ALCA	2
Minustah	11
Segurança Internacional	9
Cooperação regional	2
CASA	4
Segurança Humana/ Responsabilidade de Proteger	1
Unasul	3

Fonte: Elaboração própria.

Objetivos como integração e estabilidade regional, segurança e liderança regional, cooperação regional, além da defesa regional, constituem boa parte das manifestações do Ministro. Sendo assim, mantém-se alinhado com os atos de fala do Presidente, e ampara a região como palco principal da atuação brasileira e da sua política externa. Além disso, as organizações regionais (CASA e posteriormente Unasul) também se revelam vinculadas aos interesses nacionais para com o continente. Conforme pode ser verificado no Apêndice B, as menções a esses objetivos – em sua maioria – são em discursos da esfera global, e muitas vezes são acompanhadas por intenções do país para a América do Sul, como exemplos da capacidade brasileira em orquestrar a região, e assim apreciar capacidade de ser um regente global.

Ao mesmo tempo, observa-se que objetivos hemisféricos não aparecem com tanta abundância nos discursos da autoridade (segurança hemisférica, confiança hemisférica, revisão do Tratado Interamericano de

Assistência Recíproca). Porém, quando mencionados compartilham do questionamento sobre a promoção e implementação da segurança multidimensional e validade do TIAR, assim como a falta de confiança entre os membros do hemisfério e pouca expressão da OEA, enfatizando assim as instituições sul-americanas como fóruns de atuação brasileira. Por fim, Celso Amorim ainda apresenta dois objetivos dos discursos baseados na ALCA, contudo, no viés de negação da alternativa de livre comércio, e negociação com demais países sul-americanos para a sua não implementação, visto que esta traria maiores custos para as economias da região.

Com relação aos objetivos que envolvem assuntos internacionais, destacam-se nos discursos os apontamentos destinados às questões sociais e desenvolvimento, participação do Brasil na Minustah, ponderações sobre segurança internacional, segurança humana e o termo “Responsabilidade de Proteger”. Indo ao encontro, portanto, dos discursos do Presidente e expressando intenções da política externa brasileira.

Como supracitado, a cooperação regional em defesa é manifestação constante nos discursos de Celso Amorim, representada por 10 menções, conforme Tabela 6. Portanto, é importante para essa pesquisa analisar de que forma ela transparece nos atos de fala. Assim sendo, para o desenvolvimento da mesma construiu-se a Tabela 7.

**Tabela 7 - Defesa nos Discursos Multilaterais do Ministro das Relações Exteriores (2003-2010)**

<b>Instituições multilaterais</b>	<b>Objetivos em Defesa</b>
<b>Organização dos Estados Americanos (OEA)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●Garantia da paz e segurança hemisférica</li> <li>●Reconhecimento de sub-regiões em defesa</li> <li>●Grupos de Trabalho de defesa</li> <li>●Reuniões de Ministros da Defesa na América do Sul</li> <li>●Papel do Brasil na Minustah</li> </ul>
<b>Reuniões sobre a Minustah</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●Liderança do Brasil na Missão</li> <li>●Cooperação com países da América do Sul</li> <li>●Promoção do diálogo político</li> <li>●Segurança regional</li> </ul>
<b>Assembleia Geral e Conselho de Segurança das Nações Unidas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>●Segurança humana</li> <li>●Responsabilidade de Proteger</li> <li>●Luta contra o terrorismo</li> <li>●Participação do Brasil na Minustah</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Assistência humanitária</li> </ul>
<b>Outros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Participação do Brasil na Minustah</li> <li>•Responsabilidade do Brasil na garantia da segurança internacional</li> <li>•Estabilidade regional</li> </ul>

Fonte: Elaboração própria.

Os discursos da autoridade dos quais a temática em defesa encontra-se, são na totalidade, referentes a atos multilaterais, nenhum com a forma bilateral. É interessante notar que, apesar da Unasul<sup>74</sup> ser um objetivo nas falas da autoridade, nenhuma vez ele foi vinculado à cooperação em defesa regional. De forma geral, percebe-se uma ênfase da participação brasileira na Minustah em todos os fóruns apreciados. Inclusive, nas reuniões sobre a missão, o papel e responsabilidade do Brasil para segurança regional e promoção do diálogo político, além da participação conjunta e cooperação dos países sul-americanos, distribuindo a responsabilidade para toda a região. Logo, os discursos condizem com uma forma de demonstrar a importância dessa missão de paz da ONU para a atuação brasileira no exterior, para as Forças Armadas nacionais e sul-americanas, e, de certa forma, para as operações de paz como um todo (HIRST, NASSER, 2014)<sup>75</sup>.

No tocante à OEA, como pode ser observado na Tabela 7, o Ministro pouco menciona questões relacionadas à defesa hemisférica, mas sim favorece a temática de defesa na América do Sul, com a

---

<sup>74</sup> A autoridade enquanto Ministro das Relações Exteriores não proferiu nenhum discurso público – de acordo com as Resenhas divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores – para a Unasul. Portanto, não pode ser analisado nenhuma questão relacionada a temática de defesa com a organização.

<sup>75</sup> Segundo os autores, nos últimos anos, o Brasil vem aplicando uma política externa em defesa para melhorar a performance do país em questões de paz e segurança internacional, e esse movimento começou com a atuação do Brasil na Minustah e posteriormente na operação de paz no Líbano (Unifil). Essas operações auxiliaram na melhora da imagem das Forças Armadas brasileiras para o âmbito externo, auferindo a capacidade do país em assumir responsabilidades e quem sabe assumir uma cadeira no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Sendo assim, as autoridades desenharam o “Brazilian Way” ao participar de operações de paz, quem envolvem a internalização dos conceitos da ONU, adaptação destes de acordo com a doutrina nacional de defesa e engajamento de acordo com interpretações locais de paz e conflito onde a operação é realizada.

salvaguarda das sub-regiões em defesa, grupos de trabalho em defesa pelo continente, e a ênfase nas reuniões dos Ministros da Defesa do CRS. Destarte, corroborando com a tese da importância adquirida por organizações regionais sul-americanas ao tratarem da temática de defesa na autonomia do CRS, na congregação de dinâmicas regionais de defesa e o papel que o Brasil como potência emergente e líder regional angariou ao sustentar essa postura.

Nos órgãos da ONU, como a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança, a menção à temática de defesa refere-se principalmente à atuação brasileira em operações de paz da organização – conforme Apêndice B. Dentro deste aspecto a autoridade faz uso de termos como a segurança humana, assistência humanitária e “Responsabilidade de Proteger”, os quais sempre aparecem de forma casada com as ações brasileiras no que lhes dizem respeito e as capacidades do país em contribuir para a paz mundial.

Por fim, o Ministro também realiza apontamentos sobre a temática de defesa em outras instituições – inclusive nacionais, como a Comissão Mista de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Nacional - ou em discursos trilaterais entre países sul-americanos. Neste sentido, as manifestações refletem tanto preocupações globais, como a responsabilidade brasileira com a garantia da segurança internacional e a participação na Minustah como reflexo dessa responsabilidade, assim como preocupações regionais no que dizem respeito à estabilidade sul-americana para solução pacífica de conflitos e garantia de desenvolvimento sustentável. Percebe-se, portanto, novamente uma conexão entre a atuação regional brasileira com suas aspirações globais, assim como uma atenção sempre voltada para temáticas de defesa sul-americanas.

Finaliza-se, com essas análises, a compreensão da atuação do Ministro das Relações Exteriores no que concerne à conduta durante o governo Lula (2003-2010) para com a América do Sul. A próxima subseção versará a respeito do papel do Ministro da Defesa Nelson Jobim sobre a mesma tônica.

### 3.2.1.3 Discursos do Ministro da Defesa Nelson Jobim (2007-2010)

Os discursos do Ministro da Defesa também auxiliam na verificação da conduta brasileira com relação às dinâmicas de defesa para a América do Sul, porque a autoridade – em conjunto com as anteriores – cria, mantém e formula políticas de defesa com os vizinhos do CRS.

Sendo assim, o objetivo desta subseção é analisar como o Ministro posiciona-se em seus atos de fala durante o governo Lula (2003-2010).

A intenção da pesquisa seria analisar a postura de todos os Ministros da Defesa no período, porém apenas estão disponíveis os discursos e entrevistas do último Ministro do governo Lula, senhor Nelson Jobim, o qual permaneceu no cargo entre 2007 e 2011, justamente o período de criação da Unasul e CDS. Logo, os Ministros anteriores não estarão presentes nessa análise.

O Ministro Nelson Jobim foi uma que estabeleceu bases para a construção e estruturação das relações interestatais em defesa na América do Sul. Foi ele quem criou as bases para a formação da Unasul e CDS, e aumentou a cooperação em defesa na agenda regional. No entanto, estão disponíveis nas bases coletadas apenas três discursos referentes ou destinados à América do Sul, conforme consta no Apêndice E. Logo, devido a falta de transparência de informações a importância do Ministro será aqui analisada parcialmente, mas sem desconsiderar a seu papel no processo.

Como pode ser analisado, todos os discursos foram com viés multilateral e destinados ao grupo de países sul-americanos e ao hemisfério. Dentre os discursos um foi realizado aos países membros do Mercosul em 2008, o segundo em 2009 foi uma apresentação da Estratégia Nacional de Defesa aos embaixadores sul-americanos a fim de trazer transparência ao palco da temática de defesa, e por fim, uma Sessão de Ministros da Defesa das Américas em 2010, quando se questionou questões relativas à segurança hemisférica.

Dentre os objetivos observados nos discursos, conforme demonstrado na Tabela 8, 76,5% são destinados a assuntos da América do Sul. O restante, apenas 23,5%, contém objetivos referentes esclarecimentos nacionais, a temas globais e hemisféricos, como os documentos de defesa, desenvolvimento atrelado às políticas de defesa, assuntos da ordem da OEA e Minustah.

**Tabela 8 - Objetivos dos Discursos de Nelson Jobim (2007-2010)**

Objetivos	Total
Mercosul	1
Documentos de Defesa	1
Desenvolvimento	1
Integração da América do Sul	1
CDS	4
Base Industrial de Defesa Regional	2
Confiança Regional	1

Transparência	1
Cooperação militar	2
Cooperação em defesa	1
Sentimento de Pertencimento	1
Contra ameaças externas	1
OEA	3
Identidade sul-americana em defesa	2
Minustah	1
Unasul	1
Cooperação em setores estratégicos	1

Fonte: Elaboração própria.

O maior número de menções ao CRS sul-americano nos discursos refere-se ao CDS (4). Os demais objetivos pouco foram mencionados nos discursos do ministro, porém a sua existência já categoriza a importância que estes possuem nos discursos da autoridade. Os objetivos destacados seriam: formar uma base industrial de defesa regional, uma identidade sul-americana em defesa, o sentimento de pertencimento, cooperação em defesa e militar, e união contra ameaças externas à região.

Ao analisar os discursos do Ministro da Defesa em conjunto com os discursos do Presidente e do Ministro das Relações Exteriores, pode-se identificar uma conexão entre a política externa e a política de defesa para a América do Sul, conforme afirmam Fuccille, Barreto e Gazzola (2016). Os atos de fala, ao expressarem apontamentos similares e corroborarem para a união das dinâmicas de defesa sul-americanas, a integração da região, e medidas para o fortalecimento das relações bilaterais e multilaterais, acabam por conectar as políticas das autoridades brasileiras e unificar as posturas.

Foram analisados, portanto, nesta subseção os discursos do Ministro da Defesa do governo Lula, assim como sua postura com relação à América do Sul e sua conexão com as demais políticas brasileiras. Finalizam-se, assim, as apreciações a respeito do período de governo Lula (2003-2010), e espera-se a partir dos apontamentos aqui estruturados originar subsídios para futura comparação entre os dois períodos de governo propostos.

### **3.2.2 Conduta durante o Governo de Dilma Rousseff (2011-2016)**

O governo de Dilma Rousseff (2011-2016) foi marcado por episódios de crise política domésticas, por investigações de combate à corrupção e dificuldade de governabilidade, resultando no impeachment

desta em agosto de 2016. As características do domínio internacional, relativo ao entorno estratégico sul-americano e as pautas de defesa regional, durante o período são pouco explanadas na literatura.

Com base nessa carência, o objetivo desta seção é verificar como o governo Rousseff atuou no CRS sul-americano. Para alcançar tal resultado, e posterior comparação com o governo Lula e auxílio na resposta e comprovação da hipótese, serão considerados os discursos na mesma ordem da Presidenta, do Ministro das Relações Exteriores, assim como dos seus Ministros da Defesa.

### 3.2.2.1 Discursos da Presidenta da República

Seguindo a metodologia da subseção anterior, os discursos da Presidenta Rousseff, no período de 2011 ao primeiro semestre de 2016, foram computados em tabelas anuais apresentadas no Apêndice C. Durante todo o seu governo, Rousseff apenas proclamou seis (6) discursos que envolveram a América do Sul, os quais foram distribuídos ao longo dos anos conforme a Tabela 9.

**Tabela 9 - Discursos de Rousseff proferidos por Ano (2011-2016)**

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
Discursos	1	2	1	2	0	0	6

Fonte: Elaboração própria.

A tabela acima mostra quão limitadas foram as manifestações da autoridade para com a região ou em fóruns multilaterais (regionais ou globais). Além disso, nos dois anos cruciais da crise política brasileira, percebe-se que os discursos chegaram a zero, ou seja, o foco total foi em questões domésticas devido aos problemas políticos vividos (CERVO, LESSA, 2014; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Desses seis discursos, nenhum foi destinado a algum país sul-americano, isto é, a Presidenta não proferiu discursos no âmbito bilateral. Portanto, apenas serão analisados aqui os discursos em âmbito multilateral. No caso destes, os atos de fala se relacionaram com três (3) destinos diferentes: Unasul, Assembleia Geral das Nações Unidas e Minustah.

A divisão dos discursos entre os três domínios pode ser assim verificada: Um (1) discurso proferido na Unasul em 2014; quatro (4) discursos proferidos na Assembleia Geral das Nações Unidas de 2011 a

2014<sup>76</sup>; e um (1) discurso manifestado no âmbito da Minustah em 2012. Pode-se auferir, destarte, uma preferência por instituições globais e/ou fóruns multilaterais.

Essa análise alimenta e é fomentada também pelo caráter dos objetos dos discursos multilaterais, os quais podem ser observados no Gráfico 7 e 8. Os dados contidos nos gráficos mostram, alicerçados também pelos destinos dos discursos, que os objetos de integração e parcerias estratégicas saíram da pauta presidencial em todos os anos analisados. Em contrapartida, o objeto de Construção da Paz obteve destaque nos atos de fala, alcançado cinco (5) objetos dos discursos de Rouseff, e esteve presente em todos os anos, exceto 2015 e 2016 quando não foram divulgados os atos de fala da Presidente.

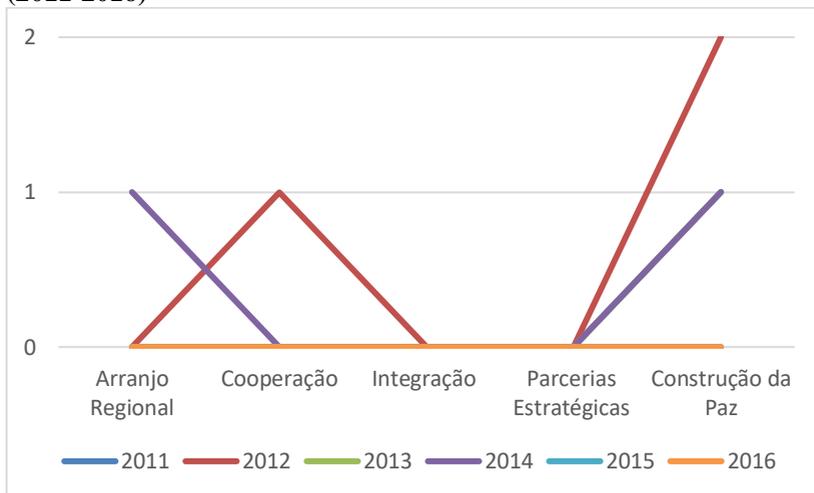
**Gráfico 7 - Objetos dos discursos de Dilma Rouseff (2011-2016)**



Fonte: Elaboração própria.

<sup>76</sup> Sabe-se que todos os anos a autoridade brasileira realiza o discurso de Abertura do Debate Geral da Assembleia Geral das Nações Unidas. No ano de 2015 e 2016 o discurso foi proferido, entretanto, nessa pesquisa apenas estão sendo analisados os discursos disponibilizados nas Resenhas divulgadas pelo Ministério das Relações Exteriores, e nos documentos divulgados nessas datas os discursos da Presidenta não foram disponibilizados.

**Gráfico 8 - Objetos dos discursos de Rousseff por ano de governo (2011-2016)**



Fonte: Elaboração própria.

Os objetivos Cooperação e Arranjo Regional, por sua vez, ocorrem apenas uma vez e em diferentes momentos. Sendo assim, são proferidos em diferentes discursos. Respectivamente referente à Minustah, quando o Brasil disponibiliza meios cooperativos para desenvolvimento da missão, e ao objeto está contido no discurso proferido na Unasul, a fim de fortalecer a instituição.

Com base nisso, faz-se necessário analisar os objetivos por trás dos discursos da Presidenta. A fim de explanar os interesses e intenções promovidas pela autoridade com os seus atos de fala, construiu-se a Tabela 10. A tabela mostra que apesar dos poucos destinos e objetivos referentes ao continente, o âmbito regional esteve presente nos discursos. No que concerne a essa esfera se destacam os objetivos de liderança regional do Brasil, promoção da estabilidade regional, Unasul e a América do Sul como região pacífica.

Além disso, outros objetivos como cooperação e integração regional e o reconhecimento de convergências e divergências entre os Estados sul-americanos, também aparecem nos discursos de Rousseff. Mesmo que estes não tenham sido os principais interesses da Presidenta no momento de fala, apenas per passaram pelas manifestações, a sua menção confere à região um status de atuação e dos interesses do Brasil.

**Tabela 10 - Objetivos dos Discursos de Dilma Rousseff (2011-2016)**

Objetivos	Total
Superação da crise econômica	4
Responsabilidade ao proteger	1
Liderança regional	4
Minustah	1
Estabilidade regional	3
Cooperação regional	1
Mercosul	2
Unasul	4
Região pacífica	4
Terrorismo	1
Espionagem	2
Segurança Internacional	4
Integração Regional	2
Divergências Regionais	1
Convergências Regionais	1

Fonte: Elaboração própria.

Com relação aos temas globais, a autoridade brasileira enfoca seus discursos naqueles que influenciam nas políticas domésticas. Dentre eles houve a ênfase na necessidade de superação da crise econômica, utilizando do Mercosul como principal ferramenta para alcançar esse objetivo, e não as dinâmicas sul-americanas como um todo. Além disso, em parâmetros de segurança e defesa houve menção à resolução de problemas originados da espionagem, terrorismo e dinâmicas de segurança internacional que movimentaram o governo Rousseff na sua política externa. Ademais, os discursos trabalharam a posição brasileira na Minustah e o conceito de “Responsabilidade ao Proteger”<sup>77</sup>, visto que

---

<sup>77</sup> “Responsabilidade ao Proteger (RwP)” foi um conceito apresentado pelo Brasil em 2011 como uma “tentativa de impedir a proliferação descuidada, indiscriminada e especialmente política das intervenções humanitárias. A RwP defende, sobretudo, o aprimoramento da prevenção e a resolução pacífica de disputas, de modo que o uso da força só ocorra em casos excepcionais, com a necessária autorização do Conselho de Segurança da

a atuação do país em cenários de segurança internacional foi muito pautada por essas agendas.

Os objetivos relacionados à temática de defesa no âmbito sul-americano, com discursos de Rousseff, não aparecem de forma específica, apenas há a intenção de formar uma região pacífica sendo o Brasil vetor dessa pacificidade, porém não foi retratado como e a partir de quais dinâmicas e possibilidades. Portanto, novamente, esses objetivos demonstram as aspirações brasileiras gerais para o CRS sul-americano.

A partir das considerações feitas com a observação do Apêndice C, pode-se concluir que os discursos da Presidenta Rousseff foram mais voltados para o cenário global em nível multilateral, incluíram a América do Sul na sua esfera de atuação, porém o CRS não foi o foco principal da agenda presidencial (LEÃO, 2016). Além disso, infere-se que as preocupações da autoridade estariam mais voltadas para a construção da paz – com o Brasil sendo um líder regional para a promoção de um continente pacífico e transbordamento para demais regiões - e temas econômicos, como a superação da crise econômica e utilização de fóruns multilaterais para tal aspiração. Por fim, faz-se necessária a constatação que a OEA não aparece em nenhum momento nos discursos da Presidenta, enquanto a Unasul aparece em algumas manifestações, mesmo que de forma simples e frágil.

Portanto, pode-se corroborar com o argumento de que,

Embora a Presidenta tenha mantido as linhas gerais de Política Externa estabelecidas durante o governo Lula – por exemplo, uma atuação do Brasil em foros multilaterais como representante dos países do Sul e foco na integração sul-americana – ela não atuou como elemento de equilíbrio e tampouco mostrou vontade política específica com o entorno regional (LEÃO, 2016, p.13)

A partir de então, foram analisados de forma quantitativa e qualitativa o conteúdo dos discursos de Dilma Rousseff. Destarte, a

---

ONU (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2011). Em tais situações, a força seria empregada dentro de limites claramente demarcados e a ação militar não deveria causar, em nenhuma circunstância, um dano maior do que aquele que busca evitar. Desse modo, pode-se argumentar que a RWP e a R2P são complementares e devem ser sempre consideradas em conjunto” (BRAGA, 2013, p. 39). (SANTOS, 2017).

presente subseção corroborou com maiores subsídios para a caracterização das relações interestatais sul-americanas.

### 3.2.2.2 Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)

A subseção anterior analisou como os discursos de Dilma Rousseff colocaram a América do Sul na agenda da política externa brasileira. A presente subseção buscará verificar como os discursos dos Ministros das Relações Exteriores<sup>78</sup> ocorreram no período proposto (2011-2016).

Os Ministros das Relações Exteriores, ao longo do governo Rousseff, realizaram 20 discursos aos destinos previamente selecionados para esta pesquisa. Conforme pode ser observado na Tabela 11, houve uma média de 3,3 discursos por ano, mantendo basicamente o mesmo padrão de atuação durante todo o governo.

**Tabela 11 - Total de discursos proferidos pelos Ministros das Relações Exteriores por Ano (2011-2016)**

Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
<b>Discursos</b>	3	4	4	4	3	2	20

Fonte: Elaboração própria.

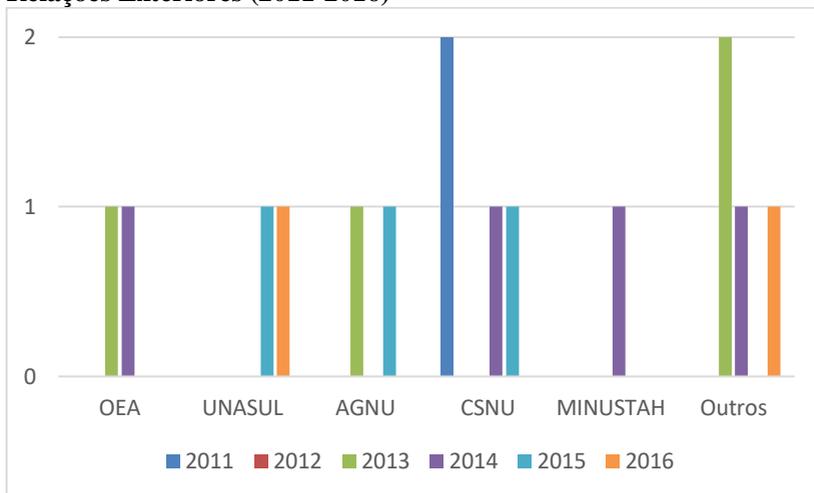
Dentre este total de manifestações, apenas cinco (5) foram com destinos bilaterais, o restante foi proferido em fóruns multilaterais. Conforme o Apêndice D, os discursos bilaterais foram primordialmente no ano de 2012, apenas um em 2011, e apresentaram os seguintes destinos com um discurso para cada: Argentina, Colômbia, Peru, Chile e Paraguai. Percebe-se que em 2013, com o início da crise política brasileira, a autoridade deixou de atuar nessa esfera e voltou-se apenas para os fóruns com maior número de atores, a fim de conseguir maior legitimidade para a política externa brasileira.

De acordo com o Gráfico 9, as manifestações multilaterais selecionadas para a pesquisa, por sua vez, foram bem distribuídas ao longo dos anos. Os Ministros atuaram em diferentes fóruns, em diferentes momentos da política externa e doméstica.

---

<sup>78</sup> Os Ministros das Relações Exteriores do período Rousseff foram, respectivamente, Antonio Patriota (2011-2013), Eduardo Santos (2013), Luiz Alberto Figueiredo (2013-2015) e Mauro Vieira (2015-2016).

**Gráfico 9 - Discursos multilaterais proferidos pelos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)**



Fonte: Elaboração própria.

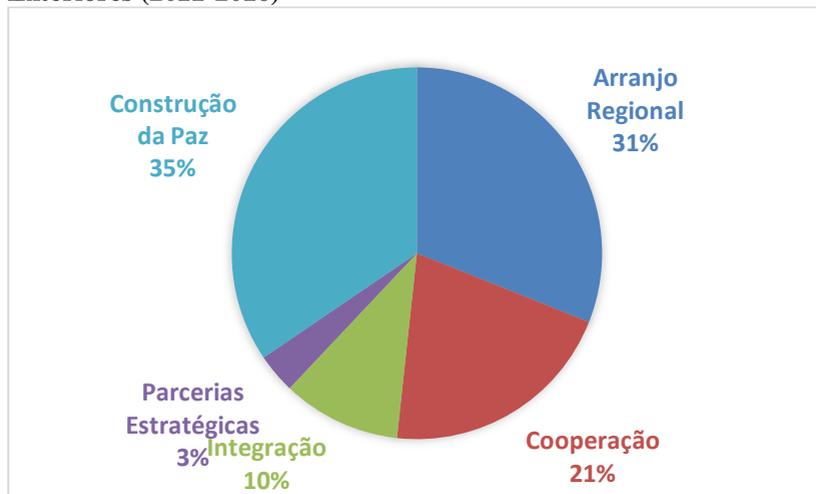
Ao analisar o gráfico, constata-se que em 2012 – quando houve maior movimentação bilateral – não ocorreram discursos multilaterais. Além disso, o ano de 2014 – após os protestos nas ruas brasileiras originadas pelo Movimento Passe Livre, foi a data em que o Ministro mais atuou em diferentes fóruns. Uma terceira constatação seriam os discursos realizados em 2011, os quais apenas foram proferidos no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e em ambas as ocasiões a pauta da reunião foi sobre a construção da paz e prevenção de conflitos, embasando o conceito de “Responsabilidade ao Proteger” criado no mesmo ano pela diplomacia brasileira, como pode ser observado na primeira coluna - “Discursos” - do Apêndice D.

Os discursos proferidos na OEA, por sua vez, ocorreram em 2013 e 2014, períodos em que não houve manifestações em instituições regionais, porém quando a América do Sul enfrentava rupturas políticas, crises dos projetos desenvolvimentistas e iniciavam-se novos modelos de atuação neoliberal no CRS (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017). Isso demonstra, portanto, uma fragilidade institucional da Unasul, visto que esta depende da vontade política dos governantes para se manter ativa regionalmente, e apenas foi alvo das manifestações dos Ministros nos dois últimos anos de governo Rousseff (TEIXEIRA JR, 2016).

Por fim, o Ministro se manifestou também através de “outros” fóruns sobre política exterior, cuja legenda implica em discursos realizados na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, o fórum Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)<sup>79</sup>, e a Reunião de Diplomatas Sul-Americanos. Nessas esferas os discursos foram realizados em 2013, 2014 e 2016, quando pautas de relações exteriores precisaram ser fortalecidas e explicadas a fim de garantir sua manutenção devido às crises domésticas supracitadas.

No tocante aos objetos dos discursos dos Ministros - em conformidade com o Gráfico 10 - repara-se uma congruência com os objetos dos discursos da Presidenta, porque seguem as mesmas proporções, apesar destes apresentarem objetos relativos à integração regional e parceria estratégica. Os discursos dos Ministros justamente apresentam estes objetos porque, realizam discursos bilaterais, o que não ocorre com a dirigente do executivo.

**Gráfico 10 - Objetos dos Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)**



Fonte: Elaboração própria.

<sup>79</sup> A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada em 1986 pela Resolução 41/11 da Assembleia Geral das Nações Unidas. É um fórum composto pelos 24 países limítrofes ao Atlântico Sul, sendo o principal palco de debates sobre a segurança no Atlântico Sul. Por meio da cooperação entre os membros, a organização busca estabilidade, paz e desenvolvimento sustentável para a região (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2018).

Ademais, os objetos com maior permanência seguem também as linhas dos destinos dos discursos da autoridade, visto que grande parte ocorreu em fóruns globais – Assembleia Geral, Conselho de Segurança da ONU e Minustah – relacionando-se, assim, à construção da paz. E, a outra grande parte dos destinos das manifestações tocou fóruns regionais, abarcando o objeto de arranjo regional, no caso da OEA e Unasul.

Esses objetos refletem também nos objetivos dos discursos. A Tabela 12 mostra que cinco (5) dos objetivos possuem caráter global e conectados à construção da paz – como Paz e Desenvolvimento, Paz Não-militar, Multipolaridade Cooperativa, Minustah, Espionagem. Em âmbito bilateral, apenas três objetivos se destacaram - a Confiança Bilateral, Cooperação Bilateral e Promoção de Relações Bilaterais – sendo que estes apresentaram uma quantidade de menções menor do que os demais.

**Tabela 12 - Objetivos dos discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)**

Objetivos	Total
Paz e Desenvolvimento	5
Paz não militar	4
Minustah	3
Liderança Regional	8
Integração Regional	10
Confiança Bilateral	2
Cooperação Bilateral	4
Mercosul	6
Unasul	11
Zona de Paz e Cooperação	7
Multipolaridade cooperativa	5
Promoção de Relações Bilaterais	3
Divergência e convergências regionais	3
Futuro Comum	3
Identidade coletiva	3
Cooperação em defesa regional	5
OEA	4

Fonte: Elaboração própria.

Os demais objetivos, portanto, representam apontamentos regionais. Diferentemente dos objetivos regionais da Presidenta, os Ministros abrangem ideias de futuro comum e identidade coletiva, expressões essas que garantem um sentimento de pertencimento e de uma união entre as nações da região. Outrossim, concedem ênfase para a integração regional, na Zona de Paz e Cooperação sul-americana, na Unasul e na liderança regional do Brasil na América do Sul.

A organização hemisférica (OEA) também não é mencionada nos objetivos da Presidenta, porém sobressai em quatro (4) ocasiões nas manifestações das autoridades. Isso demonstra que, apesar da instituição não estar tão presente na pauta presidencial, ainda permanece na agenda da política externa brasileira. Um destaque seria para os objetivos relativos ao Mercosul, visto que não aparecem com tanta ênfase nos discursos presidenciais e nos apontamentos dos Ministros o bloco econômico constantemente é mencionado, principalmente vinculado à superação da crise econômica, paz e desenvolvimento.

É relevante ponderar que a maioria desses objetivos regionais ocorreram em discursos não direcionados à América do Sul, mas sim em fóruns globais ou com destinos bilaterais. Portanto, pode-se afirmar que mesmo com a diminuição da ênfase pela Presidente às questões regionais, a agenda sul-americana permaneceu nas atividades e intenções dos Ministros das Relações Exteriores.

O objetivo de cooperação em defesa regional, por fim, foi mencionado em algumas circunstâncias – tanto em âmbito bilateral quanto em fóruns multilaterais – conforme a Tabela 13. Ao observar a tabela nota-se que a Unasul e o CDS permanecem constantes dentro desses objetivos, mesmo nos discursos vinculados à OEA, e que há sempre a busca por transformar a região em uma zona de paz e com resolução pacífica de conflitos. Além disso, os Ministros sempre colocaram o Brasil à disposição da Colômbia para a resolução e negociação com o grupo insurgente das FARC-EP, ainda que o país efetivamente não tenha contribuído para tal acontecimento.

**Tabela 13 - Objetivos da Temática de Defesa nos Discursos dos Ministros das Relações Exteriores (2011-2016)**

Destino do Objetivo	Temática de Defesa
---------------------	--------------------

<b>Argentina</b>	•Unasul para consolidar uma zona de paz na região
<b>Peru</b>	•Participação conjunta na Minustah
<b>Colômbia</b>	•Necessidade de Pacificação
<b>OEA</b>	•Combate às drogas através da Unasul •Brasil se colocou à disposição da Colômbia para resolução do conflito
<b>Unasul</b>	•Cooperação em setores estratégicos da defesa •Resolução pacífica de controvérsias •CDS para criar confiança e identidade comum em matéria de defesa •Iniciativa da ESUDE <sup>80</sup> •Estabilidade na América do Sul
<b>Outros</b>	•Participação conjunta dos países sul-americanos na Minustah •Cooperação em defesa por laços políticos

Fonte: Elaboração própria.

Outrossim, na esfera da própria Unasul – mesmo que não diretamente no CDS – houve a menção à cooperação em defesa, a construção de confiança e de identidade comum em matéria de defesa, presentes também nos objetivos do Estatuto do CDS. Por fim, é interessante ressaltar que na esfera caracterizada como “outros” por essa pesquisa, a temática de defesa também aparece, no que concerne à participação conjunta dos países sul-americanos na Minustah – objetivo este também apresentado no discurso bilateral com o Peru – e a constatação da ocorrência da cooperação em defesa por meio de laços políticos.

Todas essas considerações revelam que, apesar da diminuição da diplomacia presidencial com Rousseff, a atuação dos Ministros das Relações Exteriores continuou ativa, principalmente em fóruns multilaterais. Ademais, a temática de defesa, mesmo com o uma política externa presidencial mais reativa e defensiva (LEÃO, 2016) e com a não tentativa de união de agendas sul-americanas por parte da autoridade executiva, o CRS em questão permaneceu na pauta nos discursos dos

---

<sup>80</sup> A Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) foi criada pelo CDS da Unasul no final de 2014, a partir dos Planos de Ação em matéria de defesa criados pela mesma instituição. A Escola tem o objetivo de contribuir para a consolidação dos principais objetivos do Estatuto do CDS, por meio da formação e capacitação de profissionais em matéria de defesa (ESUDE, 2016).

Ministros, inclusive em cooperação em defesa, as operações de paz das Nações Unidas (Minustah) e a solução pacífica de controvérsias.

Analisaram-se, destarte, como os discursos dos Ministros das Relações Exteriores se apresentaram para o CRS sul-americano. Com base nesses dados, posteriormente, será realizada uma comparação entre os governos analisados, a fim de caracterizar as dinâmicas de defesa sul-americanas entre 2003 e 2016. A próxima subseção finalizará o governo Rousseff, com as ponderações sobre as atividades dos Ministros da Defesa entre 2011 e 2016.

### 3.2.2.3 Discursos dos Ministros da Defesa do Governo Rousseff (2011-2016)

Os discursos dos Ministros da Defesa também auxiliam na verificação da postura brasileira com relação às dinâmicas de defesa para a América do Sul, porque as autoridades – em conjunto com análises anteriores – criam, mantêm e formulam políticas de defesa com os vizinhos do CRS. Sendo assim, o objetivo desta subseção é analisar como os Ministros posicionam-se em seus atos de fala durante o governo Rousseff (2011-2016).

O governo Rousseff conteve três Ministros, Celso Amorim (2011-2014), Jaques Wagner (2015) e Aldo Rebelo (2015-2016). As três autoridades reproduziram um total de 36 discursos relacionados à América do Sul, sendo que Amorim realizou 28 discursos, Wagner proferiu sete (7) e Rebelo apenas um (1).

As manifestações apresentaram-se em diferentes esferas de atuação. Os discursos de caráter bilateral foram destinados à Argentina (2), Chile (1) e Bolívia (1), todos durante o período Amorim. Além disso, foram realizados discursos em âmbito doméstico que envolveram questões sul-americanas: Comissão Mista de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Congresso Federal (5); Escola Superior de Guerra (3); Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (2); palestras em congressos acadêmicos nacionais (10); e Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-Sul) (3). Por fim, os discursos de caráter multilateral apresentaram quatro destinos: OEA (1), CDS (3), Reunião sobre América do Sul e o continente Antártico (1) e Reuniões sobre a Minustah (3).

Sendo assim, afirma-se que os Ministros da Defesa desenvolveram uma heterogeneidade de destinos em seus discursos. Porém, na maioria em ponderações em âmbito doméstico e multilateral, visto que apenas Amorim dirigiu-se bilateralmente aos vizinhos.

Para além da quantidade e orientação das manifestações, é interessante para a pesquisa observar os objetivos destes, disponíveis no Apêndice E, para com a América do Sul. Para tanto, foi construída a Tabela 14. A construção mostra que apenas três (3) dos objetivos não condizem com o espaço sul-americano – Minustah (12), Outros Parceiros<sup>81</sup> (10) e Continente Antártico (3). Porém, ao observar como estes aparecem no Apêndice correspondente, os objetivos sempre aparecem interligados com a cooperação em defesa, tecnológica e acadêmica, com os vizinhos sul-americanos.

**Tabela 14 - Objetivos dos Discursos dos Ministros da Defesa (2011-2016)**

<b>Objetivo</b>	<b>Total</b>
Cooperação regional	17
Confiança Regional	22
Unasul	16
CDS	15
Zona de Paz e segurança	9
Contato entre líderes	4
Projeção internacional Brasil	6
Base Industrial de Defesa Regional	10
Comunidade de Segurança (Deutsch)	15
Minustah	12
Doutrina de defesa Regional	7
União Sul-Americana	7
Cooperação em defesa regional	11
Setores estratégicos	3
Transparência	7
Visão sul-americana de defesa	5
CEED	2
CAD-SUL	1

---

<sup>81</sup> Aqui a menção a outros parceiros em cooperação em defesa refere-se à cooperação com parceiros tradicionais do Brasil, como os Estados Unidos, França, Alemanha e os países dos BRICS.

Continentes Antártico	3
Identidade comum regional	12
Mercosul	4
Outros parceiros	10
ESUDE	5
Cooperação em ciência e tecnologia, e acadêmica	5
Combate à ilícitos transnacionais	3

Fonte: Elaboração própria.

No tocante aos objetivos que concernem à América do Sul, percebe-se que a promoção da confiança regional (22) obteve destaque como objetivo dos discursos, seguido da cooperação regional (17), Unasul (16) e CDS (15), e cooperação em defesa regional (11). Esses quatro objetivos geralmente estão conectados uns aos outros e foram propósitos principalmente das manifestações de Amorim. Os demais Ministros geralmente trabalharam com as ponderações sobre a Minustah e o cooperação no combate à ilícitos transnacionais (3). Por conseguinte, pode-se afirmar que é da personalidade de Amorim – tanto como Ministro da Defesa de Dilma, quanto como Ministro das Relações Exteriores de Lula – esse enfoque no CRS sul-americano como um todo, na tentativa de promover a integração e cooperação regional, visto que os demais Ministros não aderiram a tal ênfase nos seus atos de fala, seja por questões de personalidades políticas, ora por dificuldades domésticas com as Forças Armadas ou prioridades de agendas.

Os demais objetivos presentes na Tabela 14, somados àqueles em destaque, caracterizam as relações sul-americanas em defesa por parte do Ministro como cooperativas, transparentes, de consolidação da paz, e institucionalizadas pelos objetivos, órgãos da Unasul, especialmente o CDS. Além da promoção de uma união sul-americana em defesa, com autonomia perante outras regiões, com uma doutrina e visão comum de defesa regional. Outrossim, alguns objetivos visados pelos atos de fala da autoridade constituem ações práticas, não apenas pontos ideológicos, como o fomento à Base Industrial de Defesa Regional, investimento em setores estratégicos, funcionamento da ESUDE e da CEED, além da cooperação na ciência, tecnologia e academia por meios militares.

Um objetivo que também merece evidência na pesquisa é a intenção de projeção internacional do Brasil (6) por meio de políticas de defesa regionais. Alguns autores (SOUZA, 2015; MEDEIROS, TEIXEIRA JR., REIS, 2017; CELSO AMORIM, 2013), afirmam que o

Brasil utiliza de políticas regionais e da união entre os vizinhos para criar uma política externa mais autônoma projetada internacionalmente, e assim reduzir a influência de potências extrarregionais nas dinâmicas internas à América do Sul. Para tanto, o país buscaria alcançar uma estratégia cooperativa dissuasória (CEPIK, 2010), e a Unasul seria a principal consolidação dessa prática brasileira.

A menção nos discursos dessa projeção brasileira, somadas à estratégia regional de cooperação para dissuasão (como consta no Apêndice E), à relevância para as dinâmicas internas de defesa e à ausência da OEA nos objetivos dos atos de fala e o aparecimento do Mercosul como consolidador da paz, corroboram com essa aspiração do país para com as dinâmicas de defesa da América do Sul.

Faz-se necessário aqui, também, ressaltar o objetivo da identidade comum regional, mencionada principalmente à comunhão na temática de defesa. O termo é um dos objetivos que consta no Tratado Constitutivo do CDS, porém a alusão a ele em doze (12) oportunidades, e não somente em discursos referentes à Unasul, remete à real intenção de Amorim na promoção de aprendizados sociais, práticas sociais e assim mudança na estrutura das dinâmicas de defesa regional a fim de gerar uma identidade, conforme apresentado no primeiro capítulo.

Por fim, salienta-se o objetivo de construção de uma comunidade de segurança sul-americana nos moldes propostos por Deutsch (1957), presentes quinze (15) vezes nos discursos de Amorim. Nenhuma outra autoridade reconheceu diretamente este objetivo em seus atos de fala, e nem nos informes divulgados pelo MRE, apenas demonstraram elementos de uma possível intenção de comunidade política ou de comunidade de segurança. O fato do Ministro da Defesa ambicionar a construção dessa estrutura na América do Sul, mesmo em períodos de crise política do governo Rousseff e do não tratamento por demais autoridades, pode ser um indício de dois pontos. O primeiro seria um paralelismo entre a política externa e a política de defesa (ALSINA JR, 2003), visto o disparate entre as duas políticas públicas ao longo dos anos<sup>82</sup>.

---

<sup>82</sup> Alsina Jr (2003), a ausência da percepção de existência de uma ameaça externa clássica, a prioridade atribuída aos programas sociais, a falta de conhecimento sobre o poder militar por parte da sociedade civil e diplomática, e o desinteresse das autoridades políticas pela temática de defesa contribuíram para a formação de uma distância considerável entre a política externa e a política de defesa, em que uma política não dialoga com os interesses da outra.

E o segundo seria uma real vontade política da defesa brasileira em fomentar uma comunidade de segurança regional, sendo esta uma região onde as controvérsias são resolvidas por outros meios e não a partir da guerra e do conflito, onde a confiança mútua prevaleça sobre os demais sentimentos. Contudo a descontinuidade dos atos de fala dos Ministros da Defesa do governo Rousseff com relação a esse objetivo acaba desacreditando o segundo ponto.

Finalizou-se, destarte, as explanações acerca dos discursos dos Ministros da Defesa do governo entre 2011 e 2016, concluindo também as análises a respeito dos atos de fala do Governo Rousseff. A partir de então, pode-se estabelecer uma comparação entre os dois governos determinados inicialmente pela pesquisa – entre 2003 e 2016 – e assim estabelecer continuidades, rupturas, e de qual forma as políticas e dinâmicas de defesa regional foram modificadas e assim, em parte, poder caracteriza-las no *continuum* proposto.

### 3.3ANÁLISE COMPARADA: LÍDERES BRASILEIROS E AS DINÂMICAS DE DEFESA REGIONAIS

Nas duas seções anteriores foram realizadas separadamente análises dos conteúdos dos discursos das autoridades do Executivo, Ministério das Relações Exteriores e da Defesa durante os governos Lula e Rousseff (2003-2016). O objetivo desta seção, portanto, é efetuar uma comparação entre o conteúdo dos atos de fala dos dois mandatos, a fim de verificar continuidades, transformações parciais ou rupturas nas dinâmicas de defesa para a América do Sul, e assim obter maiores subsídios para a classificação destas a partir do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança dentro do CRS sul-americano.

A fim de alcançar esse propósito, e para facilitar a análise, a seção será elaborada em quatro partes comparativas. Cada uma contendo os principais focos de análise das seções anteriores, divididos por autoridade, e apresentando uma condição de “continuidade”<sup>83</sup>,

---

<sup>83</sup> O termo “continuidade” refere-se às qualidades que permanecem de um governo para o outro.

“ruptura”<sup>84</sup> ou “transformação parcial”<sup>85</sup> a fim de identificar as dinâmicas nos atos de fala.

Seguindo a lógica das seções anteriores, portanto, primeiramente farar-se-á uma comparação entre os dois Presidentes da República entre 2003 e 2016. O governo Lula realizou dezessete (17) vezes mais discursos que a Presidente Rousseff relacionados à América do Sul ou em fóruns globais. Isso demonstra que o primeiro apresentou uma agenda mais ativa e assertiva, além de ser voltada para a consolidação de uma América do Sul como ator global, autônoma e tendo o Brasil a frente deste processo (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017). Enquanto no segundo governo houve uma política externa mais reativa e defensiva, ainda que seguindo elementos de Lula, o governo Rousseff buscou maior atuação em fóruns globais, visto que o continente sul-americano ficou em segundo plano nos seus discursos (LEÃO, 2016; RIZZINI, ANTUNES, 2017).

Além dessa diferença numérica, há divergências também no conteúdo das atividades presidenciais. Para facilitar a análise, foi construída a Tabela 15, cuja estrutura comparativa foi dividida em: Destinos dos discursos (bilateral ou multilateral), Objeto (Integração, Cooperação, Arranjo Regional, Parceria Estratégica e Construção da Paz), Principais Objetivos, e a Temática de Defesa.

**Tabela 15 - Análise comparativa dos Presidentes Lula e Rousseff**

	<b>Presidente Lula</b>	<b>Presidenta Rousseff</b>	<b>Condição</b>
<b>Destino dos Discursos</b>	Bilaterais	Multilateral	Ruptura
<b>Objeto</b>	Integração	Construção da Paz	Ruptura
<b>Principais Objetivos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Promoção das Relações Bilaterais</li> <li>•Cooperação Bilateral</li> <li>•Parceria Estratégica</li> <li>•Cooperação em Defesa Bilateral</li> <li>•Comunidade Sul-Americana</li> <li>•Integração Regional</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Superação da Crise Econômica</li> <li>•Liderança Regional do Brasil</li> <li>•Estabilidade Regional</li> <li>•Unasul</li> <li>•Região Pacífica</li> </ul>	Ruptura

<sup>84</sup> O termo “ruptura” refere-se quando qualidades mencionadas se transformam por completo na comparação entre os governos.

<sup>85</sup> O termo “Transformação parcial” indica que as qualidades sofreram mudanças na comparação entre os governos, porém ainda mantém a mesma base.

		•Segurança Internacional	
<b>Temática de Defesa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>•Bilateral: Cone Sul com temas relacionados ao desenvolvimento pacífico e cooperação. Norte Andino com temas relacionados à securitização de ameaças, cooperação através do CDS e busca de paz.</li> <li>•Multilateral: OEA, CSNU e AGNU com ênfase em segurança internacional. CASA, Unasul e CDS com temas de defesa (setores estratégicos, identidade, transparência e confiança regional em matéria de defesa.</li> </ul>	Não apresenta a temática de defesa nos discursos que envolvem a América do Sul. Apenas trabalha com apontamentos em fóruns globais: terrorismo, liderança do Brasil na promoção da paz, Minustah, e Responsabilidade ao Proteger.	Ruptura

Fonte: Elaboração própria.

A tabela mostra que em todos os quesitos selecionados houve ruptura na política presidencial para a América do Sul de um mandato para o outro. Enquanto o governo Lula voltou-se mais para discursos bilaterais, sendo estes realizados de forma homogênea entre todos os vizinhos (exceto Argentina, Suriname, Guiana e Equador); o governo Rousseff tendeu à realização de discursos na esfera multilateral, principalmente na Assembleia Geral das Nações Unidas, sendo assim com pouca ênfase nas ponderações destinadas ao CRS sul-americano.

No elemento do objeto dos discursos, também ocorreu uma ruptura, visto que o primeiro governo apresentou maior notoriedade da Integração Regional, devido à disposição dos destinos e de suas temáticas, ao passo que a Presidenta Rousseff voltou seus atos de fala mais ao objeto de construção da paz, relacionados aos órgãos da ONU. Ademais, é interessante lembrar que os objetos de integração regional e parceria estratégica não são contemplados em nenhum discurso de Rousseff. Para além da construção da paz, apenas cooperação e arranjo regional, são observados nos atos de fala.

Dentre os objetivos nos discursos, a tabela mostra que os destaques nos dois governos apresentam temas regionais, porém com diferentes perspectivas. Enquanto o primeiro converge para a integração regional e à formação de uma comunidade sul-americana, e enfatiza temas bilaterais (cooperação, cooperação em defesa, parcerias estratégicas), o segundo governo petista converge para temáticas de estabilidade e paz regional, a Unasul como instituição de destaque na região, e liderança regional do Brasil em processos de construção da paz. Além disso, percebe-se que os destaques do governo Rousseff também se relacionam com a solução da crise econômica alastrada pelo âmbito doméstico e a ênfase na segurança internacional, por meio de combate ao terrorismo e atuação em operações de paz da ONU.

Essa ruptura entre os objetos e objetivos dos discursos evidenciam uma mudança nos esforços das autoridades para com a América do Sul. Lula orientou sua agenda para a construção de uma região unida, com dinâmicas endógenas às necessidades regionais, e para o fortalecimento das relações de amizade com todos os países, gerando um sentimento de pertencimento e uma convergência de políticas.

O governo Rousseff, por sua vez, foi marcado por crises econômicas e políticas, divergências políticas entre governos sul-americanos, espionagem e influência estadunidense, além de disputas e negociações de paz em alguns países da região (negociação de paz entre o governo da Colômbia com as FARC-EP) (BRAGATTI, 2015). Sendo assim, a Presidenta focou sua agenda na superação desses percalços e no papel do Brasil para a construção da paz global e regional.

A América do Sul não é uma região homogênea, possuindo singularidades nacionais e regionais, o que dificulta na elaboração de uma agenda comum. Fucille e Rezende (2013) trazem a perspectiva de que, durante o governo Lula houve uma convergência dessa agenda e a consolidação de uma dinâmica de integração, portanto, houve a formação de um “único CRS” em um modelo centrado na liderança brasileira e na institucionalização da Unasul. Porém, esse projeto apresenta fragilidades, sendo elas as crises de projetos de esquerda na América do Sul, rupturas políticas, crises nos projetos de desenvolvimentos, e novos modelos de medidas neoliberais, o que acarretou na mudança de perspectiva presidencial do governo Rousseff para com o CRS e para com a Unasul (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Por fim, a temática de defesa foi onde ocorreu a maior ruptura entre os governos. O governo Lula especifica a defesa regional em seus discursos bilaterais, faz menção a ela com todos os vizinhos, homogeneizando a temática pelo CRS, embora de formas diferentes entre

os sub-complexos do Cone Sul e Norte Andino, como mostrado pela Tabela 15. Além disso, em discursos multilaterais que trabalham a questão da defesa referem-se principalmente às organizações regionais (CASA, Unasul/CDS), enquanto instituições hemisféricas (OEA, JID) e globais (Assembleia Geral e Conselho de Segurança da ONU) permanecem com temáticas mais gerais, sem especificidades da defesa.

Os discursos de Rousseff, ao contrário, não delimitam nenhuma ponderação específica para os vizinhos sul-americanos, e, como assinalado anteriormente, todos voltados para a esfera multilateral global. Os atos apenas trabalham com questões relacionadas ao combate ao terrorismo, liderança e papel do Brasil na promoção da paz – principalmente pela Minustah e demais operações de paz da ONU – e a menção ao conceito de “Responsabilidade ao Proteger”.

Essas descontinuidades na temática de defesa entre as duas autoridades levam a crer na tentativa do primeiro governo em unificar as dinâmicas de defesa regional, a fim de formar um consenso ou incentivo regional para o desenvolvimento endógeno da temática. Além do mais, a busca por uma maior autonomia nas políticas de defesa regional, com maior projeção internacional via América do Sul, e o fortalecimento das instituições regionais que trabalham a temática (ABDUL-HAK, 2013).

Por outro lado, a segunda governante desviou desse caminho trilhado até então, buscando a inserção internacional do Brasil por meio de fóruns globais e temáticas de desenvolvimento e superação da crise econômica (LEÃO, 2016), deixando de lado a busca por uma visão sul-americana em defesa ou o aprofundamento das relações até aquele momento estabelecidas. Sendo assim, apesar dos sucessos iniciais da temática de defesa, principalmente pela via institucional da Unasul, devido a postura tomada pelo governo Rousseff e coincidentemente com o declínio internacional do Brasil, a temática apresentou sinais de estagnação e perda de espaço na agenda nacional e regional (VILLA, BRAGATTI, 2015; CERVO, LESSA, 2014).

A partir da visão dos discursos dos Presidentes, pode-se auferir, portanto, que houve uma maior vontade política do primeiro líder para a possibilidade de formulação de uma comunidade de segurança. Conforme as notificações da primeira seção embasadas por Deutsch (1957), somados aos dados analisados, Lula, ao enfatizar a integração regional, fomentar semelhanças entre as nações, apelar politicamente para a união sul-americana, além de tentar fortalecer as instituições regionais como Unasul, quis estabelecer uma comunidade de segurança, ou se não criou ferramentas e suportes para tal, porém ela ainda no início da fase ascendente, (FLEMES, NOLTE, 2011). Ou seja, uma comunidade

pluralista onde os governos coordenaram agendas para criar segurança mútua e cooperação em defesa, observou-se a diminuição da percepção do outro como ameaça, obtiveram maior ação conjuntas em temáticas regionais, assim como aumento da confiança, e uma tentativa de emergência de identidade coletiva por parte do líder (ADLER, BARNETT, 1998). Esta, por sua vez, também foi estimulada pelos atos de fala de Lula, visto que a repetição de ideias em discursos bilaterais e multilaterais, com a formulação de compromissos, criaram uma realidade em prol da região, e assim o sentimento de identidade comum (ONUF, 1989).

Já considerando os discursos de Rouseff e as rupturas com o governo anterior, pode-se dizer que essa comunidade retrocedeu a um regime de segurança, ou a uma comunidade nascente. Visto que não houve contatos da autoridade país centralizador do CRS sul-americano com os vizinhos, o nível de confiança foi abalado pelos divergentes interesses nacionais, as organizações globais e hemisféricas tiveram maior relevância do que as próprias instituições regionais.

Logo, postura brasileira perante a região durante este período foi apenas de coordenação a fim de construir a tentativa de paz na região e tentativa de ordem dentro de um regime, sem criação de identidade coletivas por meio da repetição dos atos de fala, sem o fomento à integração ou sentimento de pertencimento. Percebeu-se a incapacidade da autoridade de fomentar compromissos regionais e as semelhanças que uniriam a região, elementos estes fundamentais no papel do líder tanto para a construção de uma comunidade de segurança quanto para construção de identidades coletivas e confiança entre as nações.

No que concerne à análise comparada dos Ministros das Relações Exteriores dos governos Lula e Rouseff, quantitativamente percebe-se que a diferença numérica de discursos realizados pelos Ministros não foi tão desproporcional se contrastado com os Presidentes. Durante o governo Lula, o Ministro proferiu 34 manifestações em uma média de 4,25 por ano, enquanto no governo Rouseff o monte total foi de 20 em uma média de 3,3 por ano. Sendo assim, e levando em consideração que o segundo governo progressista obteve dois anos a menos de administração, pode-se afirmar que a atuação dos Ministros foi bastante igualitária no tangente à América do Sul, ora discursos diretos ou regionais, ora em fóruns globais que envolvam os países.

Conforme mostra a Tabela 16, entende-se uma maior semelhança e continuidades entre os dois períodos temporais no que fiz respeito ao conteúdo dos discursos das autoridades, sem demonstrar rupturas. Ambos apresentam como destinos e objetos nos seus discursos, respectivamente,

a via multilateral e a construção da paz. Além disso, ao recordar os dados das seções anteriores, constata-se que os discursos multilaterais, por mais que em diferentes quantidades, possuem praticamente a mesma similitude de destinos, ou seja, os dois focam suas manifestações em órgãos da ONU, reuniões da Minustah e explicações aos congressistas brasileiros através da Comissão Mista de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

**Tabela 16 - Análise comparativa dos Ministros das Relações Exteriores**

	<b>Ministro das Relações Exteriores (2003-2010)</b>	<b>Ministro das Relações Exteriores (2011-2016)</b>	<b>Condição</b>
<b>Destino dos discursos</b>	Multilateral	Multilateral	Continuidade
<b>Objeto</b>	Construção da Paz	Construção da Paz	Continuidade
<b>Principais Objetivos</b>	Integração Regional Minustah Defesa Regional Segurança Internacional	Integração Regional Unasul Zona de Paz e Cooperação Liderança Regional Mercosul	Transformação Parcial
<b>Temática de Defesa</b>	Multilateral: Segurança Hemisférica, América do Sul em consideração na OEA, Minustah (Cooperação com América do Sul, segurança regional, diálogo), Responsabilidade de Proteger, terrorismo e assistência humanitária	Bilateral e Multilateral: Unasul e CDS, Minustah, Resolução do conflito na Colômbia, Confiança e Identidade Comum em defesa regional, Zona de Paz e Cooperação.	Transformação parcial.

Fonte: Elaboração própria.

As transformações parciais, por sua vez, ocorreram nos principais objetivos dos discursos e nas temáticas de defesa dentro destes objetivos. Em ambos os períodos, a Integração Regional comparece em destaque

dentre os objetivos abordados, indicando, assim, uma continuidade da postura dos Ministros para a América do Sul e um fomento de elementos de uma comunidade de segurança pluralista no CRS por meio dos atos de fala. Porém, enquanto a autoridade do primeiro governo trabalha com questões relacionadas à operação de paz da ONU no Haiti, defesa regional e segurança internacional, as autoridades do segundo período enfatizam as relações na Unasul, Mercosul, a região sul-americana como Zona de Paz e Cooperação, e a liderança regional do Brasil em ações de política externa.

Além dessa parcial transformação, é interessante notar que houve meio que uma troca de atuação entre Presidentes e Ministros nos dois governos analisados nas seções anteriores. Entre 2003 e 2010 houve uma diplomacia presidencial forte em assuntos regionais, bilaterais ou institucionais, enquanto a agenda do Ministro das Relações Exteriores voltou-se para o âmbito multilateral global. O governo de 2011 a 2016, em contrapartida, expressou uma atuação presidencial mais orientada para fóruns globais multilaterais, enquanto o Ministro indicou um viés dirigido para a América do Sul, tanto na forma bilateral, contudo com mais intensidade pelo meio multilateral, voltado para organizações locais.

Por fim, a temática de defesa nos discursos segue essa linha de pensamento, de transformações parciais e vieses de atuação das autoridades. O primeiro Ministro orientado para a projeção internacional do Brasil em temas de segurança internacional, e utilizando-se, principalmente, da reafirmação da região sul-americana e de suas dinâmicas cooperativas e estratégicas, para alcançar esse objetivo (DUPAS, LAFER, SILVA, 2008; AGUILAR, 2015; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017). Ao passo que os Ministros do governo Rousseff trabalham com a pauta regional – em discursos bilaterais e multilaterais – não para projeção internacional do país, mas sim para garantir a estabilidade, paz e a institucionalização das organizações em tempos de rupturas políticas e de rupturas de projetos de desenvolvimento regional (LEÃO, 2016; CADONÁ, OLIVEIRA, 2017; WEIFFEN, VILLA, 2017).

Considerando os discursos dos Ministros das Relações Exteriores, portanto, pode-se dizer que durante o governo Lula a postura desses líderes brasileiros corrobora com os argumentos de Fuccille e Rezende (2013). Os discursos demonstram que o CRS sul-americano seria caracterizado como centrado na potência do Brasil, e este, como líder regional e através de instituições regionais como a Unasul e o CDS, agrupou as diferentes dinâmicas nacionais em uma dinâmica de defesa sul-americana.

Haja vista os discursos na esfera de Relações Exteriores do governo Rousseff, pode-se afirmar que houve uma intenção de liderança regional, porém sem ser respaldado pelas instituições regionais. Ademais, as temáticas abordadas sobre a defesa condizem mais com assuntos globais, de interesse internacional do que temas voltados para a região, envolvendo a solução de problemas intrínsecos à América do Sul. Isso posto, somado às dificuldades domésticas que o governo enfrentou, a interferência de potências externas, e a ruptura da onda esquerdista no continente juntamente com as decadências dos projetos de desenvolvimento, os argumentos de Fuccille e Rezende (2013) podem ser colocados em xeque a partir de 2011 (CADONÁ, OLIVEIRA, 2017).

Além do mais, expõe-se que ambos os Ministros das Relações Exteriores, como líderes políticos brasileiros, apresentam em seus discursos elementos de formação de uma comunidade de segurança pluralista. Essa comunidade, devido a continuidade e transformações parciais estaria em um estágio ascendente e de continuidade dessas políticas de um líder para o outro.

Finalmente, faz-se uma análise comparada entre os Ministros das Defesas dos dois governos trabalhados. Como apenas estavam disponíveis algumas das falas do último Ministro do governo Lula, quantitativamente há uma ruptura na movimentação. Porque, à medida em que foram observados apenas três (3) discursos de Nelson Jobim, durante o governo Rousseff foram examinados 36 atos de fala, dentre os quais 28 foram do Ministro Celso Amorim. Ou seja, houve uma grande discrepância numérica entre um período e outro, porém essa ocorreu também devido à personalidade política do primeiro Ministro do governo Dilma, já observada na autoridade durante o seu período como Ministro das Relações Exteriores de Lula.

As destinações dos discursos do Ministro da Defesa de Lula foram todas à fóruns multilaterais direcionados à América do Sul, Mercosul e OEA. Os atos de fala dos Ministros do governo Rousseff, por sua vez, abarcaram tanto a esfera bilateral (4) quanto a multilateral (8), porém houve um maior engajamento em explanações domésticas - seja em congressos acadêmicos, seja à câmara dos deputados ou senadores - sobre as políticas de defesa na América do Sul (23).

Dentre os principais objetivos destacados por cada Ministros em seus atos de fala, pode-se afirmar que houve uma transformação parcial de um governo para o outro. Os objetivos dos discursos possuem uma similaridade e de certa forma uma complementariedade. Ambos mencionam a importância da Unasul e CDS para as dinâmicas regionais, e elementos como a confiança e identidade comum em matéria de defesa,

os quais são objetivos do CDS e das políticas brasileiras do período para fomentar o sentimento de pertencimento ao CRS, as boas relações entre os vizinhos e a construção da paz. Além disso, os Ministros dos dois governos trazem a cooperação em defesa e a cooperação militar como fundamentais para o continente sul-americano, em destaque para a Base Industrial de Defesa, exercícios militares conjuntos, participação conjunta na Minustah e cooperação acadêmica entre escolas militares e civis.

Contudo, os objetivos dos discursos das autoridades apresentam duas diferenças importantes. A primeira seria a relevância da OEA para garantir a segurança hemisférica, presente nos objetivos do Ministro Nelson Jobim. Mesmo o país sendo precursor da iniciativa de criação da Unasul e do CDS, e as instituições assumirem a partir de então uma maior relevância para as dinâmicas sul-americanas, elas não eliminam a importância da OEA, mas sim complementam.

Segundo Nolte (2017), houve uma sobreposição<sup>86</sup> de organizações benéficas à cooperação regional. Mediante a argumentação do autor, a Unasul e a OEA apresentam sobreposição de mandato e de membresia. O mandato das duas organizações diz respeito a promoção da democracia e da mediação de conflitos, e a área de atuação das duas organizações encontram-se na América do Sul, sendo que a mais antiga abarca Estados de todo o hemisfério. Nolte (2017) afirma que a Unasul compete com a OEA na América do Sul ao buscar maior autonomia perante a potência dos EUA, porém, simultaneamente, adapta normas e práticas da segunda, logo, isso poderia facilitar a cooperação entre as duas organizações regionais, e reduzir o impacto de uma estagnação na área de cooperação. Contudo, o aumento dos recursos humanos e organizacionais disponíveis

---

<sup>86</sup> Segundo Nolte (2017), os Estados fazem parte de diversas organizações, porque acreditam se beneficiar como membros ou ao menos reverter externalidades da não participação; porque cada organização pode ser especificamente para uma temática; e porque a atuação em uma organização pode refletir deficiências de outras entidades existentes. Segundo o autor existem duas formas de sobreposição de organizações, a de mandato e a de membros. A primeira diz respeito a função e funcionalidade das organizações, e a segunda condiz com o espaço de atuação da organização. Essas coincidências e pluralidades, conforme afirma Nolte (2017), fornecem uma via alternativa para a tomada de decisões, motivam a competição entre as organizações, promovendo assim a inovação e a experimentação, e, por fim, reduzem o risco de estagnação da cooperação e integração regional. Porém, esses benefícios dependeram da estratégia e intenções dos Estados que participam das organizações.

– devido a sobreposição – teve efeito positivo na mediação de conflitos, entretanto sem impacto para as organizações (NOLTE, 2017).

Por sua vez, e adotando outra estratégia, Amorim e os outros Ministros da Defesa do governo Rouseff não trabalham com a OEA em complementariedade com a Unasul e o CDS, mas sim realçam apenas as relações internas à América do Sul. No tocante a região, o Ministro é a única autoridade, dentre todas as trabalhadas até então, a mencionar a vontade de tornar a América do Sul uma comunidade de segurança segundo os modelos de Deutsch (1957).

Esse fortalecimento das instituições regionais nos atos de fala, apelos políticos à formação de uma comunidade, repetição contínua a fim de formar uma realidade social, como visto anteriormente, são elementos essenciais, de acordo com Deutsch (1957) e Onuf (1989), em discursos líder político que almeja ou propõe a construção de uma comunidade. Contudo, com a troca do Ministro da Defesa, não houve continuidade, nos discursos das autoridades procedentes, a respeito da repetição ou da vontade política de construção de uma comunidade de segurança local ou em prol de uma identidade coletiva.

Não obstante, mesmo com essa descontinuidade e transformações parciais, pode-se dizer os Ministros da Defesa evoluíram ao longo dos períodos no estímulo as boas relações bilaterais e multilaterais em matéria de defesa e cooperação militar. Esse desenvolvimento pode ser observado inclusive para os atores políticos domésticos, a fim de legitimar as políticas de defesa brasileira para a América do Sul.

Finalizaram-se, destarte, as explanações acerca das comparações entre os conteúdos dos discursos dos líderes brasileiros e como estes se encaixam na teoria de comunidades e regimes de segurança a partir das considerações dos teóricos. Sendo assim, chegou-se um pouco mais próximo da caracterização das dinâmicas de defesa sul-americanas perante a postura brasileira a partir do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança.

### 3.4 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O presente capítulo buscou elucidar as dinâmicas de defesa no CRS sul-americano a partir da postura e percepção dos líderes brasileiros. Optou-se pelo estudo dos líderes, porque as relações em defesa geralmente são observadas por padrões de amizade, inimizade ou securitização de ameaças, e pouco estudadas pelo viés das atividades e intenções das autoridades políticas no processo. Além do mais, os seus

discursos e atos de fala podem fomentar uma comunidade de segurança e/ou a identidade coletiva, e gerar confiança entre as nações.

Para tanto, foram examinados separadamente cada líder brasileiro, Presidentes da República, Ministros das Relações Exteriores, e os Ministros da Defesa de cada período. Em cada um foram contabilizados a quantidade de discursos bilaterais, multilaterais, destinos, objetos e objetivos dos atos de fala, destacando a temática de defesa em cada um deles.

Após essa triagem, as autoridades foram comparadas entre si, a fim de verificar rupturas, continuidades e transformações parciais nas suas políticas para o CRS sul-americano de um governo para o outro. Sendo assim, pode-se ter uma visão geral sobre a postura dos líderes brasileiros para as dinâmicas regionais, as quais, justamente, avançaram no tocante a formação de uma comunidade de segurança a partir dos discursos durante o governo Lula, porém retroagiram no governo Rousseff.

Essa visão, contudo, apresenta uma exceção, que seriam os discursos dos Ministros da Defesa. Nestes, houve um desenvolvimento com o passar dos anos das intenções da defesa nacional para com o CRS sul-americano, os quais no primeiro governo petista eram marcados ainda pela presença de assuntos externos, e relevância de instituições extrarregionais, e já no segundo governo os discursos foram totalmente voltados para a região e a cooperação em defesa sul-americana. Portanto, indo de encontro aos movimentos feitos pelos Presidentes e Ministros das Relações Exteriores.

Considerando todas as considerações reproduzidas ao longo do segundo capítulo, pode-se progredir na pesquisa na busca da resposta à pergunta inicial. Além disso, pode-se afirmar que o fortalecimento das relações interestatais sul-americanas em matéria de defesa ocorreu quando houve a vontade política – expressa nos discursos – dos líderes brasileiros. Sendo que essa vontade política é considerada a soma dos constrangimentos enfrentados pelos governos e ações voluntárias, a qual molda agenda de política externa de cada período.

Desta forma, transportar-se-á para o capítulo seguinte, nos esforços de verificar o andamento das medidas de construção de confiança mútua (MCM), entre os países do CRS sul-americano.

#### **4 MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA ENTRE OS PAÍSES DO COMPLEXO REGIONAL DE SEGURANÇA SUL-AMERICANO**

O primeiro capítulo da pesquisa contribuiu com uma base teórica a respeito das relações interestatais em matéria de defesa considerando o Complexo Regional de Segurança sul-americano, a teoria sobre comunidades de segurança e a construção de identidades coletivas em âmbito regional. O segundo versou sobre o papel que os líderes brasileiros – entre 2003 e 2016 – no processo de configuração do cenário esclarecido pelas ponderações teóricas.

Contudo, analisar apenas o papel dos líderes na construção de confiança regional não consegue abarcar todo o processo de construção da mesma. Portanto, como forma de complementar os resultados colhidos até então e, responder à pergunta proposta, o presente capítulo possui como objetivo verificar o andamento das medidas de construção de confiança mútua (MCM) no CRS sul-americano. Essa análise será realizada a partir de três níveis, proposto por Rojas (1996): 1) medidas que preveem a superação da desconfiança; 2) o estabelecimento de um marco de confiança que permita reavaliar o risco com base em novas informações; 3) a criação de uma base de confiança que permita o desenvolvimento de projetos de ação conjunta, de associação.

Para cumprir com essa proposta, o capítulo será dividido em quatro seções, para além da introdução e das considerações parciais. A primeira condiz com um aporte teórico sobre medidas de construção de confiança mútua (MCM), com esclarecimentos sobre o conceito, histórico e classificações a serem utilizadas nas demais seções.

Tendo em vista que a transparência e a divulgação de e sobre as políticas de defesa adotadas por um Estado são uma forma de MCM (como será demonstrado a seguir), a segunda seção deste capítulo buscará realizar uma análise comparativa entre os documentos de defesa publicados pelo Brasil em 2012 e 2016 - Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN). Isso terá como objetivo identificar nestes as políticas, os objetivos e as estratégias que foram traçadas (ou não) com o intuito de promover uma aproximação regional, e, em que medida essa ideia de regionalidade se coaduna mais ou menos com a construção de uma comunidade de segurança, assim como sua variação ao longo dos governos brasileiros.

A terceira seção, por sua vez, buscará verificar o andamento de mecanismos de promoção de MCM em âmbito multilateral regional por

meio de medidas promovidas pela União de Nações Sul-Americanas (Unasul), do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED). A mensuração das MCM será temporal, ou seja, analisada de acordo com os documentos selecionados, durante os dois governos propostos (2003-2016). Destarte, serão avaliadas de acordo com a classificação: crescente, decrescente ou estagnação<sup>87</sup>.

Por fim, a última seção também trabalhará com a mesma mensuração temporal, porém com um diferente objeto. O objeto a ser analisado aqui são as próprias MCM, em forma de acordos de cooperação em defesa e intercâmbio de pessoal para treinamento militar conjunto entre os países do CRS sul-americano. O Brasil busca fomentar cooperação em defesa em todos os quatro eixos dos Planos de Ação do CDS, como nas Políticas de Defesa, na participação conjunta em operações de paz da ONU e assistência humanitária, Formação e Capacitação, e a iniciativas de fomento de uma Base Industrial de Defesa. Entretanto, por estes apresentarem baixa incidência quantitativa, o enfoque da subseção será na cooperação supracitada.

#### 4.1 MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA

A primeira iniciativa de estabelecer medidas de construção de confiança mútua (MCM) entre Estados de forma multilateral data da criação da Liga das Nações (1919) com o objetivo de diminuir desconfianças políticas no pós-guerra. Segundo o Artigo 8 da Convenção da Liga, os Estados deveriam “compartilhar de forma franca e completa as informações a respeito de seu armamento e seus programas navais, terrestres e aéreos, além de informar a respeito de suas condições de adaptação de sua indústria bélica” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015, p.5)<sup>88</sup>.

A constituição da Organização das Nações Unidas após a Segunda Guerra Mundial conferiu continuidade à construção de confiança. Houve,

---

<sup>87</sup> A pesquisa entende por crescente, decrescente e estagnação respectivamente: o aumento da quantidade e qualidade das MCM; a diminuição da quantidade e qualidade das MCM; e a não evolução ou paralisação do processo de fortalecimento de MCM.

<sup>88</sup> Na Liga das Nações as então MCM não apresentavam essa nomenclatura, eram apenas conhecidas por um caráter de desarmamento e/ou não proliferação. Apenas após a Conferência de Viena que elas passaram assim a ser chamadas.

por disposição da Assembleia Geral, a proposta de criar um mecanismo para reduzir os gastos militares e aumentar a confiança e transparência entre os membros da organização. A partir de então, ocorreu o transbordamento destas iniciativas, principalmente em âmbito regional. Por exemplo, na Europa houve o desenvolvimento da Conferência de Segurança e Cooperação Europeia em 1973 e 1975, a qual daria origem a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015; SOUZA, 2018).

No continente americano algumas medidas pioneiras foram o Pacto de Bogotá (1948)<sup>89</sup>, Tratado de Tlatelolco (1967)<sup>90</sup>, e a Declaração de Ayacucho (1975)<sup>91</sup>. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015; SOUZA, 2018). Com o fim da Guerra Fria e a redemocratização dos países americanos, o processo de implementação de medidas de construção de confiança mútua ampliou-se de forma bilateral e multilateral entre os Estados. O objetivo desta seção é, portanto, elucidar o conceito de MCM e assim, fornecer um aporte para as seguintes seções, as quais trabalharão com a perspectiva prática de aplicabilidade de MCM.

As MCM são ações que pressupõem a existência de interesses divergentes e de baixa confiança nos relacionamentos. Destarte, devem ser acompanhadas do aprimoramento da comunicação<sup>92</sup> entre as entidades, a fim de reduzir as incertezas e aumentar a previsibilidade (JÁTIVA, 2014; ROJAS AVARENA, 1996).

Para serem efetivas, as MCM “devem ser desenvolvidas como parte de um clima geral que visa melhorar as relações, e ser acompanhado

---

<sup>89</sup> O Pacto de Bogotá (1948) foi estabelecido no âmbito da OEA para solução pacífica de controvérsias (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015).

<sup>90</sup> O Tratado de Tlatelolco (1967) foi desenvolvido por países do continente americano no âmbito da iniciativa de não proliferação nuclear (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015).

<sup>91</sup> A Declaração de Ayacucho (1975) foi assinada por representantes da Bolívia, Panamá, Peru, Venezuela, Argentina, Colômbia, Chile e Equador, a fim de diminuir tensões fronteiriças entre os Estados (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 2015).

<sup>92</sup> Essa comunicação deve ser realizada através de redes de comunicação e interpretação, decodificação de ações e ao mesmo tempo, e de forma essencial, gerar espaços para a verificação (ROJAS AVARENA, 1996).

por processos para verificar o grau de conformidade com os acordos” (ROJAS AVARENA, 1996, p. 32, tradução nossa)<sup>93</sup>. Além disso, são atos que devem ser recíprocos de todas as partes, não necessariamente equivalentes, mas paralelas no tempo (ROJAS AVARENA, 1996).

Rojas Avarena (1996) estabeleceu, portanto, dez características principais de MCM: devem ser ações abertas e transparentes; previsíveis; empregadas de forma recíproca e equivalente; com adequada comunicação entre os atores; a fim de estabelecer uma relação – a qual anteriormente seria de desconfiança; devem ser factíveis; coerentes em concordância com outras políticas; verificáveis; ter legitimidade social doméstica; e devem ser variáveis conforme o número de atores envolvidos. Além do mais, geralmente as MCM são acompanhadas ou precedidas de declarações de paz e pelo interesse das populações, sendo que só podem ser implementadas com o consentimento e a boa vontade dos Estados envolvidos (JÁTIVA, 2014).

Existem três níveis de ações MCM, a serem utilizados como base de análise para as próximas seções. O primeiro seria a superação da desconfiança entre os atores envolvidos no processo, o segundo nível de MCM seria o estabelecimento de um marco de confiança que permitiria reavaliar o risco com base em novas informações, e, por fim, o nível de criação de uma base de confiança que permitiria o desenvolvimento de projetos de ação conjunta, de associação (ROJAS AVARENA, 1996).

Para tanto, Játiva (2014) afirma que existem três categorias de MCM, principalmente vinculadas ao meio militar. A primeira categoria seria aquela relativa às medidas de compartilhamento de informações, a fim de promover o conhecimento mútuo e a compreensão de atividades militares. A segunda corresponderia às medidas de observação e controle, as quais permitiriam uma avaliação independente da natureza das atividades militares. A última categoria diz respeito à restrição de atividades militares, com o propósito de evitar o emprego ou a implementação de forças armadas ameaçadoras.

Visto isso, as atividades de caráter militar que caracterizariam uma MCM são: o intercâmbio de informações militares; o desenvolvimento de mecanismos de consulta frente às ações militares incomuns; cooperação em matéria de incidentes e acidentes militares; contatos e visitas entre grupos militares; notificação de manobras militares; adestramento e educação militar.

---

<sup>93</sup> No original: “deben desarrollarse como parte de un clima general que tiene como propósito mejorar las relaciones y estar acompañadas de procesos de verificación del grado de cumplimiento de los acuerdos”.

As MCM, porém, não devem ser limitadas apenas ao âmbito militar, elas devem abranger aspectos políticos-militares, econômicos, culturais e sociais; e também devem ser estabelecidas de modo lento e gradual (ROJAS AVARENA, 1996; CASALES, 1996). As ações relacionadas aos outros âmbitos correspondem ao contato entre políticos e governos, contato entre parlamentares, ampla cooperação intergovernamental, contatos diplomáticos, e atividades no campo da educação e da cultura que fomentem a confiança entre os Estados envolvidos. Destarte, as MCM permitem construir uma história de promessas e compromissos cumpridos, estabelecer a prática de distensão e conformar um padrão de relação que seja acompanhado de previsibilidade e certezas.

À vista desses conceitos e características de MCM percebe-se que as medidas entre Estados de uma mesma região são fundamentais para a consolidação de uma comunidade de segurança, pois geram previsibilidade ao comportamento das unidades e maior confiança e transparência entre os atores. Assim sendo, elas são uma variável importante a ser compreendida a fim de auxiliar na análise das relações interestatais em defesa sul-americanas de acordo com o *continuum* proposto.

#### 4.2 DOCUMENTOS DE DEFESA DO BRASIL

As medidas de construção de confiança mútua permitem a transparência e reciprocidade entre os Estados, mediante a comunicação e troca de informações, viabilizando um maior sentimento de segurança entre os atores (SOUZA, 2018; MARTINS, 2017; PROENÇA JR, LESSA, 2017). Os documentos sobre políticas de defesa representariam justamente uma parte desse papel, pois divulgam à sociedade internacional<sup>94</sup>, por exemplo, objetivos das Forças Armadas, zonas de influência prioritárias, estratégias empregadas, e meios militares para combater ameaças externas (inclusive o que cada Estado considera como ameaça).

O intuito desta seção é, portanto, identificar nestes documentos as políticas, os objetivos e as estratégias que foram traçadas (ou não) com o intuito de promover uma aproximação regional. Assim sendo, buscar-se-

---

<sup>94</sup> Para compreender o conceito de sociedade internacional, consultar GALVÃO, Thiago Gehre; KALOUT, Hussein. Sociedade Internacional. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp Digital, 2018. p. 821-830

á realizar uma análise comparativa entre os documentos de defesa publicados pelo Brasil em 2012 e 2016 – Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN)<sup>95</sup>.

A Política Nacional de Defesa (PND)<sup>96</sup> pertence à gama de documentos de planejamento da defesa nacional, a qual direciona seu posicionamento exclusivamente para ameaças externas. A PND é responsável por fixar os objetivos da defesa e orientar o Estado sobre ações a serem realizadas a fim de alcançar tais propósitos (BRASIL, 2012c, 2016c). Além disso, o documento é aglutinador das aspirações nacionais e das orientações governamentais voltadas para a Política Externa, ou seja, um documento passível de transformações de acordo com ideologias adotadas por diferentes mandatos e líderes (MARTINS, 2017; PROENÇA JR, LESSA, 2017).

No que concerne ao âmbito regional, ambos documentos – PND de 2012 e 2016 – enfatizam em seu escopo inicial a necessidade de estabilidade regional e a integração dos países sul-americanos em fóruns multilaterais globais. Outrossim, as duas versões da Política apresentam como entorno estratégico, ou seja, a área de interesse e atuação imediata da defesa brasileira, a América do Sul, Costa Ocidental da África, Atlântico Sul e o Continente Antártico (BRASIL, 2012c;2016c). A delimitação do entorno estratégico é importante, porque,

[É] reflexo e símbolo das iniciativas brasileiras de inserção no cenário internacional vindo, portanto, a coroar a percepção brasileira de que, dado seu poderio político e econômico, deve ocupar mais espaço nas dinâmicas internacionais (AQUINO, 2018, p.301).

Destarte, o envolvimento dos vizinhos sul-americanos na pauta estratégica brasileira seria uma tentativa superar limitações domésticas e externas e, assim, impulsionar a projeção internacional do país e

---

<sup>95</sup> Com a proposta de análise dos documentos de defesa de 2012 e 2016 pretende-se compreender o reflexo de cada agenda nas políticas de Lula e Rousseff. No entanto, é importante frisar aqui que as publicações de 2016 abarcam diferentes governos, posteriores e anteriores, visto que o impeachment de Dilma ocorreu e os documentos foram aprovados na administração de Michel Temer.

<sup>96</sup> A primeira versão da Política foi divulgada em 2005, com o nome de Política de Defesa Nacional (PDN).

contribuir para que o mesmo ocorra com os países da região (AITA, STUDART, OLIVEIRA, 2016; BRAGATTI, 2016).

Contudo, apesar das congruências, as duas versões apresentam algumas diferenças com relação à aproximação regional. O documento de 2012 apresenta um destaque ao ambiente regional e à integração sul-americana. Na versão, seria o papel da liderança do Brasil promover o desenvolvimento harmônico e integrado da América do Sul, e a integração do continente seria um fator de estabilidade (BRASIL, 2012c).

A PND de 2016, de outro modo, retrata uma preocupação com o CRS sul-americano de forma mais diluída, com um enfoque maior no cenário internacional (MARTINS, 2017). Além disso, esta PND afirma, em suas diretrizes, que a cooperação regional não deveria causar prejuízos à dissuasão (BRASIL, 2016c). A afirmação modifica, de certa forma, o conceito de cooperação dissuasória<sup>97</sup> cunhado por volta de 2011 por líderes políticos no âmbito da Unasul, visto que traz o enfoque para a dissuasão nacional e não como condição regional.

Sendo assim, ao somar os resultados apresentadas no segundo capítulo, em conjunto com essas prerrogativas das Políticas, pode-se concordar com a afirmação de que

[A]s alterações de uma PND para outra possibilitam deduzir a maior relação existente entre defesa e diplomacia nos documentos de 2016, de modo que a mudança dos interesses de política externa brasileira é quase imediatamente refletida na perspectiva da defesa (...). As PND, portanto, carregam também particularidades de cada momento político que as gerou (MARTINS, 2017, p.106-107).

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, é o documento de defesa complementar a PND, porque estabelece como cada setor estatal deve agir a fim de alcançar os objetivos estabelecidos pela Política. A END, portanto, estabelece estratégias para nortear as ações em defesa, organizando e orientando as Forças Armadas e demais setores da sociedade brasileira (BRASIL, 2012a, 2016a).

---

<sup>97</sup> O conceito de cooperação dissuasória refere-se a ideia de que os países da região sul-americana deveriam cooperar entre si a fim de afastar ameaças externas à região, particularmente aquelas providas de potências extrarregionais (VITELLI, 2018).

No que concerne ao ambiente regional, as duas publicações da END não apresentam grandes divergências, visto que ambas apostam no estreitamento da cooperação em defesa e no desenvolvimento de projetos comuns com vizinhos sul-americanos, como via a manter a estabilidade. Ademais, as END também expressam a necessidade de consolidação de uma mentalidade sul-americana em defesa e o estreitamento dos laços de amizade e confiança entre os Estados do CRS (BRASIL, 2012a,2016a).

Contudo, a grande divergência que aparece nas duas versões da END diz respeito ao papel dos organismos regionais na defesa. Na primeira publicação, a Unasul detinha prioridade como fórum de atuação estratégica para inserção internacional brasileira, o Brasil operava primordialmente pelo CDS no âmbito da defesa regional (BRASIL, 2012a)<sup>98</sup>. A END de 2016, ao contrário, não prioriza a Unasul como fórum de atuação estratégica, mas sim a coloca no patamar de parceria estratégica a ser fomentada. Com relação à atuação no CDS, o documento afirma que o país deveria incrementar a sua participação no Conselho (BRASIL, 2016a), ou seja, a atividade brasileira no órgão não estaria suficiente para o período.

Por fim, o Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), é o documento que aparece vinculado às medidas de confiança na região, por promover transparência, coordenação política, esclarece prioridades, capacidades e intenções do Brasil no âmbito sistêmico, regional e nacional. Sendo assim, é uma demonstração e um instrumento da influência política de cada governo e/ou Estado (GUYER, 2017).

As duas versões do LBDN divulgadas pelo Brasil são muito semelhantes, visto que as maiores diferenças se encontram em dados numéricos (MARTINS, 2017). No tocante ao entorno regional estratégico, entretanto, os documentos apresentam algumas diferenças que merecem destaque para esta pesquisa.

A primeira diferença é quanto a caracterização do entorno estratégico. Na versão de 2012 são delimitados como entorno a América do Sul, Atlântico Sul e Costa Ocidental da África, apresentando, portanto,

---

<sup>98</sup> É interessante ressaltar que a primeira versão da END foi publicada em 2008, um mês após a criação do CDS. Nesta versão – muito similar a versão de 2012 no que concerne ao cenário regional – a prioridade da estratégia brasileira era atuar pela via multilateral regional. Essa coincidência de datas, segundo Medeiros Filho (2010), somado ao dato do CDS ter sido ideia do Ministro da Defesa do Brasil (Nelson Jobim), levou ao questionamento sobre a possibilidade do CDS retratar um projeto político brasileiro de liderança sul-americana a fim de projetar-se internacionalmente.

uma disparidade com relação à PND do mesmo ano. Na versão de 2016, o Continente Antártico é acrescentado ao entorno, contudo, este também contém menções à América do Norte e Europa como áreas de grande interesse do Brasil, sendo assim, ampliou o palco de atuação para lugares onde, anteriormente, não havia tanta ênfase na conduta brasileira.

Entretanto, a diferença mais notável entre as duas publicações do Livro, permeia o âmbito dos organismos regionais e hemisféricos. O LBDN na sua versão de 2012 aponta a Unasul e o CDS como prioridades entre os fóruns multilaterais em matéria de defesa, e ainda afirma que, por meio destes, haveria a possibilidade de formação de uma comunidade de segurança na América do Sul (BRASIL, 2012b). A versão de 2016, de forma contrária, indica uma prioridade à OEA e à Junta Interamericana de Defesa (JID) dentre os fóruns multilaterais, diminuindo a ênfase no âmbito sul-americano, e manifesta apenas uma possibilidade de pensamento de formação de uma comunidade sul-americana regional (BRASIL, 2016b).

Segundo Portella de Amorim (2017), a mudança de perspectiva com relação aos organismos regionais e a noção de construção de uma comunidade de segurança deriva da incompleta trajetória de integração sul-americana e da estratégia brasileira de aplicar decisões por consenso nestes organismos. Visto que

[h]á aparentes tolerâncias e um disfarçado estranhamento que ainda colocam os povos distantes da composição de uma comunidade que possa se integrar econômica, política, social e culturalmente, o que levaria a um natural e gradual processo de integração jurídico-normativo (PORTELLA DE AMORIM, 2017, p.52).

Portanto, essas mudanças nos documentos de política de defesa, podem ter ocorrido devido às particularidades de cada momento político doméstico e externo, visto que o governo Lula apresentou maior enfoque para a América do Sul e integração regional por meio da Unasul, enquanto o governo Rousseff envolveu em sua agenda assuntos voltados para o cenário global. Ou, também, as mudanças podem ter sido consequências do momento em que a própria organização passou e vem passando – com uma fragilidade institucional - uma conjuntura com crises de governos sul-americanos, com poucos consensos entre os Estados, além da crise econômica imperando pelos seus Estados Membros.

Os documentos acima, portanto, são medidas de construção de confiança mútua da categoria de compartilhamento de informações e conhecimento, de acordo com a classificação de Jativa (1996). E, assim, ao analisar nestes as variações dos documentos nas políticas, os objetivos e as estratégias que foram traçadas com o intuito de promover uma aproximação regional, pode-se analisar as MCM conforme os três níveis propostos por Rojas Avarena (1996).

A ideia de regionalidade proposta nos documentos de 2012, foi embasada em uma visão organizacional, de instituições multilaterais voltadas para a integração e estabilidade regional, sendo claramente parte da estratégia de inserção internacional do Brasil (BRAGATTI, 2016). Portanto, acabou por caracterizar um nível de MCM tipo dois (2), ou seja, quando houve um estabelecimento de um marco de confiança que permite reavaliar o risco com base em novas informações.

Os documentos de 2016, contudo, demonstram sinais de que, apesar dos avanços e sucessos iniciais da organização regional e do enfoque no CRS sul-americano, a região apresentou sinais de estagnação e perda de espaço na agenda brasileira (VILLA, BRAGATTI, 2015). Além disso, os documentos evidenciam também a traços de menor atividade da liderança brasileira para com condutas sul-americanas (CARVALHO, GONÇALVES, 2016), visto que proveu maior atenção a organismos hemisféricos e potências extrarregionais, os quais antes não faziam parte declarada da sua política de defesa. Logo, os documentos de 2016 acabam por caracterizar medidas que proveem a superação de desconfianças por meio de divulgação de informações e transparência (nível um), porém por dependerem de variações políticos, não são suficientes para a reavaliação de riscos entre os Estados.

Foram analisados, portanto, os documentos de defesa do Brasil e como estes se comportam como medidas de construção de confiança mútua. Desenvolveram-se análises sobre como os documentos tratam o seu entorno estratégico e as organizações regionais que trabalham a temática de defesa, a fim de identificar naqueles as políticas, os objetivos e as estratégias que foram traçadas (ou não) com o intuito de promover uma aproximação regional. A próxima seção versará sobre como as MCM são trabalhadas em âmbito multilateral sul-americano.

#### 4.3 MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA NA UNASUL E CDS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE COLETIVA EM DEFESA REGIONAL.

As medidas de construção de confiança mútua podem ser de forma bilateral ou de forma multilateral, e devem ocorrer de modo recíproco, não necessariamente em quantidade, mas sim paralelas no tempo. Portanto, o objetivo desta seção é verificar o andamento de mecanismos de promoção de MCM em âmbito multilateral regional e a reciprocidade dos Estados sul-americanos nesse processo. Além disso, essa seção tem por objetivo trazer uma análise sobre a construção de uma identidade coletiva regional em matéria de defesa, pois, como observado no primeiro capítulo, esta é fundamental para a consolidação de uma comunidade de segurança<sup>99</sup>.

No cenário regional a promoção de MCM de forma multilateral à União de Nações Sul-Americanas (Unasul), por meio do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) e o Centro de Estudos Estratégicos em Defesa (CEED). A mensuração das MCM será temporal, ou seja, analisada de acordo com os documentos selecionados, durante os dois governos propostos (2003-2016). Destarte, serão avaliadas de acordo com a classificação: crescente, decrescente ou estagnação.

Criada em 2008 a partir da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), a Unasul “é uma instituição voltada à cooperação regional, partindo do viés político, porém abrangendo as vertentes econômica, de infraestrutura, social e de defesa” (SOUZA, 2015, p.95). Sob influência da vontade política brasileira do período, a instituição faz parte de uma estratégia de inserção internacional dos países membros, principalmente do Brasil, na sua busca por maior autonomia, projeção internacional, integração regional e diversificação de parcerias – políticas do governo Lula (FUCCILLE, BARRETO, GAZZOLA, 2016).

Sua origem remete à demanda por uma organização endógena da América do Sul, a qual seria responsável por fomentar dinâmicas próprias da região para os seus Estados membros. A organização, portanto, adquiriu importância entre os vizinhos sul-americanos como fórum regional de diálogo, promoção de interesses nacionais e atuação conjunta

---

<sup>99</sup> As ideias formuladas nesta dissertação sobre a identidade coletiva sul-americana em matéria de defesa já foram previamente trabalhadas de forma preliminar em um artigo, publicado em conjunto com o Prof. Dr. Lulas Pereira Rezende, na Revista da Escola de Guerra Naval, no volume 24, número 1, de janeiro a abril de 2018 (WILLRICH, REZENDE, 2018).

em fóruns extrarregionais. Porém não substituiu a organização hemisférica, mesmo que esta tenha perdido pauta na agenda dos líderes políticos brasileiros, por exemplo, como visto no segundo capítulo.

O CDS também foi desenhado em 2008 sob uma prerrogativa brasileira<sup>100</sup> e ganhou força entre os Estados membros da Unasul com objetivos gerais<sup>101</sup> que preveem a criação de uma identidade comum em matéria de defesa, baseada na cooperação em defesa a fim de tornar a América do Sul em uma Zona de Paz e Cooperação. Para alcançar esses determinados objetivos e estipular direcionamento estratégico, o Conselho formulou Planos de Ação, de caráter anual, firmaram instrumentos de planejamento e coordenação em matéria de defesa (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

Os Planos são divididos em quatro (4) eixos temáticos, cada qual com uma série de medidas que fomentam a cooperação em defesa. Os eixos de atuação são respectivamente 1) Políticas de Defesa; 2) Cooperação Militar, Ações Humanitárias, e Operações de Paz; 3) Indústria e Tecnologia de Defesa; e 4) Formação e Capacitação (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008).

---

<sup>100</sup> Segundo Medeiros Filho (2010), a proposta de criação do CDS foi embasada por ideais de respeito à soberania, autodeterminação dos povos, integridade territorial e a não intervenção em assuntos internos dos membros, sendo esta a proposta brasileira para a instituição. Contudo, na época de sua formulação haviam outras duas propostas: a agenda bolivariana (proposta pela Venezuela) e a mercosulina. A proposta venezuelana previa a criação de uma aliança militar, ou seja, arranjo formal ou informal que Estados soberanos participam com o propósito de garantir a segurança mútua entre os membros (NYE, 2008), como por exemplo, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) E a agenda Mercosulina propôs ideias liberais, com a expansão do comércio e a proteção dos regimes democráticos (MEDEIROS FILHO, 2017).

<sup>101</sup> Os objetivos gerais do CDS são: “[A] consolidação da América do Sul como uma zona de paz, base para a estabilidade democrática e o desenvolvimento integral dos povos, e contribuição à paz mundial; a construção de uma identidade sul-americana em matéria de defesa, que leve em conta as características sub-regionais e nacionais (vertentes platina, andina, amazônica, atlântica, caribenha e do Pacífico) e que contribua para o fortalecimento da unidade da América Latina e do Caribe; e a geração de consensos para fortalecer a cooperação regional em matéria de defesa (BRASIL, 2012b, p.38)”.

Entre 2009 e 2016 as séries de atividades propostas<sup>102</sup> auxiliariam na formação de uma identidade coletiva sul-americana em matéria de defesa fomentando práticas e hábitos comuns. Por exemplo, a própria formulação dos Planos, o Caderno de Defesa, a criação do CEED, a determinação conjunta de alguns conceitos<sup>103</sup>, e a realização de exercícios combinados conjuntos titulados como Unasul I, II, III, IV, V e VI<sup>104</sup>.

Entretanto, como exposto no primeiro capítulo, a construção de identidades coletivas também depende de outros fatores para além de práticas e hábitos comuns internalizados. A construção precisa de aprendizados sociais, adquiridos através de percepções de fatores históricos e sociais comuns, além de um sentimento de destino e futuro comum.

O elemento histórico e social comum entre os membros da instituição seria sua colonização ibérica (SOUZA, 2015). Entretanto, cada Estado passou por um diferente processo – político e econômico – na formação como nação. Sendo assim, formou-se na América do Sul um mosaico de culturas e histórias, cada peça com sua própria peculiaridade (NERY, 2015). Além disso, os países da Unasul se encontram em diferentes estágios de desenvolvimento econômico e social, e com diferentes visões de defesa nacional e regional (MELO, 2014), as quais

---

<sup>102</sup> Para consultar todas as atividades propostas pelos Planos de Ação entre 2009 e 2016, conferir a na página eletrônica do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED): <http://ceed.unasursg.org/Espanol/08-CDS/08.2-Plan-Accion.html>

<sup>103</sup> O conceito definidos pelo CDS correspondem a noção de defesa regional como “medidas, ações, métodos ou sistemas, que os Estados nacionais (...) assumem e coordenam em uma lógica cooperativa para alcançar e manter as condições de segurança para a região” (SOUZA, 2015, p.117); ameaça regional como “possíveis feitos de tal natureza que afetam negativamente os interesses e a segurança regional” (SOUZA, 2015, p.118); risco regional como “todos os fatores prováveis com capacidade e potencialidade manifesta de afetar a segurança regional” (SOUZA, 2015, p. 118), e o conceito de segurança regional como a “condição que permite aos países sul-americanos alcançar os interesses regionais, livres de pressão e ameaças de qualquer natureza” (SOUZA, 2015, p. 118).

<sup>104</sup> Os exercícios combinados conjuntos realizados visaram, respectivamente, promover a interoperabilidade entre as Forças Armadas sul-americanas, planejamento e condução, e treinamentos com enfoque em estratégias de ações humanitárias, operações de paz das Nações Unidas, e uso das Forças Armadas em desastres naturais (CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS, 2018).

geram diferentes conjuntos de interesses nacionais. Logo, apesar do Tratado e do Estatuto reforçarem que a instituição respeitaria a pluralidade das características nacionais, a construção de uma identidade coletiva enfrentaria dificuldades históricas e sociais.

O sentimento de promoção de destino comum está presente no Tratado Constitutivo da Unasul e no Estatuto do CDS. Nos documentos há menções à busca por uma visão conjunta em matéria de defesa, atuação de forma conjunta em fóruns extrarregionais, busca de compartilhamento de experiências e de elementos comuns de dissuasão, além da intenção de promover uma convivência pacífica, tonando a América do Sul em uma zona de paz (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008; FERRAZ, 2012). Porém, os países da região apresentam visões heterogêneas do que buscar com essa visão e futuro comum, sobre o que isso representaria, e se seria ora em prol de uma real estabilidade regional<sup>105</sup>, ora para autonomia da América do Sul<sup>106</sup> ou para uma maior promoção da liderança brasileira<sup>107</sup> no continente (FERRAZ, 2012). As divergências constantes, portanto, embaraçam o sentimento de destino comum, o qual promoveria socialização entre as partes e ampararia a construção de uma identidade sul-americana em defesa.

A identidade coletiva também anseia por uma diferenciação do outro, daquele que não pertence ao coletivo, visto que os Estados pertencentes atuariam de forma conjunta em cenários extrarregionais. Contudo, os países membros da Unasul apenas atuaram de forma sincrônica como bloco na Cúpula América do Sul-Países Árabes e Cúpula América do Sul-África (FERRAZ, 2012). Segundo Teixeira Jr. (2016), a instituição despenderia mais esforços na solução de crises internas a fim de

---

<sup>105</sup> A estabilidade regional seria visada principalmente pelo Brasil, a fim de promover um desenvolvimento comum a partir do equilíbrio entre as nações sul-americanas.

<sup>106</sup> A visão de busca por maior autonomia regional seria enfatizada pela Venezuela, devido as suas relações de desconfianças históricas com os Estados Unidos (MELO, 2014).

<sup>107</sup> A visão de que do destino comum sul-americano para promoção da liderança brasileira seria identificada por Estados que são contrários à liderança do Brasil, como a Colômbia, pois esta não utiliza de termos identitários para se referir-se ao CDS (FERRAZ, 2012). Essa perspectiva também pode ser colocada do ponto de vista do próprio Brasil, sendo que o país possui uma política externa ambígua para a região, almejando ao mesmo tempo a liderança regional, mas sem arcar com os custos da mesma (TEIXEIRA JR, 2016)

buscas estabilidade dentro do CRS sul-americano, do que em uma atuação extrarregional conjunta.

Assim sendo, pode-se concordar com o argumento de Nery (2015, p.73), o qual afirma que a Unasul “sempre se caracterizou como uma região heterogênea, diversa e desigual que, apesar de afinidades históricas, nunca constituiu um bloco com interesses similares”. Essas divergências, para o autor, impediram a formação de uma identidade coletiva (NERY, 2015). Existiram tentativas de aproximação entre os Estados da região e a busca por maior interação na temática de defesa. Porém, sem sucesso efetivo e contínuo, porque a instituição sempre sofre com quebras devido à volatilidade das crises políticas e econômicas domésticas de cada país, e da baixa institucionalidade da organização, fazendo com que dependa da vontade política dos mesmos governos (TEIXEIRA JR, 2016; WILLRICH, REZENDE, 2018).

A construção de comunidade de segurança, como apresentado no primeiro capítulo, depende da formação de uma identidade coletiva, visto que o aprendizado social e a integração adquiridos por meio desta levaria a região a resolver suas controvérsias por outros meios, não através de conflitos armados. Logo, com o comprometimento da formação de uma identidade coletiva em matéria de defesa no CRS sul-americano, pode-se afirmar que a consecução da comunidade também seria prejudicada.

Para além de formar uma identidade coletiva em matéria de defesa, o CDS construiu a ideia de fórum multilateral que uniria as dinâmicas de defesa sul-americanas, e que de certo modo “fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante a promoção de medidas de confiança e transparência” (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2008, art.3º, d), grifo nosso). Em virtude desta concepção, algumas das propostas contidas nos Planos de Ação podem ser consideradas formas de MCM, por fomentarem a troca e compartilhamento de informações, transparência na área de defesa, treinamentos de procedimentos militares e a concepção de metodologias comuns.

Segundo Saint-Pierre e Palácios Júnior (2014) o processo de construção e consolidação de medidas de confiança da Unasul pode ser dividido em duas etapas. A primeira consiste no período de criação do CDS até o desenvolvimento do CEED em 2009, sendo esses organismos o pontapé inicial para criar confiança entre os Estados. Porém, a morosidade do Brasil em divulgar os seus documentos de defesa foi percebida pelos vizinhos como forma de desconfiança, o que afetou por um viés negativo essa primeira etapa.

A segunda etapa de fomento à MCM no âmbito da Unasul ocorreu com a formulação da lista de Procedimentos de Aplicação para as Medidas de Fomento de Confiança e Segurança, arquitetado em 2010 a partir do Plano de Ação de 2009-2010, dentro do eixo de Políticas de Defesa. A lista é dividida em cinco (5) tópicos<sup>108</sup>, cada qual com atividades a serem desempenhadas pelos Estados membros. O fato deste documento existir significa um avanço nas relações de confiança interestatais em matéria de defesa, expressa uma vontade política dos Estados em disponibilizar informações, buscar transparência nas questões de defesa e tornar o ambiente regional estável e uma zona de paz e cooperação.

Contudo, desde 2010 este documento permanece sozinho dentro da Unasul, pois nenhum relatório ou documento de coleta das informações sobre MCM foi produzido pela instituição, ou houve qualquer intenção por parte dos Estados membros em reportar à organização tais informações. Outrossim, os membros a partir de 2010 intensificaram o envio de informações semelhantes à OEA, como analisado na subseção anterior, fomentando o Inventário hemisférico com dados que poderiam ser fornecidos à organização regional. E, como observado, as MCM regionais sul-americanas ocorrem em grande número, muito mais do que as MCM envolvendo Estados do hemisfério, logo, MCM foram realizadas, porém não foram reportadas à Unasul e ao CDS.

O segundo documento, nominado Institucionalidade da Defesa na América do Sul, foi uma proposta que iniciou com o Plano de Ação de 2009, porém apenas se concretizou em 2015, quando todos os países viabilizaram as informações necessárias. Nele, os Estados membros divulgaram “aspectos institucionais, normativos, orgânicos e funcionais dos sistemas de defesa nacionais” (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2015a, p.16). Além desse compilado de informações nacionais, o documento oferece uma análise sobre semelhanças e diferenças entre os membros das Unasul no âmbito da defesa.

---

<sup>108</sup> Os cinco tópicos apresentados são: I) Intercâmbio de informação e transparência; II) atividades militares intra e extrarregionais; III) medidas no âmbito de segurança; IV) garantias; e V) cumprimentos e verificações. A lista completa dos procedimentos pode ser acessada através do endereço eletrônico do CEED: <<http://ceed.unasursg.org/Espanol/09-Downloads/Biblioteca/MFCS-Procedimientos.pdf>> acessado em 18 jan. 2019.

As semelhanças<sup>109</sup> conferidas pelo documento referem-se principalmente às políticas de defesa, as quais são configuradas como políticas públicas dirigidas à defesa dos interesses nacionais contra ameaças externas, a fim de garantir a soberania, integridade territorial e cooperação regional. As políticas sul-americanas também cumprem o papel instrumento de transparência, confiança, e cooperação interestatal na conjuntura regional e global. Sendo assim, o documento chega à conclusão que os desenhos institucionais dos Estados vizinhos apresentam coincidências que permitem a cooperação regional bilateral e multilateral, além da variedade de acordos em defesa extrarregionais (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2015a).

As diferenças, por sua vez, permeiam a fronteira entre os setores de defesa nacional e segurança interna, as quais são acompanhadas por diferentes componentes do sistema de defesa encarregados de cada setor. Alguns Estados, como Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Uruguai, apresentam um sistema de defesa nacional. Outros países, como Bolívia e Equador, há um sistema integrado de defesa e segurança interna. E nos demais países (Brasil, Colômbia, Guiana, Suriname e Venezuela), não há registros de sistemas, apesar de apresentarem diferentes setores para defesa e segurança (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2015a). Justamente essas diferenças refletem as ameaças enfrentadas por cada país, visto que em alguns Estados os problemas maiores são de caráter doméstico que transbordam pelas fronteiras.

Ao divulgar as informações sobre a defesa nacional de cada Estado membro da Unasul e realizar a análise comparativa de semelhanças e diferenças, portanto, o documento proporcionou subsídios para conhecimento sobre outro. Com isto, houve maior transparência institucional, funcional e normativa, além de demonstrar capacidades e intenções nacionais para com a região, diminuindo, assim, incertezas.

Por fim, o último mecanismo de MCM aqui analisado e meta da Declaração de Bariloche, assinada em 2009 pelos Estados da Unasul e do CDS, é o Registro Sul-Americanos de Gastos em Defesa (2006-2015). Este registro - produzido periodicamente e com uma versão de dados agregados entre 2006 e 2015 – foi considerado

---

<sup>109</sup> Para verificar a análise completa das semelhanças e diferenças entre os países membros da Unasul, verificar o documento Institucionalidade da Defesa da América do Sul (2015), entre as páginas 17 a 30. Aqui serão analisadas apenas as convergências e divergências relevantes para a pesquisa em questão

[U]ma expressão da vontade política e consenso dos doze membros da Unasul em matéria de cooperação em defesa e representa, por isso, uma clara medida de transparência e de fomento da confiança, que fortalecem o processo de integração regional e o objetivo comum de consolidar a América do Sul como Zona de Paz (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2017, p.19).

Assim sendo, o próprio registro afirma que este seria um insumo para tomada de decisões em matéria de defesa e para melhor avaliação de ações entre os vizinhos. Para tanto, de forma comum, os Estados membros estabeleceram uma “metodologia padronizada para a apresentação das informações e um mecanismo anual para o envio das informações pelos países membros para o CEED-CDS, instância técnica responsável pelo processamento e publicação” (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2017, p.21)<sup>110</sup>.

O desenho conjunto desta metodologia abre mais um caminho para a institucionalização da Unasul e do CDS, na medida em que ocorre o diálogo e conhecimento sobre orçamentos, gastos, expectativas dos vizinhos no setor de defesa (BRAGATTI, 2016). Contudo, a instituição enfrentou dificuldades na divulgação dos gastos em defesa, visto que existe uma cultura de segredo envolvendo a proteção dos interesses nacionais pelas Forças Armadas, além de dificuldades técnicas na elaboração desta metodologia comum (SAINT-PIERRE, PALÁCIOS JÚNIOR, 2014).

A partir da análise destes mecanismos de MCM pode-se afirmar que a formação de confiança é um processo lento que se desenvolve em etapas e que avança de acordo com a estabilidade do relacionamento e previsibilidade entre os Estados (PAGLIARI, 2015). Entretanto, no tocante as MCM promovidas pela organização regional, percebe-se que estas não apresentam grandes inovações metodológicas e seguem parâmetros desenvolvidos pela organização hemisférica. Somado a isso, há o hiato entre as decisões políticas e as práticas – como apresentado anteriormente – o que faz com que as políticas de defesa ainda apresentem os tradicionais mecanismos de projeção de poder e dissuasão na região (SAINT-PIERRE, PALÁCIOS JÚNIOR, 2014).

---

<sup>110</sup> Para compreender a metodologia completa do Registro Sul-Americano de Gastos de Defesa (2006-2015), verificar no endereço eletrônico do CEED os documentos apresentados periodicamente

Sendo assim, pode-se dizer que as MCM promovidas pelo CDS foram crescentes até o período de 2010, e estagnaram com as crises econômicas e políticas que os Estados sul-americanos enfrentaram após esse período de avanços. Destarte, desenvolveram-se de forma morosa e com poucas intenções políticas por parte dos Estados, e por fragilidades institucionais. Ademais, considerando os três níveis propostos por Rojas Avarena (1996), pode-se afirmar que, com o desenvolvimento dos três documentos analisados, houve o estabelecimento de um marco de confiança que permita reavaliar os riscos com base em novas informações (nível dois), entretanto, o processo ainda é incipiente e não permite que as partes abram mão de garantias nacionais para promoção de ações conjuntas no âmbito da defesa.

A despeito de todas as fragilidades institucionais e domésticas de cada país membro, pode-se afirmar que as medidas de fortalecimento de confiança e transparência são importantes para a cooperação regional em defesa (PAGLIARI, 2015), e para desenhar as relações interestatais em matéria de defesa no CRS sul-americano. Portanto, o objetivo da próxima seção é verificar o andamento da cooperação em defesa como forma de MCM, a partir de acordos realizados no setor e exercícios militares conjuntos realizados pelos países pertencentes ao Complexo.

#### 4.4 MEDIDAS DE CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA MÚTUA DE COOPERAÇÃO EM DEFESA: ACORDOS E EXERCÍCIOS DE TREINAMENTO MILITAR

A participação do Brasil na arena de segurança internacional transita entre duas pontas, as suas vulnerabilidades para concentração de poder regional e limitações domésticas para promoção dos próprios interesses nacionais. Essa característica faz com que ocorra a valorização do incentivo à estabilidade com os vizinhos e à arranjos de cooperação em defesa como formas de manter a confiança e boas relações entre os Estados. (COSTA VAZ, 2006).

O objetivo desta seção é, portanto, analisar como as MCM são colocadas em prática pelos governos Lula e Rousseff (2003-2016), através de acordos de cooperação em defesa e intercâmbio de militares para treinamento conjunto. É importante destacar que a política de defesa brasileira corrobora para com a cooperação nos quatro eixos de atuação do CDS – Políticas de Defesa, Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, Indústria e Tecnologia de Defesa e Formação e Capacitação. Entretanto, a MCM mais reportada corresponde aos exercícios de treinamento militar, logo, estes serão o enfoque da pesquisa.

#### 4.4.1 Acordos de Cooperação em Defesa

A cooperação em defesa por meio de acordos com países sul-americanos contribuiu para gerar confiança, as quais somadas favorecem a estabilidade de regiões de conflito, a paz e a segurança (AGUILAR, 2011; PAGLIARI, 2015). Historicamente, a cooperação em defesa no CRS sul-americano seguiu de acordo com a evolução política brasileira, com diferentes estágios. Durante o governo militar (1964-1984), o país buscou uma inserção internacional mais autônoma, com o aumento da capacidade militar, considerando discriminatórios o Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP) e o Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis (COSTA VAZ, 2006).

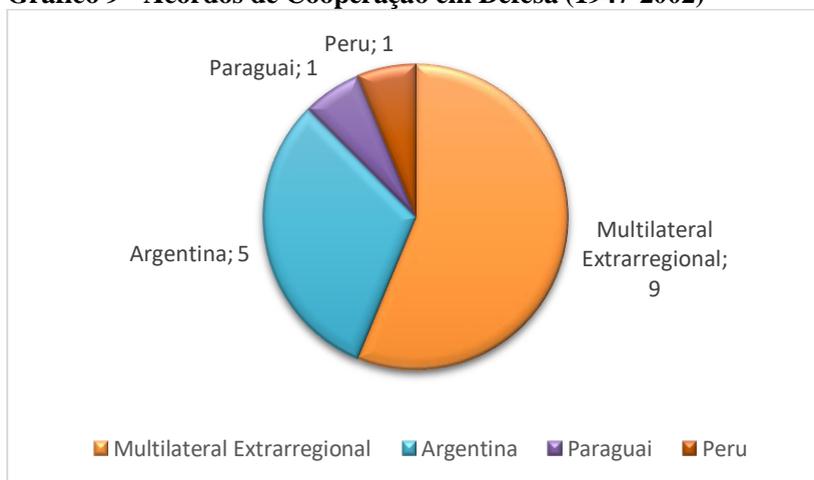
No período de redemocratização, houve ampliação da cooperação com o ambiente regional, por meio de resolução de questões com a Argentina e do fomento ao multilateralismo – principalmente na conjuntura econômica. Na esfera militar, o país não possuía capacidades de influenciar diretamente na determinação de políticas próprias para a América do Sul. Logo, utilizava do *soft power*, da maximização de credenciais diplomáticas e do fortalecimento do multilateralismo para minimizar assimetrias e promover sua visão e interesses (COSTA VAZ, 2006; DINIZ, 2006; VIGEVANI, RAMAZINI JÚNIOR, 2010).

O fim da Guerra Fria e a presença de Fernando Collor de Mello (1990-1992) no executivo brasileiro, gerou o congelamento dos setores estratégicos, e um maior foco em questões econômicas, a fim de prover a estabilidade macroeconômica doméstica. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por sua vez, continuou com a linha econômica. Apesar de impulsionar a criação do Ministério da Defesa (1999), no então governo, as questões de defesa foram limitadas a participação do Brasil no regime de não-proliferação de armas nucleares e a contínua participação em missões de paz da ONU. Mesmo com os ataques terroristas aos EUA, em 2001, e a nova agenda internacional de segurança, os parâmetros brasileiros não se transformaram (COSTA VAZ, 2006; ALSINA JÚNIOR, 2003).

A atuação brasileira em acordos de defesa até então desenvolvidos pode ser demonstrada a partir do Gráfico 11. Os acordos extrarregionais multilaterais abrangeram, por exemplo, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (1947), Carta da OEA e de participação na JID, convenções interamericanas<sup>111</sup> e aqueles sob o auspício da ONU.

---

<sup>111</sup> Convenção Interamericana contra Fabricação e o Tráfico de Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos, e outros materiais correlatos,

**Gráfico 9 - Acordos de Cooperação em Defesa (1947-2002)**

Fonte: Elaboração própria, com base em União de Nações Sul-Americanas, 2015a.

No âmbito bilateral regional, a Argentina foi o Estado com maior número de acordos<sup>112</sup>, justamente com o propósito de resolver as antigas rivalidades. Os demais arranjos, envolvendo Paraguai e Peru referiam-se, respectivamente, a criação de uma missão técnica aeronáutica brasileira em Assunção (1982) e ao acordo de cooperação para combate ao tráfego de aeronaves envolvidas em atividade ilícitas transnacionais (1999). Do fim da Segunda Guerra Mundial até o governo Fernando Henrique Cardoso, portanto, a atuação em matéria de defesa brasileira priorizou arranjos extrarregionais multilaterais, com pouca ênfase no cenário regional, e quando esta ocorreu, foi de forma bilateral e com poucos Estados sul-americanos.

---

Convenção Interamericana sobre a Transparência na Aquisição de Armas Convencionais.

<sup>112</sup> Os acordos do Brasil com a Argentina condizem com: Acordo de Cooperação para o desenvolvimento e aplicação de usos pacíficos de energia nuclear (1980), memorando de entendimento de consulta e coordenação (1997), acordo para uso exclusivamente pacífico de energia nuclear (1991), acordo de cooperação para combate ao tráfego de aeronaves supostamente envolvidas em atividades ilícitas (2002), acorde de cooperação científica e tecnológica (1980) (UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS, 2015a).

A partir do governo Lula com a proposta de diversificar parcerias e ampliar integração regional sul-americana com o intuito de buscar uma liderança regional e, assim, fomentar a projeção internacional brasileira, o país intensificou acordos de cooperação bilaterais e multilaterais com vizinhos (MALAMUD, 2016; MALAMUD, ALCANIZ, 2017). Para tanto, o governo obteve como ápice da cooperação em defesa multilateral regional a formação da Unasul e do seu Conselho de Defesa em 2008. A partir destes houve a formação do Centro de Estudos Estratégicos da Defesa (CEED) e a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE), a fim de formar uma identidade sul-americana em defesa, fomentar o diálogo estratégico e o conhecimento constante sobre a temática de defesa.

Na esfera bilateral o governo de Lula realizou um total de 391 acordos de cooperação em diferentes esferas com todos os países sul-americanos. Como mostra a Tabela 17, o Brasil durante 2003 e 2010 firmou uma média de 35,5 acordos por Estado.

**Tabela 17 - Acordos de Cooperação com países sul-americanos (2003-2010)**

Guiana	Bolívia	Colômbia	Argentina	Peru	Suriname	Uruguai	Equador	Venezuela	Paraguai	Chile	Total
18	35	34	47	56	28	45	21	52	37	18	391

Fonte: Elaboração própria, com base em Resenhas de Política Externa (2003-2010).

Vizinhos sul-americanos como Guiana, Suriname, Equador e Chile foram aqueles que tiveram uma quantidade relativa de acordos assinados com o governo brasileiro, porém numa quantidade abaixo da média geral. Os acordos de cooperação com demais Estados flutuaram com valores acima da média, sendo que estes são os vizinhos com importância estratégica, visto que desavenças passadas existiram, como no caso de Colômbia e Venezuela, por exemplo, e então houve uma busca por um resgate de relações que sempre foram bastante limitadas.

Enquanto o governo Lula obteve um número elevado de acordos para com todos os países do CRS sul-americano, o mesmo não ocorreu com o governo Rousseff, como demonstrado na Tabela 18. O governo Rousseff, obteve uma quantidade muito menor de acordos de cooperação, somando um total de 92 acordos, com uma média de 8,3 acordos por país.

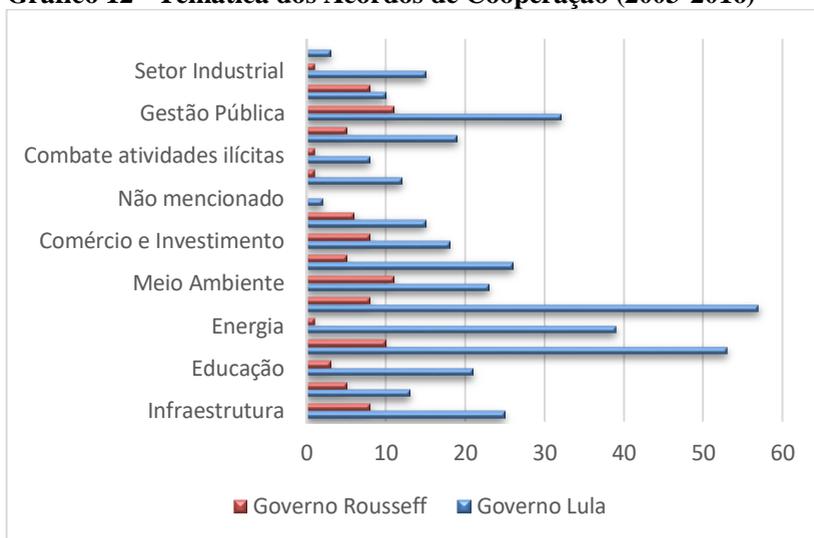
Se comparado com o governo Lula, percebe-se uma disparidade muito maior entre os acordos formulados com cada país. Estados como Colômbia, Argentina e Uruguai formularam uma quantidade muito maior de acordos do que os demais países. Antigos parceiros do governo Lula, como por exemplo a Venezuela e Bolívia, não conservaram o mesmo *status* dos oito anos anteriores.

**Tabela 18 - Acordos de Cooperação com países sul-americanos (2011-2016)**

Guiana	Bolívia	Colômbia	Argentina	Peru	Suriname	Uruguai	Equador	Venezuela	Paraguai	Chile	Total
3	1	17	20	7	4	20	6	1	7	6	92

Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base em Resenhas de Política Externa (2011-2016)

As temáticas propostas pelos acordos de cooperação nos dois governos analisados abrangem diversas esferas, como mostra o Gráfico 12. Dentre os setores mais abordados pelo governo Lula destacam-se os acordos no setor agrário, energia, saúde e desenvolvimento, gestão pública, cooperação na construção de infraestrutura e promoção cultural. Estes acordos, por mais que não estejam relacionados com a temática de defesa, são fundamentais para a integração sul-americana, no incentivo a atuação conjunta, no desenvolvimento do sentimento de pertencimento à região e na solução conjunta de problemas regionais. Assim sendo, a ampla gama de atuação brasileira em diferentes esferas e contato entre os vizinhos viabiliza a construção de uma comunidade de segurança, como reportado no primeiro capítulo.

**Gráfico 12 - Temática dos Acordos de Cooperação (2003-2016)**

Fonte: Elaboração própria, com base em Resenhas de Política Externa (2003-2016).

No que diz respeito aos acordos do governo Rousseff, percebe-se que além dos setores de gestão pública, saúde e desenvolvimento e infraestrutura, as maiores ênfases ocorreram com os setores de comércio e investimento, e meio ambiente. A explicação para tal fato, como comentado no segundo capítulo, pode ser tanto a preocupação brasileira com a crise política e econômica no ambiente doméstico, como a busca por uma atuação de caráter mais global, com pouco enfoque na região durante o período Rousseff. Sendo assim, o governo Rousseff não abandonou a ideia de integração sul-americana, porém focou em outras temáticas a fim de resolver assuntos mais iminentes e de maior interesse para o mandato, o que levou a um declínio da inserção internacional brasileira pela via regional (CERVO, LESSA, 2014).

Para além disso, evidencia-se aqui, os acordos com a temática de cooperação em defesa. Percebe-se que a quantidade de acordos bilaterais em defesa aumentou consideravelmente, chegando a um total de 19 arranjos durante o governo Lula, tendo em vista também, memorandos de entendimento.

Se comparado com governos anteriores, a quantidade de material bilateral mais que dobrou em oito anos de mandato Lula. Somando à defesa, há o combate às atividades ilícitas transnacionais, defesa civil e

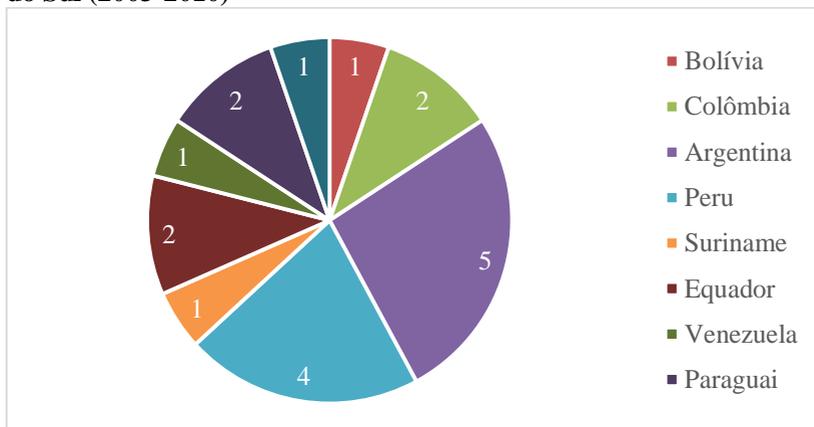
assistência humanitária e participação das Forças Armadas sul-americanas no Haiti. Na medida em que estas podem ser consideradas atividades complementares (subsidiárias)<sup>113</sup> para os militares brasileiros, pode-se argumentar a favor de um engajamento conjunto sul-americano em atividades em prol do desenvolvimento e auxílio de demais nações durante o período analisado.

Ao considerar apenas os arranjos de cooperação em defesa estabelecidos com cada país do CRS sul-americano, expõe-se através do Gráfico 13, que Argentina e Peru foram os Estados nos quais houve um maior contato e amparados por acordos, enquanto Guiana e Uruguai não foram contemplados com nenhum acordo sobre a temática. Com os demais Estados sul-americanos houve ao menos um acordo estabelecido – seja por meio de tratados ou memorandos. Constata-se, assim, um esforço para abranger todos os Estados do CRS, e assim, de forma bilateral manter comunicação, contato e unificar a agenda de defesa perante todas as agendas da região, tanto do Cone Sul quanto do Norte Andino.

---

<sup>113</sup> As ações subsidiárias das Forças Armadas são caracterizadas por não serem missão principal da defesa brasileira, porém atividades realizadas por militares por contribuírem com o desenvolvimento da nação, sem ferir princípios constitucionais. Sendo assim, as Forças atuam em diversos segmentos da sociedade, como por exemplo, emprego da engenharia do Exército na construção de estradas, ferrovias, pontes e açudes; evacuação aeromédica em regiões longínquas realizada pela Força Aérea; apoio de saúde prestado pelos navios-hospitais da Marinha; apoio humanitário em ocorrências de sinistros e calamidades; ações cívico-sociais: campanhas de saúde pública e apoio em casos de calamidade; fiscalização de produtos controlados, salvaguarda da vida humana, segurança da navegação, controle do espaço aéreo e atividades de busca e salvamento; garantia da lei e da ordem (BRASIL, 2012b).

### Gráfico 13 - Acordos em Matéria de Defesa com países da América do Sul (2003-2010)



Fonte: Elaboração própria, com base em Resenhas de Política Externa (2003-2010)

No tocante ao caráter destes acordos, muitos referem-se à cooperação em defesa como um todo, outros sobre a vigilância da Amazônia por meio de compartilhamento de sistemas brasileiros – como o SIVAM/SIPAM – e ainda há aqueles que trabalham no combate ao tráfico ilícito de aeronaves. Compreende-se, portanto, que os arranjos bilaterais de defesa sul-americanos contêm características mais técnicas, que geram informações e compartilhamento de informações, porém não preveem, por exemplo, a resolução de conflitos por outros meios ou o estabelecimento de uma zona de paz.

Enquanto nos primeiros anos de governo PT houve um boom de acordos em defesa, na década seguinte, durante o governo Rouseff a quantidade de arranjos em defesa caiu mais de dois terços, com apenas 5 acordos. Ademais, estes ocorreram respectivamente com Chile (2) e Paraguai (3), não contemplando demais países do CRS. Esse fato demonstra a perda de relevância da temática de defesa durante o governo Rouseff, em prol de outros assuntos mais urgentes do seu mandato para a América do Sul, como ênfase no comércio e desenvolvimento. Ademais, esses acordos de cooperação em defesa estabelecidos no governo Rouseff seguiram o mesmo caráter técnico do governo anterior.

Os acordos de cooperação em defesa contabilizados como MCM, portanto, foram crescentes até o final do governo Lula e criação da Unasul e CDS, porém estagnaram a partir do governo Rouseff. Essa estagnação ocorre devido às fragilidades do sistema multilateral regional, como a

baixa institucionalização da Unasul, a qual depende da vontade política dos governantes. Entretanto, estes enfrentaram crises internas que direcionaram suas políticas para outros setores, como a recuperação da economia e falta de recursos financeiros.

A qualidade técnica dos acordos dos dois governos somada às poucas tentativas e resultados colhidos de objetivos principais desses acordos – tanto multilaterais como bilaterais – em resolução pacífica de controvérsias, de resolução de conflitos por outros meios e de promoção conjunta de projetos regionais, também implicam no nível de MCM. Pode-se classificar o alcance dos acordos de cooperação em defesa promovidos pelo Brasil, nos dois governos analisados, como o segundo nível de MCM proposto por Rojas Avarena (1996). Ou seja, houve a capacidade de reavaliar riscos e incertezas com base em novas informações, porém ainda não foi formada uma base para ações conjuntas e total confiança entre as partes.

#### **4.4.2 Treinamento Militar Conjunto Sul-Americano**

Dentre as MCM mais realizadas pelo Brasil destacam-se os intercâmbios de pessoal para treinamento militar conjunto. É importante lembrar que a política de defesa brasileira, pelos seus documentos oficiais, corrobora para com a cooperação nos quatro eixos de atuação do CDS – Políticas de Defesa, Cooperação Militar, Ações Humanitárias e Operações de Paz, Indústria e Tecnologia de Defesa e Formação e Capacitação. Entretanto, o objetivo aqui seria observar apenas como os treinamentos ocorrem durante os dois governos brasileiros entre 2003 e 2016.

A realização destes exercícios e intercâmbios, seja ele regular ou avançado, faz com que ocorra integração e contato entre as Forças Armadas, troca de informações e compartilhamento de técnicas de defesa. Sendo assim, reduzem incertezas e acabam sendo atividades de cooperação em defesa que geram confiança e um sentimento de reciprocidade entre os aparatos militares de defesa.

Os treinamentos realizados pelo Brasil para com países do CRS sul-americano são registrados desde 2008 pela Agência Brasileira de Cooperação (ABC)<sup>114</sup>. Para a agência, todos os exercícios realizados na esfera regional sul-americana são classificados como Cooperação Sul-Sul

---

<sup>114</sup> Como estão disponíveis para consulta pública apenas os treinamentos realizados a partir de 2008, a presente pesquisa utilizará dados a partir desta data, sem contabilizar dados anteriores.

(CSS), o que implica em uma experiência técnica, horizontal, com benefícios para todas as partes, formando uma arquitetura de cooperação (MITRANI, 2012).

Além disso, todos possuem o objetivo de “estimular o intercâmbio de conhecimento militar sul-americano oferecendo treinamento em matéria de defesa militar” (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2018). Não importa com quantos países, qual a Instituição executora brasileira da parceria<sup>115</sup>, a data, o objetivo declarado é sempre em prol da América do Sul e do intercâmbio de conhecimento<sup>116</sup>.

De 2008 até o final do governo Lula, foram contabilizados pela ABC um conjunto de 67 treinamentos com sul-americanos, sendo que a maioria foi de caráter bilateral e trilateral. O Brasil realizou atividades com todos os países sul-americanos. Conforme mostra a Tabela 19, houve um equilíbrio dos países com os quais esses treinamentos foram realizados, exceto Paraguai e Suriname, que alcançaram a casa dos 30 treinamentos. Ambos os países apresentam fracas estruturas de defesa, conforme o documento Institucionalidade da Defesa na América do Sul, em parte analisado anteriormente. Logo, os treinamentos militares conjuntos auxiliam na troca de conhecimentos e no desenvolvimento do setor nestes Estados. Ademais, devido a similar quantidade de atividades com outros Estados, pode-se afirmar que houve uma homogeneidade na agenda militar para com o CRS durante o governo Lula.

---

<sup>115</sup> As instituições executoras brasileiras da parceria apresentadas pela ABC consistem em: Ministério da Defesa, Força Aérea Brasileira, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil, Departamento de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, Ministério das Relações Exteriores, e o Curso de Comando e Estado-Maior das Forças Armadas do Brasil.

<sup>116</sup> É importante frisar aqui que a pesquisa foi desenvolvida com base nos dados disponibilizados pela ABC. Porém, os dados apresentados pela agência estão desatualizados e incompletos. Assim, a falta de integralização destes impede uma análise completa sobre a questão, e, por isso, as considerações sobre este ponto são muito gerais.

**Tabela 19 - Treinamentos militares com países sul-americanos (2008-2010)**

Uruguai	Argentina	Bolívia	Colômbia	Venezuela	Peru	Paraguai	Ecuador	Guiana	Suriname	Chile
23	19	18	16	10	20	33	17	17	34	13

Fonte: Elaboração própria, com base em Agência Brasileira de Cooperação (2018).

Durante os seis anos de governo Rousseff, foram realizados 147 treinamentos militares com os países da região, mais que o dobro das atividades realizadas durante os dois anos de contagem do governo Lula. Além disso, o caráter dos treinamentos permaneceu o mesmo, de forma predominantemente bilateral e trilateral. Embora o tempo seja diferente, a continuidade dos treinamentos reflete também em uma continuidade da política de defesa para com a região.

**Tabela 20 - Treinamentos militares com países sul-americanos (2011-2016)**

Uruguai	Argentina	Bolívia	Colômbia	Venezuela	Peru	Paraguai	Ecuador	Guiana	Suriname	Chile
30	20	15	8	8	18	59	23	37	32	8

Fonte: Fonte: Elaboração própria, com base em Agência Brasileira de Cooperação (2018).

Ao mesmo tempo em que houve um significativo aumento na quantidade de treinamentos realizados ainda que em um período maior de governo, conforme demonstrado na Tabela 20, a homogeneidade apresentada durante o governo Lula não se repete durante o mandato Rousseff. Neste, os países como Colômbia, Venezuela e Chile, participaram de poucos treinamentos se comparado com os demais atores. Os demais Estados mantiveram mais ou menos a mesma proporção, exceto a Guiana, a qual foi envolvida em bem mais exercícios de CSS.

A partir destes resultados, portanto, pode-se afirmar que as MCM de treinamento militar em conjunto com militares do CRS sul-americano

ocorreram de forma contínua e crescente. E, conforme afirma Aguiar (2011, p.14),

A experiência acumulada pelas Forças Armadas (...), o intercâmbio de conhecimento e de pessoal, os exercícios conjuntos direcionais (...) e as iniciativas de coordenação entre os governos são importantes para a consecução e o sucesso das iniciativas voltadas para a resolução de conflitos. São importantes, sobretudo, para o fomento da confiança mútua com reflexos para a manutenção da paz e segurança internacional.

Logo, seguindo o esquema de Rojas Avarena (1996), expõe-se que as atividades de treinamento realizadas pelo Brasil atingiram o segundo nível de estabelecimento de um marco de confiança que permita a reavaliação de riscos com base em novas informações, mas segue caminhando para o terceiro nível, de criação de uma base de confiança que permita o desenvolvimento de projetos de ação conjunta. Esta avaliação, embora encontre barreiras, como a heterogeneidade entre os países durante o governo Rouseff, as suporta, porque os treinamentos realizados continuaram ocorrendo entre os países membros do CDS, não estagnaram com crises políticas e econômicas domésticas do Brasil e dos seus vizinhos. Ou seja, independente do CDS e da Unasul sofrerem pela sua baixa institucionalização, há um resultado significativo com relação à de cooperação em defesa por meio da própria atuação das Forças Armadas em treinamentos conjuntos.

Foram analisados nesta seção, portanto, como caminharam os acordos de cooperação em defesa e os treinamentos militares conjuntos como MCM dentro do CRS sul-americano. Considerando os resultados aqui apresentados e somados aos demais resultados do capítulo, a leque de subsídios para a possível classificação das relações interestatais sul-americanas em matéria de defesa foi ampliado.

#### 4.5 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

O terceiro capítulo da pesquisa buscou complementar os resultados colhidos nos dois anteriores e responder sobre a classificação das relações interestatais sul-americanas em defesa. Para tanto, apresentou como propósito verificar o andamento das medidas de construção de confiança

mútua (MCM) realizadas durante os governos Lula e Rousseff (2003-2016) para o CRS da América do Sul.

Esse estudo foi produzido com base em quatro seções. Na primeira foi explicado o conceito de MCM, suas características e categorias. A segunda analisou os documentos de defesa do Brasil e como estes se reportam ao seu entorno estratégico. A terceira seção almejou expor como as MCM se reportam por meios multilaterais sul-americanos, como a Unasul e o CDS. E por fim, a última seção buscou verificar o andamento de MCM por meio da cooperação em defesa em acordos realizados e intercâmbio de pessoal para treinamento militar conjunto.

Todas as MCM analisadas e produzidas pelo Brasil se encaixam na categoria de compartilhamento de informações para conhecimento mútuo e compreensão de atividades militares. Nenhuma delas foi contabilizada nas categorias para observação e controle de atividades ou restrição de atividades militares, sendo que estas seriam relativas a uma maior iminência de conflitos (JATIVA, 1996).

Contudo, ao mesmo tempo em que elas exerceram essa função, as MCM enfrentaram dificuldades internas aos Estados para serem transparentes, factíveis, possuírem legitimidade social e serem acompanhadas de constante comunicação entre as partes envolvidas. Somadas à eventual carência dessas características básicas de medidas de confiança, esteve presente à falta de reciprocidade dos demais países sul-americanos na comunicação de suas MCM realizadas e até mesmo a reciprocidade brasileira em tempos de crise política e econômica.

Portanto, conseguiu-se observar que nenhuma medida alcançou o terceiro nível de desenvolvimento de confiança ao ponto de formar projetos de atuação conjunta. Apesar de algumas medidas – como os treinamentos militares – caminharem para tal progresso, todas as análises apontaram para medidas estagnadas no estabelecimento de um marco de confiança que permite reavaliar os riscos com base em novas informações (ROJAS AVARENA, 1996).

Ademais, constatou-se que todas as MCM realizadas pelo Brasil para a América do Sul avançaram durante o governo Lula, porém estagnaram ou decresceram – com exceção dos treinamentos militares - no governo Rousseff, seja por fatores domésticos e/ou fraquezas das instituições multilaterais. Isso implica em uma relativa diminuição da confiança e da comunicação entre os Estados, enfraquecendo laços construídos e desestabilizando as relações interestatais.

O fato dos treinamentos militares continuarem na curva ascendente favorece o argumento de que o compartilhamento de elementos técnicos permanece no CRS sul-americano. Assim sendo, pode-se afirmar que a

cooperação em defesa se desenvolve quando não implicam em abrir mão do poder dissuasório e que não envolvem elementos políticos (SAINT-PIERRE, PALÁCIOS JÚNIOR, 2014).

Outro ponto que merece destaque é o caráter bilateral das MCM concebidas pelo Brasil durante o período proposto. Poucas delas foram de caráter multilateral, e quando ocorreram desenvolveram-se com certa morosidade e com dificuldades metodológicas. Ao mesmo tempo, essas medidas envolveram mais a conjuntura regional. Essa ênfase no continente sul-americano, porém com a falta de comunicação, faz com que o entorno estratégico seja favorecido, mesmo que confronte barreiras institucionais, domésticas e ideacionais dos demais países.

Em conjunto com a análise sobre as MCM, a pesquisa desenvolveu considerações sobre a construção de uma identidade coletiva sul-americana em matéria de defesa – objetivo principal do CDS. Os resultados colhidos desta análise refletem juntamente a construção dessa identidade, a qual é muito incipiente devido à dependência de assimetrias existentes entre os Estados, das fragilidades institucionais da própria Unasul e aos problemas domésticos de cada membro.

Todas essas observações influenciam na caracterização das relações interestatais em defesa no CRS sul-americano a partir do *continuum* formação conflituosa, regime de segurança e comunidade de segurança. Os elementos essenciais de uma comunidade de segurança pluralista, como demonstrado no primeiro capítulo, são a confiança, a compatibilidade de valores e expectativas, a ação conjunta e a previsibilidade de ações. Todos estes são afetados, como supracitado, pela qualidade e quantidade de MCM desenvolvidas e pela construção da identidade coletiva.

Em vista disso, houve, durante o mandato de Lula, uma ênfase maior em cooperação em defesa sul-americana, na integração bilateral e multilateral, avanços da instituição regional, e no fomento da identidade coletiva sul-americana. Considerando apenas os elementos deste capítulo, pode-se dizer, portanto, que existiu uma intenção de construção de comunidade de segurança pluralista nascente em direção a uma comunidade ascendente.

Em contrapartida, houve a estagnação dos processos durante o governo Rousseff e apenas a continuidade do elemento de treinamento militar. Evidencia-se, deste modo, que a conduta brasileira para com a América do Sul foi capaz de formar padrões, normas e diretrizes de comportamento, ou seja, um regime de segurança, porém não chegou a um estágio de comunicação e de mudanças pacíficas para formar uma comunidade de segurança.

Conclui-se, a partir dos resultados colhidos no capítulo, que as relações interestatais em defesa ocorridas na América do Sul foram limitadas às medidas de construção de confiança pontuais entre díades ou tríades. O que, apesar de um grau de securitização baixo, não gerou aumento significativo de confiança entre os Estados a ponto de permitir as condições para a completa formação de uma comunidade de segurança sul-americana.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação foi orientada pela seguinte pergunta de pesquisa: *Como as relações interestatais em defesa na América do Sul podem ser caracterizadas a partir da conduta brasileira para a região entre os governos Lula e Rousseff (2003-2016), considerando o continuum formações conflituosas, regime de segurança e comunidade de segurança?* Seu objetivo geral, portanto, foi analisar as relações interestatais em matéria de defesa no CRS sul-americano considerando o *continuum* proposto e a conduta brasileira durante os governos Lula e Rousseff (2003-2016).

Em vista disso, optou-se por uma abordagem que contemplasse a conexão entre a teoria e a prática sobre a conjuntura regional em matéria de defesa, expondo diferentes aspectos do processo político do período. A metodologia aplicada para alcançar esse fim foi dividida em três etapas. A primeira foi construída a fim de alicerçar as demais etapas da pesquisa. Assim sendo, foi realizada uma revisão teórica sobre os padrões de relacionamento dentro de um Complexo Regional de Segurança, subdividindo em elementos que determinam os padrões de comportamento em consonância com delimitações sobre o *status* de formações conflituosas, regimes de segurança e comunidades de segurança, somados à construção de identidades coletivas regionais.

A segunda etapa foi baseada na importância que o papel dos líderes políticos possuiu no processo de formação das relações interestatais em defesa no continente sul-americano, principalmente referente à construção de comunidades de segurança. E, como ferramenta, foram analisados de forma quantitativa e qualitativa o conteúdo dos discursos de autoridades como os Presidentes da República, Ministros das Relações Exteriores e Ministros da Defesa do Brasil para com a América do Sul entre 2003 e 2016. Com essas análises, buscou-se verificar se as atuações dos líderes demonstraram habilidades mínimas de aproximação com vizinhos sul-americanos, se foram favoráveis ao processo integrativo necessário para formação de uma comunidade e identidade coletiva, além de fomentarem símbolos, sentimento de pertencimento ao continente, valores, princípios e um futuro comum. Com base nesses elementos, portanto, verificou-se a existência ou não de uma tentativa dos líderes brasileiros de harmonizar as relações no CRS sul-americano, principalmente no âmbito da defesa.

Por fim, a última etapa versou sobre as medidas de construção de confiança mútua (MCM) realizadas pelo Brasil no CRS da América do Sul. A proposta de trabalhar com MCM acompanhou o anseio por

verificar a comunicação, a transparência, o consentimento e a boa vontade dos países para redução de incertezas, aumento de previsibilidade e confiança para fomentar relações interestatais pacíficas. Foram considerados, assim, algumas variáveis, como os documentos de defesa nacional, MCM realizadas em âmbito multilateral regional – juntamente com a construção de identidades coletivas - acordos de defesa do Brasil com vizinhos e os treinamentos militares conjuntos entre as Forças Armadas.

Cada variável foi acompanhada pela classificação entre crescente, decrescente e estagnação ao longo dos governos brasileiros a fim de constatar continuidades e/ou rupturas ao longo dos anos. Também foram compreendidas pela classificação em níveis de construção de confiança, visto que o primeiro refere-se à superação de desconfiança, o segundo reporta o estabelecimento de um marco de confiança que permite a reavaliação de riscos com bases em novas informações, e o terceiro prevê a criação de uma base de confiança que permite o desenvolvimento de projetos de ação conjunta (ROJAS AVARENA, 1996).

Ao observar os resultados de cada etapa de análise dos processos de interações entre Estados sul-americanos, pode-se concluir que:

(a). Nos discursos presidenciais de Lula e Rousseff houve uma maior divergência entre os governantes e rupturas no que concerne seus atos de fala destinados aos vizinhos sul-americanos. O primeiro por meio bilateral buscou maior aproximação interestatal, fortalecer os fatores de integração com seus pares – laços de amizade, parcerias estratégicas, confiança e cooperação - e homogeneizar agendas de defesa regional em conjunto com a ampliação da cooperação sobre a temática. Já o segundo governo, através de discursos multilaterais, instigou uma maior participação brasileira em fóruns globais, porém poucas menções ao continente e mínima participação da temática de defesa regional por parte do Brasil, assim não apresentou elementos suficientes que pudessem caracterizar o CRS sul-americano como uma comunidade política.

Os discursos dos Ministros das Relações Exteriores, por sua vez, majoritariamente multilaterais, apresentaram uma continuidade nas temáticas explanadas para a América do Sul, com um sentimento de pertencimento, busca por aproximação e estabilidade regional a fim da construção de um ambiente pacífico. A temática de defesa seguiu a mesma linha geral, com discursos multilaterais, voltados para a construção da paz e em prol de cooperação em organismos regionais. Assim sendo, percebeu-se elementos de formação de uma comunidade nos seus atos de fala, porém não de forma suficiente a superar todas as desconfianças e a estabilidade necessária para esse objetivo.

Os atos de fala dos Ministros da Defesa entre os períodos de governo Lula e Rousseff, por fim, apresentaram continuidades para o CRS sul-americano. Ambos participaram mais ativamente em fóruns multilaterais regionais e hemisféricos, e promoveram a Unasul e o CDS como fóruns regionais de solução de controvérsias e como fatores de estabilidade. Além disso, com o passar dos anos fomentaram elementos de uma comunidade de segurança e cooperação na temática de defesa. Contudo, as divergências regionais, crises políticas e econômicas, acabaram privando a atuação do Brasil como propulsor da cooperação regional em matéria de defesa, o que ficou claro nos discursos dos últimos ministros do governo Dilma, os quais buscaram outros objetivos além da América do Sul.

Sendo assim, pode-se afirmar que pelos atos de fala houve maior vontade política na soma de constrangimentos enfrentados e ações voluntárias de casa líder em formar uma comunidade de segurança no governo Lula, e como afirmam alguns autores (NOLTE, WEIFFEN, 2014; VITELLI, 2017), esta estava em fase ascendente. Já no governo Rousseff houve o retorno à um regime de segurança, visto que nos discursos houve intenções de aproximação, porém a integração, amizade e construção de confiança não prevaleceram nos atos de fala. Ou seja, o fortalecimento das relações interestatais sul-americanas, inclusive em matéria de defesa, ocorreu quando houve vontade política dos líderes brasileiros, e quando outras agendas mais emergentes entravam em pauta, as relações apenas apareceram de forma tangente nos discursos brasileiros.

(b). Todas as MCM produzidas pelo Brasil se encaixaram na categoria de compartilhamento de informações para conhecimento mútuo e compreensão de atividades militares (JATIVA, 1996). Contudo, ao mesmo tempo em que elas exerceram essa função, as MCM enfrentaram dificuldades internas aos Estados para serem transparentes, factíveis, possuem legitimidade social e serem acompanhadas de constante comunicação entre as partes envolvidas. Portanto, conseguiu-se observar que nenhuma delas alcançou o terceiro nível de desenvolvimento de confiança ao ponto de formar projetos de atuação conjunta (ROJAS AVARENA, 1996).

(c). As MCM realizadas pelo Brasil para a América do Sul avançaram durante o governo Lula, porém estagnaram ou decresceram no governo Rousseff. Isso implica em uma relativa diminuição da confiança e da comunicação entre os Estados, enfraquecendo laços construídos e desestabilizando as relações interestatais. Contudo, o fato dos treinamentos militares continuarem na curva ascendente favorece o

argumento de que o compartilhamento de elementos técnicos permanece no CRS sul-americano. Logo, pode-se afirmar que a cooperação em defesa se desenvolve com maior amplitude quando não envolve elementos políticos (SAINT-PIERRE, PALÁCIOS JÚNIOR, 2014).

(d). A construção da identidade coletiva regional em matéria de defesa – objetivo geral do CDS, foi muito incipiente durante o período analisado, devido à interferência que as assimetrias existentes entre os Estados causam na organização, das fragilidades institucionais da própria Unasul e aos problemas domésticos de cada membro. Em virtude disso, esse elemento das relações interestatais, apesar das tentativas de contato em matéria de defesa, pouco evoluiu a fim de fortalecer a estabilidade, paz e cooperação em defesa com entre os vizinhos.

(e). As relações interestatais em defesa ocorridas na América do Sul foram limitadas às medidas de construção de confiança pontuais entre díades ou tríades. O que, apesar de um grau de securitização baixo, não gerou aumento significativo de confiança entre os Estados a ponto de permitir as condições para a completa formação de uma comunidade de segurança sul-americana.

(f). A conduta brasileira no processo de aproximação interestatal sul-americana é fundamental. Por ser um potência e liderança regional e um país capaz de aglutinar as dinâmicas de defesa dos dois sub-complexos, o Brasil apresenta capacidades de influenciar nesse processo lento e gradual. Contudo, os resultados dos capítulos anteriores mostram que as dinâmicas domésticas e os interesses políticos do país acabaram estagnando esse processo de fortalecimento regional, tanto em matéria política quanto em defesa. Fazendo, assim, com que o caminhar de uma comunidade política de segurança, capaz de solucionar os conflitos por meios pacíficos, o aprendizado social e a construção de confiança também estagnassem e de certa forma retrocedesse com os obstáculos brasileiros a um regime de segurança.

A partir dessas conclusões, finalizou-se a pesquisa proposta para essa dissertação de mestrado. O mais importante, contudo, é o que os resultados colhidos aqui podem abrir portas para novos estudos e ações de políticas públicas. Comparar as conclusões obtidas com a atual conjuntura do país e das organizações regionais podem trazer novos desfechos. Estes, infelizmente, com uma perspectiva regional de possibilidade de formações conflituosas, devido ao desmantelamento da Unasul, a crise da Venezuela e o descaso do governo do Brasil para com políticas públicas voltadas para a aproximação da América do Sul.

Assim, quem sabe recuperar o sentimento de pertencimento ao CRS sul-americano e a projeção internacional do país que o Brasil possuía há uma década. Como Barão do Rio Branco enfatizava, para pertencer ao cenário das grandes potências o país precisa investir na amizade com todos as nações sul-americanas, ou seja, o desequilíbrio, a desconsideração com os vizinhos e o não desenvolvimento conjunto da América do Sul podem atrapalhar neste objetivo maior que o país possui na sua diplomacia deste o início do século passado.



## REFERÊNCIAS

### A) *INFORMES E DOCUMENTOS*

- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2008.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2012a.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Estratégia Nacional de Defesa**. Brasília, 2016a.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2012b.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Brasília, 2016b.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2012c.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Política Nacional de Defesa**. Brasília, 2016c.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA DEFESA. **Pronunciamentos dos Ministros da Defesa**. Brasília, 2019. Disponível em <<https://www.defesa.gov.br/index.php/pronunciamentos/ministro-de-estado-da-defesa>> Acesso em 25 fev. 2019.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 92. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 93. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2003.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 94. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 95. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 96. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2005.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 97. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2005.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 98. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 99. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2006.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 100.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 101.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2007.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 102.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 103.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2008.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 104.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 105.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2009.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 106.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**.107. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 108.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**.109. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. \_\_\_\_\_ **Resenha de Política Exterior do Brasil**.110. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 111. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2012.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 112.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 113.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2013.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 114. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 115.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2014.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 116.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 117. ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2015.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. 118.ed. Brasília: Centro de Documentação (CDO), 2016.

JUNTA INTERAMERICANA DE DEFESA. **Atualização do Inventário de Medidas de Fomento à Confiança e Segurança (MFCS)**, 2014. Organização dos Estados Americanos, 2015.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Institucionalidade da Defesa na América do Sul. **Conselho de Defesa Sul-Americano**, Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, 2015a.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. Normativa Unasul-CDS-CEED-ESUDE. Brasília, 2008.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2009-2010**. Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2010.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2010-2011**. Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2011.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2012**. Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2012.

UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2013**. Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2013.

- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2014.** Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2014.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2015.** Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2015b.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Plano de Ação, 2016.** Conselho de Defesa Sul-Americano, Brasília, 2016.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Procedimientos de Aplicación para las Medidas de Fomento de la Confianza y Seguridad.** Conselho de Defesa Sul-Americano, Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, 2010b.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Registro Sul-Americano de Gastos Agregados em Defesa, 2006-2015.** Conselho de Defesa Sul-Americano, Centro de Estudos Estratégicos de Defesa, 2016b.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas.** Brasília, 23 mai. 2008.

*B) LIVROS, ARTIGOS E TRABALHOS ACADÊMICOS*

- ABDUL-HAK, Ana Patrícia Neves. **O Conselho de Defesa Sul-Americano: objetivos e interesses do Brasil (CDS).** Brasília: FUANG, 2013, 280 p.
- ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. **Security Communities.** Cambridge: Cambridge University Press, 1998. 467 p.
- ADLER, Emanuel; GREVE, Patricia. When security community meets balance of power: overlapping regional mechanisms of security governance. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 35, n. 1, p.59-84, fev. 2009. Cambridge University Press.
- AGUILAR, Sergio Luiz Cruz. A Participação do Brasil nas Operações de Paz: passado, presente e futuro. **Brazilian Journal for Brazilian Studies**, S.l., v. 3, n. 2, p.113-141, mar. 2015.
- AGUILAR, Sérgio Luiz Cruz. A Participação Sul-Americana nas Operações de Paz da ONU: Algumas Considerações. **Security And Defense Studies Review**, S.l., v. 12, p.99-116, 2011.
- AITA, Edson; STUDART, Álvaro Vasconcelos; OLIVEIRA, Marcos Aurelio Guedes de. Panorama atual e perspectivas futuras de uma logística de defesa integrada na América do Sul: Oportunidades para a Indústria regional de Defesa. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 5, n. 10, p.209-239, jul./dez. 2016.

- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S.. A Síntese Imperfeita: articulação entre a Política Externa e a Política de Defesa na era Cardoso. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 46, n.2, p.53 – 86, 2003.
- ALSINA JÚNIOR, João Paulo S.. Grand Strategy and Peace Operations: the Brazilian Case. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 2, p.1-22, 9 nov. 2017.
- AMORIM, Celso. A Atualidade do Barão do Rio Branco. In: **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, 1., 2012, Brasília. Palestra. Brasília: Ministério da Defesa, 2012. p. 1 - 13.
- AMORIM, Celso. **Breves narrativas diplomáticas**. São Paulo: Benvirá, 2013. 168 p. Cap. 6, p. 123-139.
- AQUINO, Edson Tomaz de. Entorno Estratégico. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp Digital, 2018. p. 300-303.
- BATTAGLINO, Jorge. O Brasil e a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano: uma convergência de vantagens. **Nueva Sociedad**, dez. 2009.
- BERGAMASCHI, I.; MOORE, P.; TICKNER, A. B. (Ed). **South-South Cooperation Beyond the Myths: Rising Donors, New Aid Practices?** Palgrave Macmillan, 2017.342 p. Introduction.
- BRAGA, Carlos Chagas Vianna. A Manutenção da Paz, a R2P / Rwp e a Questão do Uso da Força. In: HAMANN, Eduarda P.; MUGGAH, Robert (Org.). **A Implementação da Responsabilidade de Proteger: Novos rumos para a paz e a segurança internacional?**. Brasília: Instituto Igarapé, 2013. Cap. 4. p. 33-42.
- BRAGATTI, Milton Carlos. **Cooperação em Defesa na América do Sul, limites e perspectivas**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Universidade Federal da Integração Latino-Americana, 2016.
- BRAGATTI, Milton Carlos. Inflexão na cooperação em defesa na América do Sul? Perspectivas e limites para a Unasul e O CDS. **Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos (REBELA)**, v.5, n.2, mai/ago 2015.
- BUSTAMANTE, Fernando. La cuestión de las medidas de confianza mutua en el context de la sub-refión andina. In: ROJAS AVARENA, Francisco (Ed). **Balance Estratégico y Medidas de Confianza Mutua**. Santiago, Chile, FLASCO-Chile, 1996, 337p.
- BUZAN, B.; HANSEN, L. **The Evolution of International Security Studies**. Cambridge University Press, 2009.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. 570 p.

CADONÁ, Marco André; OLIVEIRA, Carolina de. O Complexo Regional de Segurança da América do Sul: uma análise a partir do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul.. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p.269-298, 2017.

CAREGNATO, Rita Catalina Aquino; MUTTI, Regina. **Pesquisa Qualitativa: Análise De Discurso Versus Análise De Conteúdo**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, v. 4, n. 15, p.679-84, 2006.

CARVALHO, Patrícia Nasser; GONÇALVES, Fernanda C.N.I. O Brasil como potência regional: uma análise de sua liderança na América do Sul no início do século XXI. **Carta Internacional**, [s.l], v.11, n.3, 2016, p. 222-248.

CASALES, Almirante Vicente. La JID y el equilibrio estratégico de la America Latina. Visión latinoamericana. In: ROJAS AVARENA, Francisco (Ed). **Balance Estratégico y Medidas de Confianza Mutua**. Santiago, Chile, FLASCO-Chile, 1996, 337p.

CEPIK, Marco (Ed.). **Segurança Internacional: Práticas, tendências e conceitos**. São Paulo: Hucitec, 2010. 279p.

CEPIK, Marco. Segurança nacional e cooperação Sul-Sul: Índia, África do Sul e Brasil. In: LIMA, Maria Soares de; HIRST, Monica. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e oportunidades para novas parcerias**. São Paulo: Paz e Terra, 2009. p. 63-118.

CERVO, Amado Luiz; LESSA, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 2, p.133-151, dez. 2014.

COSTA VAZ, Alcides Costa. Brazil: Global and Regional Security Perspectives and Cooperation IBSA. In: VAZ, Alcides Costa. **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Unb, 2006. p. 195-217.

DANTAS, Aline Chianca; LEITE, Alexandre César Cunha. A análise de discurso como abordagem metodológica nas Relações Internacionais: a influência do Discurso de Segurança Humana na Política Externa Japonesa. **Carta Internacional**, S.l., v. 10, n. 2, p.163-180, jul./dez. 2015.

DESIDERÁ NETO, Walter Antonio. Diagnóstico da Segurança Regional Sul-Americana: classificações teóricas preliminares. **Editorial do Ipea: Boletim de Economia e Política Internacional**, S.l., n. 13, p.6-16, 2013. Quadrimestral.

- DESTRADE, Sandra; NOLTE, Detlef; PRYS-HANSEN, Miriam. **Regional Powers Still Matter!** Giga Focus | Global, Hamburg, v. 0, n. 2, p.1-10, maio 2018.
- DEUTSCH, K. W. 1961. **Security Communities**. In: ROSENAU, J. (ed.). *International Politics and Foreign Policy*. New York: Free, 1961.
- DEUTSCH, Karl Wolfgang et al. **Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the light of historical experience**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1957.
- DINIZ, Eugênio. South Africa, Brazil and India cooperating in Defense. In: **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Ed: COSTA VAZ, Alcides. Editora UnB, 2006, p. 279-310.
- DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso; SILVA, Carlos Eduardo Lins da. **A nova configuração mundial do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- FERRAZ, Maria Izabel Meunier. **Construindo a América do Sul: identidades e interesses na formação discursiva da Unasul**. 2012. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Pós-graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.
- FERREIRA, Oliveiros S. **A crise da política externa: Autonomia ou subordinação?**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2001. 192 p.
- FLEMES, Daniel. Notas teóricas sobre a formação de uma comunidade de segurança entre a Argentina, o Brasil e o Chile. **Rev. Sociol. Polít**, Curitiba, n. 24, p.217-231, jun. 2009.
- FLEMES, Daniel; NOLTE, Detlef; WEHNER, Leslie. **Una comunidad de seguridad regional en formación: la unasur y su Consejo de Defensa**. *Estudios Internacionales: Instituto de Estudios Internacionales, Universidad de Chile*, v. 170, p.105-127, 2011.
- FRANCHI, Tássio; MIGON, Eduardo Xavier Ferreira Glaser; VILLARREAL, Roberto Xavier Jiménez. Taxonomy of interstate conflicts: is South America a peaceful region?. **Brazilian Political Science Review**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.1-23, 10 ago. 2017.
- FUCCILLE, Alexandre. REZENDE. Lucas. Complexo Regional de Segurança na América Latina, uma nova perspectiva. **Contexto Internacional**. v.35 n.1. Rio de Janeiro, jan./jun 2013.
- FUCCILLE, Alexandre; BARRETO, Lis; GAZZOLA, Ana Elisa Thomazella. Novos tempos? Considerações sobre a diplomacia e defesa no governo Lula (2003-2010). **Editorial do Ipea: Boletim de Economia e Política Internacional**, S.l., n. 22, p.79-93, jan./abr. 2016. Quadrimestral.

- GALVÃO, Thiago Gehre; KALOUT, Hussein. Sociedade Internacional. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp Digital, 2018. p. 821-830.
- GUYER, Julian Gonzalez. Libros Blanco de Defensa en Sudamérica: ¿Política Exterior o Política Doméstica?. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.17-48, 30 dez. 2017. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED.
- GUZZINI, Stefano. A Reconstruction of Constructivism in International Relations. **European Journal of International Relations**, v. 6, n. 2, 2000, p. 147-182.
- HERMANN, Charles F, et al. **People and Processes in Foreign Policymaking**. Insights from Comparative Case Studies. International Studies Association, 2001.
- HERMANN, Charles F. **Changing Course**: When governments choose to redirect foreign policy. *International Studies Quarterly*, n.34, p.3-21, 1990.
- HERMANN, Margaret G. HERMANN, Charles. **Who makes foreign policy decisions and how**: An empirical Inquiry. *International Studies Quarterly*, v.33, n.4, dez. 1989, p.361-387.
- HERZ, John. **Idealist Internationalism and security dilemma**. *World Policies*, v.2, n.2, p.157-180, jan.1950.
- HIRST, Monica, NASSER, Reginaldo Mattar. Brazil's involvement in peacekeeping operations: the new defense-security-foreign police nexus. **Norwegian Peacebuilding Resource Centre (NOREF)**. Report 2014.
- HOFFMAN, Aaron M. A Conceptualization of Trust in International Relations. *European Journal of International Relations*, **SAGE Publications and ECPR**, v.8, n.3, p. 375-401, 2002.
- HOLSTI, J. **The State, War, and State of War**. Cambridge University Press, 2004.
- HOPF, Ted. The Promise of Constructivism in International Relations Theory. **International Security**. Vol. 23, No. 1, (Summer 1998), pp: 171-200.
- HURREL, Andrew. **An emerging security community in South America?** In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael. *Security Communities*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- JÁTIVA, Juan Xavier Riofrío. **As Medidas de Confiança Mútua entre Equador e Peru**: histórico e perspectivas desde o ponto de vista equatoriano. Dissertação de Mestrado em Ciências Militares, Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Rio de Janeiro, 2014.

KEOHANE, Robert. **After Hegemony**: , Cooperation and Discord in the World Political Economy. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984. 290 p.

KRASNER, Stephen D. **Structural Causes and Regime Consequences**: Regimes as Intervening Variables, International Organization, Cambridge (MA), v. 36, n. 2, p. 185-205, Spring.1982.

LEÃO, André Pimentel Ferreira. Política Externa Brasileira para a América do Sul: uma análise comparada entre os primeiros mandatos dos governos Lula e Dilma. **Editorial do Ipea**: Boletim de Economia e Política Internacional, S.l., n. 22, p.7-18, jan./abr. 2016. Quadrimestral.

LIMA, Maria Regina Soares. **Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais**: o caso brasileiro. 2010.

MAGALHÃES, Diego Trindade D'Ávila. Comunidade de segurança: a teoria no conceito. **Carta Internacional**: Publicação da Associação Brasileira de Relações Internacionais, [s.l.], v. 7, n. 2, p.81-98, 2012.

MALAMUD, Andrés. **Latin American Regionalism Faces the Rise of Brazil**. Foreign Policy Responses To The Rise Of Brazil, [s.l.], p.214-226, 2016. Palgrave Macmillan UK.

MALAMUD, Andres; ALCANIZ, Isabella. **Managing Security in a Zone of Peace: Brazil's Soft Approach to Regional Governance**.

**Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 1, p.1-22, 2017.

MARES, David R. Equilíbrios estratégicos y medidas de confianza mutua en America Latina: la historia de una relación ambigua y compleja. In: ROJAS AVARENA, Francisco (Ed). **Balance Estratégico y Medidas de Confianza Mutua**. Santiago, Chile, FLASCO-Chile, 1996, 337p.

MARES, David R. **Por que os latino-americanos continuam a se ameaçarem**. Varia História, Belo Horizonte, v.28, n.48, p. 599-625, jul-dez 2012.

MARES, David R. **Violent Peace**: Militarized interstate bargaining in Latin America. Columbia University Press. New York, 2001.

MARTINS, Alexandre de Oliveira. A atividade de Inteligência nos novos documentos de Defesa do Brasil. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.101-124, 30 dez. 2017. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED.

MATTOS, Beatriz Rodrigues Bessa; MATOS, Francisco Eduardo Lemos de; KENKEL, Kai Michael. Brazilian Policy and the Creation of a Regional Security Complex in the South Atlantic: Pax Brasiliana?. Contexto Internacional, [s.l.], v. 39, n. 2, p.263-280, ago. 2017.

MEARSHEIMER, John. **Back to the Future**: Instability in Europe after the Cold War. *International Security*, v.15, n. 1, Summer, 1990, p. 5–56.

MEDEIROS FILHO, Oscar. A South American Defence Structure: Problems and Prospects. **Contexto Internacional**, [s.l.], v. 39, n. 3, p.673-689, dez. 2017.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. Universidade de São Paulo, 2010. 240p.

MEDEIROS, Marcelo de Almeida; TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto Wagner Menezes; REIS, Elton Gomes dos. Cooperação para autonomia? Explicando o paradoxo da política externa brasileira para a Unasul. **Revista de Sociologia e Política**, [s.l.], v. 25, n. 61, p.97-123, mar. 2017.

MELO, Fabrício Freitas Barbosa Rezende. **Brasil, Unasul e Segurança Coletiva**: A Construção de uma Identidade Sul-Americana. 2014. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Graduação em Relações Internacionais, Escola de Direito e Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2014.

MILANI, Carlos R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Cad. CRH**, vol. 25, n. 65, p. 211-231, ago. 2012.

NERY, Tiago. Unasul: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. **Caderno Crh**, [s.l.], v. 29, n. 3, p.59-75, 2016.

NOLTE, Detlef. Costs and Benefits of Overlapping Regional Organizations in Latin America: The Case of the OAS and UNASUR. **Latin American Politics And Society**, [s.l.], v. 60, n. 01, p.128-153, 15 jan. 2017. Cambridge University Press (CUP).

NYE JR, Joseph. **Understanding International Conflicts**: An Introduction to Theory and History. New York: Longman, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, Centro Regional de Informações. **A “responsabilidade de proteger” entre conceito e realidade**. 2011. Disponível em:

<<https://www.unric.org/pt/actualidade/25204>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

PAGLIARI, Graciela de Conti. Conselho de Defesa Sul-Americano e a adoção de medidas de fortalecimento de confiança. **Carta Internacional**, [s.l.], v.10, edição especial, p.23-40, 2015.

PAGLIARI, Graciela de Conti. **Segurança Internacional e a Política Externa Brasileira**: as relações entre Brasil e América do Sul, 1990-2006. 2009. 281 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

PORTELA DE AMORIM, Adriano. Política e Estratégia nacionais de Defesa: integração e consensos políticos. **Revista Brasileira de Estudos de Defesa**, [s.l.], v. 4, n. 2, p.49-76, 30 dez. 2017. Associação Brasileira de Estudos de Defesa - ABED.

PROENÇA JUNIOR, Domício; LESSA, Marcus Augustus. Brazilian national defence policy and strategy reviewed as a unity. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 2, p.1-19, 18 jan. 2017.

REZENDE, Lucas P. **Sobe e Desce! Explicando a cooperação em defesa na América do Sul: uma teoria realista-ofensiva**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Doutorado em Ciência Política. Porto Alegre, 2013.

REZENDE, Lucas; VAZ, Alcides; FUCCILLE, Alexandre. Assessing the False Promise of the South American Defense Council and Unasur ten years after their inception. **Mundorama**. S.l., p. 1-3. 24 jan. 2018.

RIZZINI, Kamilla Raquel; ANTUNES, Diego Felipe Barbosa. Desenvolvimento e Segurança na Política Externa Brasileira: Considerações teóricas e empíricas dos governos Lula e Dilma (2003-2016). **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 6, n. 12, p.222-253, jul./dez. 2017.

ROJAS AVARENA, Francisco (Ed). **Balance Estratégico y Medidas de Confianza Mutua**. Santiago, Chile, FLASCO-Chile, 1996, 337p.

SAINT-PIERRE, Hector Luis. "Defesa" ou "Segurança"? Reflexões em torno de conceitos e ideologias. **Contexto Internacional**, S.l., v. 2, n. 33, p.407-433, jul./dez. 2011.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; MEI, Eduardo. **Paz e Guerra: Defesa e segurança entre as nações**. São Paulo: Unesp, 2013. 336 p. (Coleção Paz, Defesa e Segurança Internacional).

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; PALACIOS JUNIOR, Alberto Montoya Correa. As medidas de confiança no Conselho de Defesa Sul-americano (CDS): análise dos gastos em Defesa (2009-2012). **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 57, n. 1, p.22-39, 2014.

SANTOS, Rafael Miranda. **As modificações interpretativas da regulação do uso da força: uma análise dos principais argumentos justificadores da intervenção humanitária entre 1990 e 2011 e a criação de um novo viés estrutural**. 2017. Tese Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Direito, CCJ, UFSC. Florianópolis, 2017.

SANTOS, Roberta de Freitas; CERQUEIRA, Mateus Rodrigues. **Cooperação Sul-Sul: experiências brasileiras na América do Sul e na África**. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.22, n.1, jan.-mar. 2015, p.23-47.

- SCHERMA, Márcio Augusto. Políticas de Defesa e Segurança para as Fronteiras nos Governos Lula e Dilma. **Editorial do Ipea**: Boletim de Economia e Política Internacional, S.l., n. 22, p.65-77, jan./abr. 2016. Quadrimestral.
- SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. **Cooperação em Defesa e a Região Sul-Americana**: O Papel do Conselho de Defesa Sul-Americano, da Unasul. 2015. 173 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- SOUZA, Tamires Aparecida Ferreira. Medidas de Confiança Mútua. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp Digital, 2018. p. 538-541.
- SOUZA, Tamires Aparecida. As razões de existência do CDS na Unasul. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v.11, n.3, 2016, p.124-148.
- TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M.; Era uma vez um Complexo Regional de Segurança: Entorno Estratégico Brasileiro ou Vazio de Poder Sul-Americano. In: WINAND, Érica C. A.; RODRIGUES, Thiago; AGUILAR, Sérgio (Org.). **Defesa e segurança do Atlântico Sul**: VIII ENABED. São Cristóvão: Editora UFS, 2016. p. 224-242.
- TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W.M.; SILVA, Antônio H.L. **A Teoria dos Complexos Regionais de Segurança no Estudo da América do Sul**: Limites Teóricos e Perspectivas Alternativas. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife.
- TEIXEIRA, Vinícius Modolo. **A cooperação em defesa na América do Sul como base para a integração do continente**. 2013. 245f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2013.
- VALENÇA, Marcelo M.; CARVALHO, Gustavo. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, [s.l.], v. 8, n. 3, p.66-94, dez. 2014.
- VAZ, Alcides Costa; FUCCILLE, Alexandre; REZENDE, Lucas Pereira. UNASUR, Brazil, and the South American defence cooperation: A decade later. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 2, p.1-21, 18 jan. 2018.
- VIGEVANI, Tullo; MAURO FAVARON, Gustavo de; RAMAZINI JR, Haroldo; ALVES CORREA, Rodrigo. O papel da integração regional para o Brasil: universalismo, soberania e a percepção das elites. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v.51, n.1, p.5-27, jun.2008,

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo. The Changing Nature of Multilateralism and Brazilian Foreign Policy. **The International Spectator**, [s.l.], v. 45, n. 4, p.63-71, dez. 2010. Informa UK Limited.

VIGEVANI, Tullo; RAMAZINI JR, Haroldo. **Mudanças da Inserção Brasileira na América Latina**. Lua Nova, São Paulo, p.37-75, 2009.

VIGEVANI, Tullo; RAMAZINI JR, Haroldo. The changing natures of multilateralismo and brazilian foreign policy. **The International Spectator**, [s.l.], v.45, n.4, p.63-71, dez. 2010.

VILLA, Rafael A. Duarte; WEIFFEN, Brigitte. South American Re-armament: From Balancing to Symbolizing Power. **Contemporary Security Policy**, [s.l.], v. 35, n. 1, p.138-162, 2 jan. 2014. Informa UK Limited.

VILLA, Rafael Antônio Duarte; VIANA, Manuela Trindade. Security issues during Lula's administration: from the reactive to the assertive approach. **Rev. Bras. Polít. Int.**, S.l., v., n. 53, p.91-114, 2010.

VILLA, Rafael Duarte. Brazilian Hybrid Security in South America. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v. 60, n. 2, p.1-22, 19 out. 2017.

VILLA, Rafael Duarte; BRAGATTI, Milton Carlos. Complexificação das Instituições da defesa na América do Sul. **Carta Internacional**, [s.l.], v.10, edição especial, 2015, p. 4-22.

VITELLI, Marina Gisela. Cooperação dissuasória. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Unesp Digital, 2018. p. 190-193.

VITELLI, Marina Gisela. The South American Defense Council: the building of a community of practice for regional defense. **Revista Brasileira de Política Internacional**, [s.l.], v 60, n.2, 2017.

WEIFFEN, Brigitte; VILLA, Rafael Duarte. **Re-Thinking Latin American Regional Security: The Impact of Power and Politics**. Power Dynamics And Regional Security In Latin America, [s.l.], p.1-23, 2017. Palgrave Macmillan UK.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what states make of it: the social construction of power politics**. International Organization, v. 46, n. 2, Spring 1992.

WENDT, Alexander. Collective Identity Formation and the International State. **The American Political Science Review**, v.88, n.2, p.384-396, 1994.

WENDT, Alexander. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

- WIGHT, Martin. **A política do poder**. 2. ed. São Paulo: Editora Universidade de Brasília, 2002. 382 p.
- WILLRICH, Emili; REZENDE, Lucas Pereira. Sobre a identidade sul-americana em defesa na Unasul. **Revista da Escola de Guerra Naval**. [s.l.], v. 24, n. 1, mai. 2018.
- ZEHFUSS, Maja (Org.). **Constructivism in International Relations: The politics of reality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

### C) SÍTIOS ELETRÔNICOS

- AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO (Brasil). Ministério das Relações Exteriores (Comp.). **Projetos de Cooperação Sul-Sul em Defesa**. 2019. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa>>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- BRASIL. **Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul: ZOPACAS**. 2018. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/paz-e-seguranca-internacionais/151-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul>>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE DEFESA. Unasul (Comp.). **Documentos**. 2019. Disponível em: <<http://ceed.unasursg.org/>>. Acesso em: 08 fev. 2019.
- COMUNIDADE DE ESTADOS LATINO AMERICANOS. **Grupo do Rio**. 2018. Disponível em: <<http://www.sela.org/celac/quienes-somos/antecedentes/grupo-de-rio/>>. Acesso em: 25 out. 2018.
- ESCOLA SUL-AMERICANA DE DEFESA. **Informe a la PPT – Principales Actividades de la ESUDE en el primer semestre del 2016**. 2016. Disponível em: <[http://esude-cds.unasursg.org/lecturas/2016.08.22\\_Informe%20ESUDE%2001-2016-Final.pdf](http://esude-cds.unasursg.org/lecturas/2016.08.22_Informe%20ESUDE%2001-2016-Final.pdf)>. Acesso em: 06 nov. 2018.
- MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta do. **Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)**. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/ALCA.htm>>. Acesso em: 17 out. 2018.
- MERCOSUL, Comissão Parlamentar Conjunta do. **Mercado Comum e Comunidade do Caribe (CARICOM)**. 2018. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/mercosul/blocos/CARICOM.htm>>. Acesso em: 24 out. 2018.
- UNIÃO DE NAÇÕES SUL-AMERICANAS. **Site Oficial: Todos Somos**. 2017. Disponível em: <<http://www.unasursg.org/>>. Acesso em: 15 maio 2017.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A

Discursos Proferidos pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010)

#### Ano 2003: Resenha nº 92 e 93

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Visita do Pres.ARG. Eduardo Duhalde, Brasília, 14/01/2003.	Bilateral: promoção de relações. AS: Int.	Int., Par.Estr.
Visita do Pres.COL., Álvaro Uribe, Brasília, 07/03/2003.	Bilateral: promoção da relação, <b>Combate ao terrorismo e ao narcotráfico.</b> AS Int.	Coop.
Visita do Pres.PER., Alejandro Toledo, Brasília, 11/04/2003.	Transformar relação bilateral em relação estratégica.	Par.Estr.
Visita do Pres.BOL., Gonzalo Sánchez de Lozada, Brasília, 25/04/2003.	Bilateral: promoção de confiança, questões energéticas (gás boliviano). AS: Int. física.	Int., Coop.
Visita do Pres.VENZ., Hugo Chávez, Recife, 25/04/2003.	Bilateral: promoção da relação, <b>Coop. em defesa e segurança, troca de informações do SIVAM.</b> Multilateral (ONU e CSNU). PE – Int. da AS.	Par.Estr., Coop.
Inauguração dos bustos do Libertador Simón Bolívar e do General Abreu e Lima, Recife, 25/04/2003.	Homenagem aos heróis - início da Int. regional.	Int.
Visita do Pres.EQUA., Lucio Guitiérrez, Brasília, 27/05/2003.	Bilateral: Transformar Coop. em Int. Int. física e econômica, manifestação de confiança. AS: <b>Consolidação da Zona de Paz e Coop.</b>	Int. , Coop.
Visita do Pres.ARG., Néstor Kirchner, Brasília, 11/06/2003.	Relações comerciais e infraestrutura bilateral para a Int. da AS.	Int.
Declaração conjunta dos Pres.SUR., Rinaldo Venetiaan, e Pres.BR, 22/07/2003.	AS: contato inicial da Int. Bilateral: <b>Coop. no combate ao narcotráfico, compartilhamento de informações (SIVAM).</b>	Int., Coop.
Visita do Pres.GUIA, Bharrat Jagdeo, 30/07/2003.	Bilateral: Coop. na fronteira. AS: Int. – inserção da GUIA no espaço sul-americano.	Int., Coop.
Cerimônia de assinatura do convênio entre BR e PARG., Foz do Iguaçu, 16/08/2003.	Bilateral: questões energéticas. AS: Int. necessidade de vontade política, confiabilidade entre os governantes.	Int.
Declaração Conjunta dos Pres.BR e Pre.CHL, 19/08/2003.	Discutir projetos concretos de Int. da AS. Ênfase na Int. física.	Int.
Abertura da 58ª AGNU, Nova York, 23/09/2003.	Multilateralismo. AS: relações de confiança, sentimento de pertencimento.	Int.

Visita do Pres.PARG., Nicanor Duarte Frutos, Palácio Itamaraty, 14/10/2003.	Int. da AS, principalmente com a Int. física.	Int.
Cerimônia de encerramento do Seminário “Integração da AS: Desafios e Oportunidades”, Buenos Aires, 16/10/2003.	Construção conjunta de uma comunidade sul-americana de nações. Enfoque na Int. física.	Int.
Sessão do Congresso da ARG, Buenos Aires, 16/10/2003.	Bilateral: boa relação e vontade política dos Gov., fortalecimento da aliança estratégica. AS: construir uma comunidade sul-americana de nações.	Par.Estr.
Encontro com Pres. Néstor Kirchner, Buenos Aires, 16/10/2003.	AS: fortalecimento da Int.	Int.

**Ano 2004: Resenha nº94 e 95.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Abertura II Sessão de Trabalho “Desenvolvimento Social”, Cúpula Extraordinária das Américas, Monterrey, México, 13/01/2004.	Desenvolvimento sustentável e fim da exclusão social. Promoção da Int. hemisférica, mais o enforque da Int. e Coop. na AS.	AR.
Reunião de Trabalho sobre Multilateralismo – III Cúpula América Latina e Caribe-União Européia, Guadalajara, México, 28/05/2004.	Reafirmar multilateralismo através da Coop.. PEB - <b>comprometido com a construção da paz e da segurança internacional.</b>	CP
Cerimônia de embarque das tropas militares para missão de paz no Haiti, Base Aérea de Brasília, 31/05/2004.	Reconhecimento da capacidade brasileira de construção da paz. <b>AS – participação conjunta e cooperativa em missões de paz.</b>	CP
Cerimônia de abertura do Fórum de Negócios BR-COL, São Paulo, 22/06/2004.	Bilateral: relações econômicas. AS: Int. com pilares em comércio e infraestrutura para comunidade sul-americana de nações, BR – financiamento da Coop. na AS.	Int., Coop.
Cerimônia de comemoração dos vinte anos de relançamento da Câmara Nacional de Comércio Brasileiro-Boliviana, Santa Cruz de la Sierra, 08/06/2004.	AS: construção de consciência de uma comunidade sul-americana de nações. Necessidade de construção de confiança para Int.	AR.
Cerimônia de Assinatura de Atos BR-BOL, Santa Cruz de la Sierra, 08/07/2004.	Promoção Int. da AS. Bilateral: <b>Coop. em segurança - indispensável para int.: controle de fronteiras, o combate ao narcotráfico e ao contrabando.</b>	Coop. Int.

Discurso na solenidade de inauguração da ponte “Wilson Pinheiro”, em Brasília, Acre, em 11 de agosto de 2004.	Int. e construção de uma comunidade sul-americana através da int. física.	Int.
Saudação na chegada ao Aeroporto Internacional Toussaint Louverture, Porto Príncipe, Haiti, 18/08/2004.	Participação do BR na Minustag- reforço do multilateralismo e a responsabilidade na ONU. <b>AS – Coop. na Minustah.</b>	CP
Congresso Nacional, Santiago, CHL, 23/08/2004.	Bilateral: construção de confiança, fortalecimento da amizade.	Par.Estr
Jantar oferecido pelo Pres.CHL., Ricardo Lagos, Santiago, 23/08/2004.	AS: Int. da AS, comunidade sul-americana de nações, contato entre líderes, Int. comercial e física. Bilateral: <b>Parceria entre BR e CHL na Minustah.</b>	Int.
Jantar oferecido pelo Pres.EQUA., Lucio Gutierrez, Quito, 24/08/2004.	Comunidade sul-americana de nações com espírito de confiança e Int. entre os países – espaço político e econômico.	Int.
Cerimônia de imposição da condecoração da Ordem Nacional do Mérito do EQUA no grau de Grande Colar, Quito, 24/08/2004.	Convocação bilateral para a construção de uma comunidade sul-americana de nações.	AR
Sessão solene extraordinária do Congresso Nacional, Quito, 25/08/2004.	AS: Coop. bilateral para Int., construção da comunidade sul-americana de nações, identidade própria, relações de paz e democráticas.	Coop. Int.
Cerimônia de assinatura de atos e declaração conjunta à imprensa, Quito, 25/08/2004.	Busca por Int. - Comunidade Sul-Americana de Nações.	Int.
59ª AGNU, Nova York, 21/09/2004.	Multilateralismo. Construção da comunidade sul-americana de nações.	CP
Abertura da Conferência Internacional sobre Democracia na América Latina, Brasília, 02/12/2004.	AS: Vontade política para Int., confiança mútua e complementariedade política, construção de comunidade sul-americana de nações, reconstrução das relações, não mais voltadas para os EUA e Europa.	Int., Coop.
III Reunião de Pres. da AS, anúncio da Rodovia Interoceânica, Cuzco, 08/12/2004.	Comunidade sul-americana de nações não mais retórica. Superação de desconfianças do passado, amadurecimento das relações interestatais.	AR

#### Ano 2005: Resenha nº96 e 97.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Encontro Empresarial BR-VENZ, Caracas, 14/02/2005.	Coop. empresarial bilateral. Forjar aliança estratégica. AS – Int. Refere-se a criação CASA.	Par.Estr.
Cerimônia de assinatura de atos de Coop. entre BR e VENZ, 14/02/2005.	Aliança estratégica bilateral - decisão política e empresarial – baseada em: diálogo político, ampliação de comércio e serviços e Int. em infraestrutura. Coop: <b>realização de exercícios militares conjuntos, combate ao</b>	Par.Estr.

	<b>narcotráfico, crime organizado, terrorismo e proteger a fronteira comum.</b> AS - Reafirmação da confiança, comunidade sul- americana de nações.	
Cerimônia de entrega das chaves da cidade de Georgetown, GUIA, 15/02/2005.	Avanço bilateral para AS coesa.	Int.
Almoço oferecido pelo Pres.GUIA, 15/02/2005.	Int. física sul-americana – necessidade de vontade política.	Int.
Sessão especial da Assembleia Nacional da GUIA, 15/02/2005.	Democracia e multilateralismo. AS – Int.: física, econômica, cultural, social, política. Comunidade sul-americana de nações – construção de futuro comum, paz e prosperidade.	Int.
Encontro com a comunidade brasileira, Georgetown, 15/02/2005.	Conexão em infraestrutura e empregos bilateral. AS - consolidação da comunidade sul-americana de nações.	Int.
Declaração Conjunta à Imprensa, Georgetown, 15/02/2005.	Contatos pessoais entre Chefes de Estado – fortalecer relações, gestos de amizade. Coop. bilateral – saúde, educação, comércio, infraestrutura.	Coop.
Cerimônia de assinatura de atos por ocasião da Visita de Estado do Pres.URU, Tabaré Vásquez, 01/04/2005.	AS - Tabaré Vásquez – renovação política. Criação da comunidade sul-americana de nações, Int. pela infraestrutura. Fomento da aliança estratégica. Promoção da Int. fronteiriça.	Par.Estr.
Mensagem ao Pres.COL, Álvaro Uribe, 04/02/2005.	Promoção dos laços de amizade e Coop. entre os países.	Par.Estr.
Cerimônia de início das obras da Rodovia Interoceânica, Puerto Maldonado, 08/09/2005.	AS: Rodovia faz parte da Int. Importância estratégica: sinônimo de confiança, amizade e Coop. Início de um destino comum.	Int., AR.
Sessão de abertura da Reunião de Alto Nível da AGNU, Nova York, 14/09/2005.	Busca de alcançar as Metas do Milênio.	CP.
Reunião de Cúpula do CSNU, Nova York, 14/09/2005.	Ênfase: participação brasileira na <b>Minustah</b> . Reforma do CSNU.	CP.
Reunião de Alto Nível da AGNU, em Nova York, 15/09/2005.	Busca de alcançar as Metas do Milênio. Reforço do multilateralismo.	CP.
Abertura da Primeira Reunião de Chefes de Estado da CASA, Palácio Itamaraty, 29/09/2005.	CASA: voluntarismo, construção política e jurídica. AS: Convivência pacífica e tolerância, região de paz, resolver disputas por instrumentos de negociação política, destino comum, reforço de identidade coletiva, aprofundar o diálogo político. <b>Enfrentar novas ameaças à segurança coletiva. Presença no Haiti: capacidade de construção da paz e segurança.</b> Necessidade de Coop. de fronteira.	AR.

Encerramento da Reunião de Chefes de Estado da CASA, Palácio Itamaraty, 30/09/2005.	CASA: comunidade respeitando diferenças culturais, assimetrias e dificuldades regionais. <b>processo de maturação, de aprendizado.</b>	AR.
Segunda Sessão da IV Cúpula das Américas, Mar del Plata, 05/11/2005.	Desenvolvimento americano e brasileiro. BR volta-se para o seu continente, não mais para os EUA e UE.	AR.
Cerimônia de assinatura de Atos e Declaração à Imprensa, Puerto Iguazú, 30/11/2005.	Int. BR-ARG. <b>Programas nucleares – aprofundamento de relações de amizade e confiança. Coop. pacífica e diálogo transparente. Desenvolvimento de um satélite brasileiro-argentino. Realização de exercícios militares conjuntos e coordenação em participação de PKO (Haiti).</b> AS - Construção de um espaço continental de paz, estabilidade e prosperidade.	Par.Estr., Int.

#### Ano 2006: Resenha nº98 e 99.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Inauguração da Ponte de Int. entre BR e PER, Assis Brasil, 21/01/2006.	Início de uma Aliança Estratégica. Temas: comercial, infraestrutura, <b>acesso às informações do SIVAM/SIPAM.</b> CASA – Int. da AS.	Par.Estr., Int.
Visita do Pres.URU., Tabaré Vázquez, Brasília, 16/03/2006.	Agendas bilaterais, regional e internacional. <b>Coop: Transferência de helicóptero para o URU – modernizar Forças Armadas.</b> AS: Relação bilateral para Int.	Par.Estr., Int.
Cerimônia de assinatura de atos por ocasião da visita de Estado da Pres.CHL, Michelle Bachelet, Brasília, 11/04/2006.	Relações bilaterais harmoniosas e inovadoras - novas formas de Coop. AS: aprofundamento da Int. – construção de estabilidade, CASA, construção de futuro comum. <b>Ação conjunta no Haiti.</b>	Par.Estr.
Posse do Pres.PER, Alan García, Lima, 28/07/2006.	AS: superação de obstáculos à Int., confiança. Int. para projeção internacional. Consolidação da CASA –ambiente de diálogo e Coop. Par.Estr.	Int., Par.Estr.
Abertura do debate geral da LXI AGNU, Nova York, 19/09/2006.	Promoção da igualdade social – pilar da paz internacional. AS - prioridade da PEB, fortalecimento da CASA.	CP.
Cerimônia de assinatura de atos com o Pres.PER, Alan García, Palácio do Planalto, Brasília, 09/11/2006.	Coop. bilateral: <b>incluindo área de defesa – acesso ao SIVAM/SIPAM. Coop. no Haiti.</b> AS: Consolidação da CASA, Futuro comum.	Int.
Inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco, VENZ, Ciudad Guayana,13/11/2006.	Semelhança entre os povos. AS: Int. sul-americana político, esperança para o futuro comum.	Int.

Cerimônia de abertura da II Reunião de Chefes de Estado e de Governo da CASA, Cochabamba, BOL, 08/12/2006.	Construção de um destino comum. <b>Fomentar cadeias produtivas em áreas estratégicas: indústria aeronáutica, construção naval e de uso militar.</b>	AR.
Encerramento da II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CASA, Cochabamba, BOL, 09/12/2006.	Expressão de divergências, convergências entre países da CASA. Int. para o desenvolvimento.	AR
II Reunião dos Chefes de Estado e de Governo da CASA, Cochabamba, BOL, 09/12/2006.	Resolução de contenciosos – promoção de confiança e amizade.	AR.

**Ano 2007: Resenha nº 100 e 101.**

<b>DISCUSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Visita à sede do Pres.BOL, Evo Morales, Brasília, 15/02/2007.	Bilateral: Potencial de iniciativas comuns, promoção do diálogo, parceria estratégica. AS: Fortalecimento da CASA.	Par.Estr.
Assinatura de Atos entre BR e URU, na Estância Presidencial de Anchorena no URU, 26/02/2007.	AS: Acordos para construção de um futuro comum, desafio da Int. é econômico e compreensões políticas. BR: não têm pretensões hegemônicas com vizinhos.	Par.Estr.
Palavras aos alunos do Liceu “República del Brasil”, Santiago, 26/04/2007.	Compartilhamento de valores. Coop. na educação.	Coop.
Visita à sede da representação da FAO para a AL e o Caribe, Santiago, 26/04/2007.	Combate à fome – objetivos de Metas do Milênio da ONU – <b>garantir segurança no mundo.</b>	CP.
Cerimônia de Assinatura de Atos com o Gov. CHL, Palácio de la Moneda, 26/04/2007.	AS: Sócios na construção livre e democrática, futuro comum. Bilateral: Compartilhamento de ideias e prioridades, Reforço de parceria. <b>Trabalho bilateral no Haiti.</b>	Par.Estr.
Assinatura de Atos e imposição de condecorações entre o Gov.BR. e Gov.PARG, Assunção, 21/05/2007.	Promoção da amizade e confiança bilateral. AS: Int. - flexibilização das relações.	Par.Estr.
Assinatura de atos entre o Gov.BR e Gov.PARG., Assunção, 21/05/2007.	Promoção do comércio entre os dois países.	Par.Estr.
Abertura de Seminário sobre Biocombustíveis, Assunção, 21/05/2007.	Introdução do PARG no mercado de biocombustíveis. AS: Int. em energia.	Parc.Estr.
Abertura do Debate-Geral da LXII AGNU, Nova York, 25/09/2007.	Mudanças climáticas. Contribuição para a int. sul-americana.	CP.

## Ano 2008: Resenha nº 102 e 103.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Sessão solene no Congresso da ARG. Buenos Aires, 22/02/2008.	Bilateral: alcance do mesmo objetivo, reforço da aliança estratégica. <b>Coop. espacial e Coop. pacífica nuclear.</b> AS: Construção comum da União Sul-Americana.	Par.Estr., Int.
Cerimônia de declaração de visitante ilustre da cidade de Buenos Aires pelo Chefe de Governo da cidade de Buenos Aires. Buenos Aires, 22/02/2008.	Bilateral: Relação exemplo de Int. e maturidade política, aliança estratégica.	Par.Estr.
Almoço oferecido pela Pres.ARG., Cristina Fernández de Kirchner, Buenos Aires, 22/02/2008.	AS: Aliança estratégica fundamental para a Int. da AS. Bilateral: <b>Projetos espaciais, nucleares e de Coop. em defesa</b> – para construção de uma região integrada.	Par.Estr., Int.
Abertura do Seminário Empresarial BRA-PER. Lima, 17/05/2008.	Coop. empresarial para parceria estratégica em construção. AS: compromisso de Int.	Par.Estr., Int.
Reunião Extraordinária de Chefes de Estado e de Governo Unasul. Brasília, 23/05/2008.	Assinatura do Tratado Constitutivo da Unasul. Destino comum, confiança, justiça social, democracia e paz. AS como região de paz, com status de ator global. <b>Desenvolvimento em setores estratégicos como indústria aeronáutica, construção naval. Aprofundamento da identidade sul-americana no campo da defesa: construção de paz, Minustah, valores e princípios comuns, respeito à soberania e à integridade territorial – ideia constituir o CDS.</b>	AR.
Cerimônia de abertura do Encontro Empresarial BR-ARG, com a Pres.ARG, Cristina Fernández de Kirchner, Buenos Aires, 04/08/2008.	Bilateral: encontro empresarial, <b>acordos de Coop. em defesa.</b> AS: BR e ARG líderes regionais, aliança estratégica para criar espaço unido, capaz de projetar-se internacionalmente, sentimento de pertencimento ao continente.	Par.Estr.
Almoço em homenagem à Pres.ARG, Cristina Kirchner, Brasília, 08/09/2008.	AS: Construção de uma união sul-americana baseada na solidariedade e na soberania, Mercosul. Bilateral: Amizade e aliança estratégica, <b>garantir a segurança energética, Coop. nuclear, progressos na Coop. espacial, nuclear e de defesa – satélite conjunto Sabiá-Mar e indústrias de defesa.</b>	Par.Estr.
Abertura do debate geral da 63ª AGNU, Nova Iorque, 23/09/2008.	Superação da crise econômica. Destaque: criação da Unasul, <b>incluindo articulação em defesa. Minustah, segurança coletiva.</b>	CP

Cerimônia de lançamento da END, Brasília, 18/12/2008.	<b>AS: Aprovação do CDS como espaço de Int. pacífica e soberana, Coop. militar regional e Int. da BID, CDS ferramenta para garantir a soberania da AS.</b>	AR.
---	--	-----

**Ano 2009: Resenha nº 104 e 105.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Assinatura de atos com Pres.VENZ, Hugo Chávez. Maracaibo, 16/01/2009.	Bilateral: ampliar o contato entre os Pres., ampliar competência, necessidade de equilíbrio, busca por maior autonomia com relação aos EUA, sentimento de amizade e solidariedade. AS: sonho de uma AS integrada é compartilhado.	Int.
Assinatura de atos, por ocasião da visita do Pres.COL, Álvaro Uribe, Brasília, 17/02/2009.	Bilateral: ampliar áreas de Coop. e solidariedade, mudar comportamento. AS: necessidade de atuação conjunta da AS, Unasul e CDS, BR não tem visão de hegemonia para AS, mas parceria solidária, confiança, respeito e companheirismo.	Coop.
Visita do Pres.URU, Tabaré Vázquez. Brasília, 10/03/2009.	Bilateral: país irmão, compartilhar sonhos e esperanças, necessidade de coesão e solidariedade, futuro e interesses comuns, ampliar processo de Int.	Int., Coop.
Primeira Sessão da Cúpula de Líderes Progressistas. Viña del Mar, 28/03/2009.	Ampliar articulações sem perder a soberania. AS: região solidária, <b>democracia para garantir a segurança coletiva.</b>	AR.
Sessão de encerramento do Seminário Empresarial BR-CHL, São Paulo, 30/07/2009.	Bilateral: fortalecer aliança. AS: acelerar a Int. pela Unasul, baseada em valores compartilhados e busca de soluções para as sociedades.	Int.
Cerimônia de abertura da 3ª Reunião Ordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da Unasul, Quito, 10/08/2009.	<b>Chamada para reunião de Ministros da Defesa. Resolução de conflitos pelo diálogo. Preocupação com a IV Frota dos EUA por conta do pré-sal. Necessidade de relações amistosas, aumento do grau de confiança e sinceridade.</b>	AR.
Cerimônia de assinatura de acordo de Coop. em TV Digital entre BR e ARG, Bariloche, 28/08/2009.	Bilateral: Componente tecnológico para parceria, padrão tecnológico comum. AS: frutos para a Int.	Par.Estr.
Debate Geral da 64ª Sessão da AGNU, Nova York, 23/09/2009.	Ameaças: crise econômica, ausência de governança mundial estável e mudança climática. AS: Multipolaridade, Int. regional pela Unasul.	CP.

Sessão de encerramento do seminário empresarial “Brasil-Colômbia: Novas Fronteiras para as Relações Econômico -Comerciais ”, São Paulo, 19/10/2009.	Bilateral: Int. empresarial, <b>Coop. industrial de defesa e combate ao narcotráfico</b> . AS: parceria fundamental para futuro da AS, Int. com consolidação de zona de paz e democracia, fortalecimento da Unasul - confiança, diálogo aberto e transparente, <b>BID regional</b> .	Par.Estr., Coop.
Cerimônia de inauguração do Consulado-Geral do BR e do escritório da Caixa Econômica Federal em Caracas, Caracas, 29/10/2009.	AS: consciência coletiva de problemas resolvidos pela confiança, BR está assumindo responsabilidade, quer liderança, mas não hegemonia.	Int.
Visita da Pres.ARG, Cristina Kirchner, Palácio Itamaraty, 18/11/2009.	Bilateral: defesa interesses nacionais, destino comum, respostas para crise econômica. AS: nova visão de Int., revigorar Mercosul e consolidar Unasul, Int. estável, justa e soberana.	Int.
Assinatura de atos, por ocasião da visita oficial ao PER, Lima, 11/12/2009.	Bilateral: superação de desconfianças históricas, <b>exemplos na temática de defesa. AS: CDS e Conselho de Combate ao Narcotráfico</b> , fortalecimento da Unasul com participação presidencial.	Int.

#### Ano 2010: Resenha nº 106 e 107.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Cerimônia de honras fúnebres aos militares na Missão de Paz no Haiti, Brasília, 21/01/2010.	Terremoto do Haiti. Vocação pacífica e solidária do BR. <b>Minustah criou confiança mútua.</b>	CP.
Cerimônia de formatura das tropas brasileiras Minustah, Porto Príncipe, 25/02/2010.	Tropas reconhecidas por estabelecerem laços de confiança e solidariedade.	CP.
Visita do Pres.CHL, Sebastián Piñera, Brasília, 09/04/2010.	Bilateral: fortalecer amizade, aliança renovada. AS: Int. para inserção internacional, Unasul, aprofundar identidade sul-americana.	Par.Estr., Int.
Encerramento do seminário empresarial “Brasil-Paraguai: Perspectivas de Comércio e Investimentos na Fronteira ”, Ponta Porá, 03/05/2010.	Bilateral: <b>Coop. contra ilícitos transnacionais</b> . AS: Int. da AS pela Int. bilateral, interesse de estabilidade entre vizinhos.	Int.
Abertura da reunião do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da Unasul, Buenos Aires, 04/05/2010.	União da Unasul na crise econômica. Votação do BR para a Presidência de Kirchner.	AR.
Encontro com o Pres.URU, José Mujica, Montevidéu, 04/05/2010.	Bilateral: comissão para discutir assuntos estratégicos de política e Int. AS: papel de responsabilidade do BR, Mercosul e Unasul.	Int.

Cerimônia de assinatura de atos em conjunto com o Pres.PER, Alan García, Manaus, 16/06/2010.	AS: reforço das relações, discutir problemas regionais e de desenvolvimento, inauguração Unila. Bilateral: Int.	Int.
Encontro com o Pres.URU, José Mujica, Rivera, 30/07/2010.	Bilateral: prioridade mutua entre BR e URU, fronteira com amizade, Int. das comunidades, <b>acordo de Coop. em defesa</b> . AS: Mercosul, <b>Unasul, aprofundar visão comum de defesa e segurança</b> .	Int., Coop.
Visita às obras de terraplanagem da subestação de Villa Hayes da linha de transmissão de Itaipu, Villa Hayes, 30/07/2010.	Obra não finalizada por causa de desconfianças. Laços de amizade e Coop. Agenda de Coop. bilateral.	Coop.
Cerimônia de anúncio de atos assinados em conjunto com o Pres.VENZ, Hugo Chávez, Caracas, 06/08/2010.	Assinatura de acordos bilaterais. Confiança entre BR e VENZ. Desvincular-se do Norte, ampliar relações Sul-Sul.	Coop.
Almoço oferecido ao Pres.COL, Juan Manuel Santos, Palácio Itamaraty, 01/09/2010.	Bilateral: aprofundar o clima de parceria e Coop., fronteira comum - atenção prioritária, <b>Coop. em defesa na pesquisa e desenvolvimento da indústria aeronáutica, naval e terrestre</b> . AS: ampliar Int., <b>CDS e Conselho de Combate ao Narcotráfico mecanismos de Coop.</b> , AS como comunidade de nações, necessidade de projeto comum.	Coop.

## APÊNDICE B

Discursos Proferidos pelo Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim (2003-2010).

### Ano 2003: Resenha nº 92 e 93.

DISCUSOS	OBJETIVO	OBJ
Sessão Solene no Centro Paraguaio de Estudos Internacionais, Assunção, 07/04/2003.	AS: visão compartilhada do processo de Int. para construção da estabilidade regional.	CP, Int.
XXXIII AG-OEA, Santiago, 09/06/2003.	Hemisfério: Promoção do desenvolvimento sustentável, democracia, <b>da paz e segurança da região</b> . Ênfase no comércio.	AR.
Cerimônia de posse do Subsecretário-Geral da AS e de Diretores-Gerais de Departamentos, Palácio Itamaraty, 21/07/2003.	AS - prioridade da PEB.	AR.
Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional na Câmara dos Deputados, 30/07/2003.	AS: Acidente aéreo francês – questionamento de presença de elementos das FARC-EP, porém negada.	CP.

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, 07/08/2003.	AS – Int. é objetivo da PEB, demonstração de liderança regional, ênfase na infraestrutura física, conectar regiões norte e sul da AS.	Int.
Debate Geral da Conferência Especial de Segurança, OEA, México, 28/10/2003.	Hemisfério: Fortalecimento dos mecanismos de defesa coletivo, promoção de medidas de confiança mútua e transparência, TIAR deve ser revisado. AS: <b>Reconhecimento de sub-regiões de defesa. Reunião dos Ministros de Defesa da AS, estabelecimento de Grupos de Trabalho de Defesa.</b>	AR.

#### Ano 2004: Resenha nº 94 e 95.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional do Senado, 18/02/2004.	Histórico das negociações sobre a ALCA para o senado federal.	AR.
Audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, 06/04/2004.	Exposição sobre o estado de negociação da ALCA.	AR.
Audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, 12/05/2004.	<b>Participação do BR na missão do Haiti, forma de mostrar a responsabilidade brasileira com assuntos da ONU. Haiti pertence a mesma região do Brasil – estabilidade regional.</b>	CP.
34ª AG-OEA, em Quito, 07/06/2004.	OEA: promoção do desenvolvimento social e do combate à corrupção, reconhecimento da OEA na resolução da questão venezuelana.	AR.
Cerimônia de abertura da Primeira Oficina de Trabalho das Comissões Nacionais Permanentes dos Países Membros da OTCA, Brasília, 01/07/2004.	Tratado como marco da Coop. e Int. entre os países. Instrumento de aproximação entre os países.	Int., Coop.
Sessão do CSNU sobre Aspectos Cíveis da Gestão de Conflitos e a Construção da Paz, Nova York, 22/09/2004.	<b>Liderança do BR na Minustah em Coop. com sul-americanos.</b>	CP, Coop.
Cerimônia Comemorativa do Dia da Amizade entre BR e ARG, Palácio Itamaraty, 30/11/2004.	AS: criação de uma comunidade sul-americana de nações, com acordos comerciais e infraestrutura - Papel das relações BR-ARG no processo.	Int.

#### Ano 2005: Resenha nº96 e 97.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Inauguração da Sede da Secretaria Permanente da OTCA, Brasília, 11/01/2005.	Firmação do Tratado de Coop. AS: Int., consolidação da Comunidade Sul-Americana de Nações, <b>projetos que envolvem segurança e defesa.</b>	Int., Coop., AR.

Reunião Especial do CSNU sobre o Haiti, Nova York, 12/01/2005.	<b>Refletir sobre as ações da Minustah, promoção de diálogo político, ações de segurança – papel do BR. AS: destino do Haiti inseparável dos vizinhos – segurança regional.</b>	CP.
XXXV AG-OEA: “Tornando realidade os benefícios da Democracia”, Fort Lauderdale, 06/06/2005.	Hemisfério: promoção da democracia, <b>atuação do BR na Minustah.</b> AS: Comunidade Sul Americana de Nações com valores democráticos.	AR.
Discurso na Reunião Especial do CSNU sobre o Haiti, Nova York, 12/01/2005.	Criação de confiança, principalmente entre BR e ARG. Destino do Haiti inseparável do destino dos vizinhos.	CP.
AGNU: “Questão da Representação Equitativa e Aumento da Composição do CSNU e temas correlatos: Apresentação do Projeto de Resolução A/59/L.64”, ONU, 11/07/2005.	Necessidade de reforma do CSNU – participação equitativa. Impulso ao multilateralismo.	CP.
Abertura do debate geral da 60ª Sessão da AGNU, Nova York, 17/09/2005.	Necessidade de fortalecimento da AGNU. Novos conceitos: <b>segurança humana e responsabilidade de proteger. Luta contra o terrorismo – maior Coop.</b> AS: BR compromete reforçar aliança estratégica com AS (ARG), objetivo de construir estabilidade política – CASA. <b>Participação do BR na Minustah.</b>	CP.
Reunião Ministerial do CSNU, Nova York, 31/10/2005.	Questões de Oriente Médio.	CP.

#### Ano 2006: Resenha nº 98 e 99.

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
XXXVI AG-OEA, São Domingos, 05/05/2006.	Enfatizar desigualdades e assimetrias entre os países. <b>Participação no Haiti.</b>	AR.
Audiência Pública da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, sobre as relações BR-BOL, Brasília, 09/05/2006.	BOL é um parceiro estratégico para o Brasil. Resolução de disputas pelo diálogo.	CP.
Sessão de abertura da Reunião Internacional de Alto Nível sobre o Haiti, Brasília, 23/05/2006.	BR: responsabilidade perante a ONU. Sentimento de solidariedade regional e afinidades com países da região. <b>AS: Países unidos na Minustah.</b>	CP.
Conferência de imprensa conjunta com o Ministro das Relações Exteriores do PARAG, Embaixador Rúben Ramíres, Assunção, 23/11/2006.	Bilateral: fortalecimento das relações, superação de rivalidades, relações estratégicas.	Par.Estr.

III Reunião de Chanceleres da CASA, Santiago, 24/11/2006.	AS: Relatar avanços da CASA, pretensão de chegar em uma união sul-americana – união dos povos. Necessidade de personalidade política, consciência de AS.	AR.
---	--	-----

**Ano 2007: Resenha nº100 e 101.**

<b>DISCUSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Abertura do Seminário de Alto Nível sobre Operações de Manutenção da Paz, Brasília, 05/02/2007.	<b>Mostrar avanços na Minustah e na forma de desenvolvimento da missão.</b>	CP.

**Ano 2008: Resenha nº 102 e 103 – não há.**

**Ano 2009: Resenha nº 104 e 105.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
CSNU, Nova York , 25/09/2009.	Resolver a questão do Presidente Zelaya (Honduras), abrigado na Embaixada brasileira.	CP.

**Ano 2010: Resenha nº 106 e 107.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Intervenção na Conferência Ministerial Preparatória sobre o Haiti - Montreal, 25/01/2010.	Financiamento para reconstrução do Haiti. BR: inserção regional – condição de estabilidade do Haiti.	CP.
Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos sobre o Haiti - Genebra , 27/01/2010.	Respeito aos Direitos Humanos e apoio na reconstrução do Haiti.	CP.
“Ciclo de Palestras ” na Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE-PR), Brasília, 25/02/2010.	AS: criação da Unasul foi lenta e gradual, baseada em ações concretas de Int., AS articulada, entrosada política e economicamente – prioridade da PEB.	Int.
Reunião Extraordinária da Comissão Interina de Reconstrução do Haiti, Nova York, 20/09/2010.	<b>Assistência humanitária ao Haiti. AS: Unasul – Coop. com Gov. haitiano.</b>	Coop.
Abertura do Debate Geral da 65ª Sessão AGNU, Nova York, 23/09/2010.	Papel do governo Lula nas mudanças do BR. Ampliação da ajuda humanitária e CSS. AS: Int., <b>Unasul objetivo de consolidar uma zona de paz.</b>	CP.

Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do CSNU, Nova York, 23/09/2010.	Paz deve estar conectada ao desenvolvimento – exemplo <b>Minustah</b> .	CP.
Debate Temático do CSNU sobre Contra –Terrorismo, Nova York, 27/09/2010.	BR condena todas as formas de terrorismo. Combate por meios multilaterais. Coop. e intercâmbio de informações são essenciais.	CP.

### APÊNDICE C

Discursos Presidenciais de Dilma Rousseff

#### Ano 2011: Resenha nº 108 e 109.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Abertura do debate geral da 66ª AGNU, Nova York, 21/09/2011.	Superação da crise econômica. Responsabilidade ao proteger. AS:BR como vetor de paz na região.	CP.

#### Ano 2012: Resenha nº 110 e 111.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Cerimônia de apresentação do contingente brasileiro da Missão da ONU para a Estabilização do Hait, Porto Príncipe, 01/02/2012.	Compromisso de amizade do BR com o Haiti. Parceria de Coop. para estabilidade.	CP, Coop.
Abertura da 67ª AGNU, Nova York, 25/09/2012, p.43.	Solução para a crise econômica. AS: Mercosul e Unasul na construção de uma região pacífica.	CP.

#### Ano 2013: Resenha nº112 e 113.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Abertura do Debate Geral da 68ª AGNU, Nova York, 24/09/2013.	Repúdio ao terrorismo. Espionagem eletrônica. Busca de solução para crise econômica mundial.	CP.

#### Ano 2014: Resenha nº114 e 115.

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
-----------	----------	-----

Abertura do Debate de Alto Nível da 69ª AGNU, Nova York, 24/09/2014.	Avanços socioeconômicos do Gov.BR. Resposta à crise econômica mundial. <b>Uso da força sendo incapaz de eliminar causas de conflitos.</b> AS: avanços na Int. pelo Mercosul, Unasul e CELAC. Contra espionagem digital.	CP.
Cúpula Extraordinária da Unasul, Quito, 05/12/2014.	Unasul símbolo da Int. e Coop. AS exemplo de paz e união. Responsabilidade do BR para com a região, por meio da Coop. Entendimento estratégico da Unasul. Países com diferentes visões de mundo. Convergências sul-americanas.	AR.

**Ano 2015: Resenha nº116 e 117 – não há.**

**Ano 2016: Resenha nº118 – não há.**

#### **APÊNDICE D**

Discursos Ministro das Relações Exteriores – Antonio Patriota.

**Ano 2011: Resenha nº 108 e 109.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Debate aberto de alto nível do CSNU sobre a interdependência entre segurança e desenvolvimento , Nova York, 11/02/2011.	Interdependência entre paz, segurança e desenvolvimento. Estratégia para a paz não apenas militar. Minustah representou conexão entre BR e AS.	CP.
Cerimônia comemorativa dos 20 anos da ABACC, Buenos Aires, 08/07/2011.	Bilateral: Aniversário da ABACC, transparência, diálogo, confiança e Coop. são base do processo de Int. e aproximação, a qual foi fundamental para Mercosul e Unasul. AS: <b>Unasul consolida zona de paz.</b>	Coop., CP.
Debate sobre diplomacia preventiva do CSNU, Nova York, 22/09/2011.	Instrumentos diplomáticos hábeis de promover a paz. AS: Unasul estaria consolidando zona de paz, Coop. e democracia.	CP.

**Ano 2012: Resenha nº 110 e 111.**

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Pronunciamento sobre a situação no PARG, Rio de Janeiro, 21/06/2012.	AS: Reunião da Unasul sobre desdobramentos políticos entre policiais e camponeses no PARG, envio de missão de Chanceleres da Unasul.	AR, CP.
Ato de Inauguração do Centro de Estudos sobre a Democracia, Lima, 06/08/2012.	AS: A democracia é um pressuposto da Int., construção de uma multipolaridade cooperativa, Mercosul e Unasul, exemplo com atmosfera de Int. e paz, <b>participação conjunta na Minustah.</b>	AR.

Seminário “Brasil-Chile: Novos Horizontes - Amizade sem Limites”, 08/10/2012.	Bilateral: futuro das relações, Coop., amizade e confluência entre convergências e divergências geram Coop., confiança mútua. AS: Int. pela Unasul, enfrentar desafios comuns.	Par.Estr.
Declaração à imprensa após encontro com a Chanceler da COL, María Ángela Holguín, Bogotá, 05/11/2012.	Bilateral: ampla agenda, Coop AS: <b>Int. - necessário pacificação da COL.</b>	Coop., Int.

#### Ano 2013: Resenha nº112 e 113.

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
VII Reunião Ministerial da ZOPACAS, Montevideú, 15/01/2013.	Compromisso dos países com a identidade sul-atlântica. Consolidação do Atl.S. como zona de paz, diálogo e Coop. Preservar o Atl.S. de armas nucleares e de destruição em massa. Construção de confiança mútua. Laços culturais. AS: avanços na Int., troca de experiências e boas práticas de interesse mútuo.	Coop.
XLIII AG-OEA, Antigua, Guatemala, 06/06/2013.	AS: aumento do diálogo entre os países por meio de mecanismos de Int. ou concertação, <b>Coop. no combate às drogas na Unasul.</b> OEA: combate às drogas, necessidade de reforma, <b>BR à disposição do Gov.COL para resolução da questão com as FARC,</b> avanço nos objetivos que unem os países.	AR, Coop.
Audiência na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, Brasília, 20/06/2013.	Contraposição à suposta paralisia do Mercosul. Mercosul como iniciativa mais bem-sucedida de Int. na AS. Preocupação com Aliança do Pacífico, contraposição com a Unasul. Papel da Unasul como projeto audacioso de espaço regional.	AR, Int.
Sessão da III Comissão da 68ª AGNU, sobre a Resolução “Direito à Privacidade na Era Digital”, 26/11/2013.	Considerar violação de direitos humanos a espionagem digital.	CP.

#### Ano 2014: Resenha nº114 e 115.

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>OBJ</b>
Debate aberto do CSNU Sobre o tema “War, its lessons, and the search for a permanent peace”, Nova York, 29/01/2014.	Coop. e multilateralismo como pilares da paz estável. Importância do CSNU na construção da paz multipolar. Prioridade na prevenção de conflitos, antecipar potenciais ameaças à paz.	CP.

Assunção da Presidência da Comissão de Consolidação da Paz da ONU, Nova York, 29/01/2014.	Confiança depositada no BR na responsabilidade de construção da paz.	CP.
Audiência Pública na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, 06/02/2014.	PEB como instrumento do desenvolvimento nacional. Reordenamento multipolar. Contexto global. AS: compromisso com a Int. no Mercosul, o qual é instrumento da estabilidade política regional. BR: multilateralismo é a base da ação de PEB, <b>inclusive em temas de segurança (Coop. multilateral), Minustah</b> e imigração haitiana para o Brasil. OEA. Relação BR-ARG. Aliança do Pacífico. “ <i>Soft power</i> ” versus “ <i>political power</i> ”.	AR, Coop., CP.
XLI V AG-OEA, Assunção, 04/06/2014.	Coop. para o desenvolvimento e para a paz. Consolidar uma nova visão estratégica da OEA.	AR.

#### Ano 2015: Resenha nº116 e 117 – Ministro Mauro Luiz Iecker Vieira

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
Reunião da Comissão de Assuntos Políticos do PARLATINO, Brasília, 19/08/2015.	Importância dos foros multilaterais para a Int. regional. Papel do BR na Int. regional. PEB: aprofundamento das relações Coop. com AS. Mercosul, Unasul e CELAC. Unasul como espaço político e paz, <b>Coop.em setores estratégicos como a defesa, resolução de controvérsias. CDS para consolidação da confiança, e criação de identidade comum em matéria de defesa, iniciativas - ESUDE.</b>	Int., AR.
Debate aberto no CSNU: “Solução de Conflitos no Oriente Médio e Norte da África e Combate à Ameaça Terrorista na Região”, Nova York, 30/09/2015.	Papel do BR na conexão entre diplomacia e esforços para CP.	CP.
Solenidade em homenagem ao aniversário de 70 anos da ONU, Brasília, 29/10/2015.	Foro multilateral para governança global. Resistência para avanços no campo da paz e segurança. Defesa do multilateralismo.	CP.

#### Ano 2016: Resenha nº118

DISCURSOS	OBJETIVO	OBJ
-----------	----------	-----

Reunião de Chanceleres da Unasul, Quito, 28/01/2016.	Int. para superação da crise econômica. Reforço da solução pacífica de controvérsias. <b>Paz e estabilidade na AS.</b> Papel da Unasul nas eleições da VENZ. <b>ESUDE liderada por BR.</b> BR apoia processo de paz da COL - benéfico para região.	AR.
Abertura do XIV Curso para Diplomatas Sul-Americanos, Brasília, 06/04/2016.	Oportunidade de aproximação dos países, maior conhecimento mútuo, caráter estratégico da Int. para o BR, o qual tem vocação para promoção da paz e diálogo na AS. Região de paz e livre de armas de destruição em massa. <b>Busca por objetivos comuns, como a Coop. em defesa a partir de laços políticos.</b> Foros regionais próprios complementares à OEA, como Mercosul, Unasul e CELAC.	Coop., AR.

#### APÊNDICE E

Discursos Ministros da Defesa

**Governo Lula: Nelson Jobim (2007-2011).**

DISCURSOS	OBJETIVO
Divulgação Especial no Parlamento do Mercosul, 16/09/2008.	Estratégia de desenvolvimento e de defesa devem estar ligadas na AS. Apresentação da proposta do Conselho de Defesa da AS no Parlamento do Mercosul. Capacitação tecnológica é vital para a região – compartilhar investimentos – base industrial de defesa sul-americana. CDS – promoção de confiança e transparência.
Apresentação sobre a END à embaixadores da América Latina e Caribe, Embaixada do Chile, 17/02/2009.	Diretriz de integração da AS – Coop. militar regional e Int. de bases industriais de defesa. Construção da unidade sul-americana – CDS para prevenção de conflitos e fomento da Coop. militar regional.
Sessão Plenária da IX Conferência de Min.D das Américas, Santa Cruz de la Sierra, 22/11/2010.	Manutenção de relações amistosas e cooperativas com vizinhos. Contra as propostas dos EUA para a segurança das Américas. JID – necessidade de esclarecer diferença entre segurança e defesa. Necessidade de fortalecer instituições de defesa hemisféricas para segurança. Defende aproximação entre sub-regiões. Construção de identidade comum em defesa pelo CDS. Minustah. Relações cooperativas com América do Norte e Caribe.

**Governo Dilma**

Celso Amorim (2011-2014)

DISCURSO	OBJETIVO
----------	----------

Notas taquigráficas da audiência Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Brasília, 26/04/2012.	Discutir situação das FFAA. <b>AS:</b> fortalecer tendência de Coop., aumento dos níveis de confiança com vizinhos, Unasul e CDS, zona de paz e segurança, contato entre líderes, Coop. para projeção internacional do BR, criação de uma base industrial de defesa, projeto Amazul (empresa de formação de engenheiros nucleares).
Notas taquigráficas da audiência 14ª Reunião Extraordinária da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Brasília, 09/05/2013.	Inserção internacional do BR - acompanhada da política de defesa. Entorno regional pacífico. Renascimento da indústria de defesa em setores estratégicos. <b>AS:</b> considerada uma área de segurança (Deutsch), contribuição com o Haiti, Unasul (doutrina de defesa sul-americana, unidade sul-americana), ABC – responsável pela Coop. em defesa na AS.
Aula Magna no Curso Superior de Defesa da ESG, Rio de Janeiro, 11/03/2013.	Aquisições com os setores estratégicos. Investimento na indústria de defesa. Política de Coop. no entorno estratégico. <b>AS:</b> CDS para a Coop., criação de confiança, transparência, operações de manutenção de paz da ONU, indústria de defesa, promoção da visão sul-americana de defesa, CEED, CAD-Sul, Coop. como dissuasão. ZOPACAS – cooperação multilateral.
Aula magna na Escola Militar do CHL, Santiago do Chile, 23/03/2012.	CHL parceiro do Programa Antártico do BR. <b>AS</b> realidade política e econômica através do processo de Int., Coop. BR e ARG na área nuclear (medida de confiança). Unasul – reafirmação da identidade política sul-americana – possibilidade de institucionalizar ações na área de defesa com a criação do CDS, caminha para ser uma comunidade de segurança – reforço da confiança mútua por meio de solução pacífica de controvérsias, entendimento estratégico e coesão política, zona livre de armas nucleares, transparência nos gastos em defesa, indústria e tecnologia de defesa regional. Coop. regional na Minustah. Desenvolver a dissuasão de forma compartilhada com a AS. Conhecimento mútuo, confiança e concertação como base para construir uma comunidade de segurança na AS.
Apresentação na Câmara dos Deputados, por ocasião do II Seminário Estratégia Nacional de Defesa: Política Industrial e Tecnológica, Brasília, 15/02/2012.	Estratégia combina dissuasão e Coop. - deve prevalecer na AS, desejo de criar uma comunidade sul-americana que a guerra não seja o meio de resolução de disputas. Fortalecimento de relações bilaterais com ARG, Mercosul e Unasul. Coop. pelo CDS. Coop. com Atl.S. Gov. Dilma busca investimento estratégico. Outros parceiros tradicionais de Coop: EUA, Europa, Índia, África do Sul.
Discurso na Escola de Defesa Nacional, Buenos Aires, 05/09/2011.	Int. sul-americana teve como pilar as relações bilaterais entre BR e ARG. Processo de construção de confiança. Mercosul, Unasul. Int. regional depende da defesa, da Coop. militar. Coop. na solução de controvérsias, ciência e tecnologia. CDS para coordenação de posições conjuntas, para uma identidade própria. ESUDE, pensamento estratégico autônomo, construção

	de visão comum sul-americana, estudos acadêmicos. Estratégia brasileira para a AS é cooperativa. BR deseja uma constituição de uma Comunidade de segurança sul-americana. Estratégia cooperativa presente aumentar relações políticas e torna-las elementos de dissuasão regional.
Conferencia no Ministério da Defesa da ARG, Buenos Aires, 13/09/2013.	Fortalecer AS como entidade política e econômica por meio da Int. sendo a Unasul um exemplo. Prevaler o multilateralismo na AS. CDS tornou possível a região ser uma comunidade de segurança (Deutsch). Aumento da Coop. bilateral em defesa. Estimular a criação de confiança na AS.
Aula Inaugural no CAD-Sul, Rio de Janeiro, 05/09/2013.	CDS desenvolver um pensamento estratégico regional – criação ESUDE. Desenvolvimento de uma identidade sul-americana em defesa. Tornar a AS uma comunidade de segurança (Deutsch). Proposta de visão comum de defesa regional. Transparência nos gastos, cursos de ensino civil e militar, cooperação tecnológica e industrial, monitoramento de áreas especiais. Aumento da Coop. bilateral e trilateral.
Conferência no encerramento do Curso Superior de Política e ESG, Brasília, 23 de outubro de 2013.	AS: região pacífica, próspera e integrada. Coop. em indústria de defesa com: França, Atlântico Sul (pré-sal), Rússia e África do Sul. Coop. em defesa para promover a paz: CDS, ESUDE, ZOPACAS, Minustah, Unifil.
Palavras na abertura da 1ª Jornada Estratégica da Chefia de Assuntos Estratégicos do EMCFA, Brasília, 14/11/2014.	Eliminação das sombras de rivalidade na AS por meio da Unasul e do Mercosul. Construção de confiança com a ARG. ZOPACAS no Atl.S. Limitar interferências de potências extrarregionais. Coop. em defesa crucial no entorno estratégico: na AS assume forma bilateral e multilateral. Formação da identidade sul-americana de defesa – comunidade de paz e segurança. Minustah com tropas sul-americanas. Promoção da confiança mútua com vizinhos.
Aula magna no VI Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, São Paulo, 06/08/2012.	Coop. em defesa com vizinhos e participação em operações de paz são exemplos de sinergias em tempos de paz. AS – foco principal do cinturão de segurança nacional.
Palavras no Ato de Doação de Helicópteros da FAB para o Governo da BOL, Santa Cruz de La Sierra, 03/10/2012.	Segurança e prosperidade dos países estão interligados. Coop. e Int. são realidades da AS. Unasul e CDS fortalecem confiança e transparência.
Palavras por ocasião da Cerimônia de Abertura da XXIII RAPAL, Rio de Janeiro, 17/09/2012.	Coop. entre sul-americanos fundamental para defesa de interesses no tratado da Antártida – objetivos do CDS.

Palavras na cerimônia de encerramento do CAD-Sul, Rio de Janeiro, 01/11/2012.	Região tornou-se realidade geopolítica. Coop. acadêmica em defesa. Construção de respeito mútuo e identidade de defesa comum. Contra conflitos externos à AS.
Aula magna no CAD-Sul, Rio de Janeiro, 29/08/2012.	Construção de uma identidade sul-americana de defesa. Convergência estratégica dos países sul-americanos. Procura superar desafios comuns. Estratégia regional cooperativa. Construção de confiança com vizinhos. Esforços de construir uma comunidade de segurança sul-americana.
Livro Branco de Defesa Nacional e a transformação da Defesa no Brasil: Desafios e Oportunidades para a Indústria de Defesa, São Paulo, 03/08/2011	Objetivo do LBDN – fomentar confiança com vizinhos. Relação com AS de caráter cooperativo – com aumento de relações políticas e dissuasão extrarregional. Fomentar a constituição de uma comunidade de segurança no entorno.
Intervenção na X Conferência dos Ministros de Defesa das Américas Punta Del Este, 08/10/2012.	Cooperação interamericana mais efetiva quando reconhece diferenças geopolíticas das regiões e sub-regiões – prioridade à Unasul e CELAC. Participação da Unasul na Minustah. Cooperação em defesa bilateral, trilateral e multilateral.
Aula magna para os Cursos de Altos Estudos Militares das FFAA e da ESG, Rio de Janeiro, 09/03/2012.	País pacífico deve adotar uma política de defesa de cooperação com os vizinhos. Construir um cinturão de boa vontade com a AS. Desejo de construir uma comunidade de segurança na AS – construção de confiança estratégica. CDS – salto qualitativo da cooperação em defesa. Coop. bilateral militar com AS. ZOPACAS. Substituição da subordinação pela Coop. Outras Coop.: França, EUA, ONU. Estratégia regional cooperativa.
Palavras na Abertura do I Seminário Sul-Americano sobre Monitoramento de Áreas Especiais, Manaus, 15/08/2013.	Coop. em monitoramento da Amazônia entre membros da Unasul – bilateral e regional. Consolidação da AS como zona de paz, construção de confiança. Identificação de interesses comuns, políticas baseadas na cooperação, pensamento estratégico sul-americano, criação de uma doutrina sul-americana de defesa. AS caminha para se tornar uma comunidade de segurança.
Intervenção na Reunião Plenária do Conselho de Defesa Sul-Americano, Lima, 28/11/2012.	AS como uma comunidade de segurança – concretizada pelo CDS: diminuir desconfiança, criar entendimento e facilitar o diálogo. Para a AS: Coop. é melhor dissuasão. Estratégia sul-americana de defesa será formada a partir da identidade regional.
Conferência no Instituto Rio Branco Brasília, 20/09/2013.	Busca fortalecer a AS como entidade político-econômica – símbolo é a Unasul. Avanço da Coop. no entorno estratégico – construção de confiança mútua entre FFAA, transparência. Na AS Coop. é a melhor dissuasão. Fortalecer Coop. bilateral e multilateral – CDS., formar um cinturão de paz e boa vontade na região.

Discurso na sessão solene de abertura da 37ª Reunião Consultiva do Tratado da Antártida, Brasília, 28/04/2014.	BR possui engajamento sólido e permanente com a Antártida. Conexão entre Continente Antártico e AS – Coop. (Chile).
Palestra na abertura do Seminário de Defesa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa da Câmara dos Deputados, Brasília, 06/05/2014.	Unasul- capacidade de equacionar dificuldades domésticas e internacionais. CDS – construção de confiança entre militares, desenvolvimento de visão comum dos desafios de defesa. Foco na indústria de defesa. Coop. com a AS para fomentar base industrial de defesa regional.
Palestra no Curso Internacional de Estudos Estratégicos da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 04/08/2014.	AS – ponto de partida para inserção internacional do BR. Construção de confiança com vizinhos. Mercosul. Unasul – espaço de concertação e Coop., estabilização externa e interna de assuntos regionais. Coop. com BRICS, EUA, Alemanha. BRICS-Unasul. Desenvolvimento da identidade sul-americana de defesa – CDS, ESUDE, CEED. Formação de uma comunidade de paz e segurança na AS. Base industrial de defesa regional – base do CDS. Minustah, Unifil.
Conferência na abertura Seminário Estratégias de Defesa Nacional, Brasília, 27/11/2012.	Int. sul-americana. Para a AS– conexão entre estratégia de Coop. e dissuasão. Coop. bilateral contra crimes transnacionais na fronteira. Coop. multilateral pelo CDS – prevenir crimes, promover confiança e transparência. ZOPACAS.
Palavras na abertura do Curso Superior de Política e ESG, Brasília, 18/08/2014.	Unasul promoveu um espaço institucional de diálogo, concertação e Coop. – autonomia para lidar com crises internas. CDS: confiança entre forças armadas, transparência governamental. Desenvolvimento da identidade sul-americana de defesa.
Discurso na Reunião de Ministros do CDS/Unasul, Cartagena, Colômbia, 15/08/2014.	CDS: 3C – Coop., confiança e concertação. Substituição do dilema de segurança pela segurança da cooperação na AS. Criação da ESUDE. Dissuasão de ameaças externas à região.
Mensagem no VII Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, Belém, 05/08/2013.	Necessidade de capacidade dissuasória e confiança mútua entre os países da AS (Unasul, CDS) para proteção da Amazônia: doutrina conjunta de defesa sul-americana, criação de identidade sul-americana de defesa, base industrial de defesa regional.

## Jaques Wagner (2015)

<b>DISCURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>
Cerimônia de abertura da 21ª Conferência anual da IAPTC, Brasília, 28/09/2015.	Participação do BR na Minustah e Unifil.
Cerimônia de assinatura referente ao financiamento do Projeto Amazônia SAR, Brasília, 20/07/2015.	Sistema de informação para o combate à crimes ilícitos.
Conferência na ECEM, Rio de Janeiro, 31/07/2015.	Participação do BR em PKO da ONU – Minustah, Unifil. Unasul e CDS (ESUDE).

Discurso na Frente Parlamentar Mista de Defesa Nacional, Brasília, 02/07/2015.	Coop. em indústria de defesa com BRICS, EUA. Contra tráfico de drogas e armas na fronteira.
Ordem do dia alusiva ao dia internacional dos peacekeepers, Brasília, 29/05/2015.	Liderança no Haiti – aprimoramento de capacidades. Unifil. Monusco. CCOPAB – Coop. com demais países no treinamento de PKOs.
Reunião Regional de Consulta América Latina e Caribe do Painel Independente de Alto Nível sobre PKO da ONU, Salvador, 30/03/2015.	A comunidade regional possui propostas consistentes. Fortalecimento da Coop. entre países contribuintes com PKOs.
Visita ao contingente brasileiro na Minustah, Porto Príncipe, 21/07/2015.	Papel do BR na resolução de conflitos. Coop. bilateral.

Aldo Rebelo (2015-2016)

<b>DISURSOS</b>	<b>OBJETIVO</b>
VI Reunião do Conselho de Min.D da Unasul, Montevideu, 18/12/2015.	Busca de projetos comuns que envolvam informação, doutrina e indústria de defesa. Unasul apoiada na história, identidade, necessidades e desafios comuns, conquistas comuns e respeito à diversidade.

## APÊNDICE – F

### LISTA DE ABREVIATURAS DAS TABELAS

ABACC -Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle.

ABC – Agência Brasileira de Cooperação.

AGNU – Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

AG-OEA - Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos.

AL – América Latina.

ANP – Agência Nacional do Petróleo.

AR – Arranjo Regional

ARG – República Argentina.

AS – América do Sul.

Atl.S. – Atlântico Sul.

BID – Base Industrial de Defesa.

BOL. – República da Bolívia.

BR – República Federativa do Brasil.

CAD-Sul - Curso Avançado de Defesa Sul-Americano.

CAN – Comunidade Andina de Nações.

CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações

CDS – Conselho de Defesa Sul-Americano.

CEED – Centro de Estudos Estratégicos de Defesa.

CLH – República do Chile.

COL – República da Colômbia.

Coop. – Cooperação.  
COSIPLAN - Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento.  
CP – Construção da Paz  
CSNU – Conselho de Segurança das Nações Unidas.  
CSS – Cooperação Sul-Sul.  
DIH – Direito Internacional Humanitário.  
ECEME - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército  
ELN – Exército de Libertação Nacional  
END – Estratégia Nacional de Defesa.  
EQUA. – República do Equador.  
ESG – Escola Superior de Guerra.  
ESUDE – Escola Sul-Americana de Defesa.  
FAB – Força Aérea Brasileira.  
FARC-EP – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo.  
FFAA – Forças Armadas.  
Gov. – Governo.  
GUIA. - República Cooperativista da Guiana  
IAPTC - Associação Internacional dos Centros de Treinamento para Operações de Manutenção de Paz da ONU.  
Int. – Integração.  
Min.D – Ministro da Defesa.  
Min.RE – Ministro das Relações Exteriores.  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
OM – Oriente Médio.  
ONU – Organização das Nações Unidas.  
OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica.  
Par.Estr. – Parceria Estratégica  
PARG. – República do Paraguai.  
PARLATINO - Parlamento Latino-Americano e Caribe

PE – Política Externa.  
PEB – Política Externa Brasileira.  
PER – República do Peru  
PKO – operações de paz da ONU.  
Pres.GUIA – Presidente da República Cooperativista da Guiana  
Pres. EQUA. – Presidente do Equador.  
Pres.ARG. – Presidente(a) da Argentina.  
Pres.BOL – Presidente da Bolívia  
Pres.BR – Presidente(a) do Brasil  
Pres.CLH – Presidente(a) do Chile  
Pres.COL. – Presidente da Colômbia.  
Pres.PER. – Presidente do Peru  
Pres.SUR – Presidente do Suriname  
Pres.URU. – Presidente do Uruguai  
Pres.VENZ – Presidente da Venezuela.  
RAPAL - Reunião de Administradores de Programas Antárticos Latino-Americanos.  
SIVAM – Sistema de Vigilância Amazônica.  
SUR – República do Suriname  
TIAR – Tratado Interamericano de Assistência Recíproca.  
Unasul - União de Nações Sul-Americanas.  
UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana.  
URU – República Oriental do Uruguai.  
VENZ – República Bolivariana da Venezuela.  
ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.